

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS '15



BANCO
INVEST



BANCO INVEST

GRUPO ALVES RIBEIRO



Índice

1.	Órgãos Sociais	3
2.	Datas Relevantes	5
3.	Relatório do Conselho de Administração	7
	Enquadramento Macroeconómico	8
	Economia Internacional	8
	Economia Nacional.....	9
	Mercados	10
	Mercados Accionistas	11
	Mercado Cambial.....	12
	Mercados Obrigacionistas	13
	Mercado de Commodities	14
	Síntese da actividade desenvolvida	15
	Indicadores Consolidados	15
	Actividade Desenvolvida	17
	Clientes Empresas	17
	Clientes Particulares.....	18
	Clientes Institucionais	19
	Actividade de Carteira Própria	20
	Controlo de Riscos	23
	Risco de Mercado.....	23
	Risco de Crédito	24
	Risco de Liquidez.....	24
	Risco Operacional.....	24
	Agradecimentos Devidos	25
4.	Demonstrações Financeiras	27
5.	Anexos às Demonstrações Financeiras	33
6.	Certificação Legal de Contas	119
7.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	121

1. Órgãos Sociais





1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Francisco Xavier Ferreira da Silva

Secretários

Teresa Penaguião Silva Alves Ribeiro Pereira de Sousa

Joana Rita da Silva Ribeiro Costa Morais Villas Boas

Conselho de Administração

Presidente

Afonso Ribeiro Pereira de Sousa

Vice-Presidente

António Miguel Rendeiro Ramalho Branco Amaral

Vogais

Manuel João de Matos Silva Alves Ribeiro

João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa

José João Silva Ribeiro da Costa Morais

Francisco Manuel Ribeiro

Luís Miguel da Rocha Barradas Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente

Artur Carmo Barreto

Vogais

Rosendo José

Victor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa

Vogal Suplente

Francisco Dias Martins

Revisor Oficial de Contas

Deloitte e Associados, SROC S.A.

2. Datas Relevantes





2. Datas Relevantes

Fevereiro – 97	Constituição do Banco, com um capital social de 20 milhões de Euros
Abril – 97	Início de actividade, em Lisboa e no Porto
Dezembro – 97	Os Activos do Banco atingem os 27 milhões de Euros
Fevereiro – 98	Constituição da Alrimo, gestora de fundos do Banco
Maio – 98	Constituição da Probolsa, corretora do Banco
Setembro – 98	A Probolsa assume o estatuto de Membro Negociador e Liquidador da BVLP
Novembro – 98	Inauguração da Loja de Corretagem de Lisboa
Dezembro – 98	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 48 milhões de Euros
Janeiro – 99	Aumento de Capital para 25 milhões de Euros
Abril – 99	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas (Portugal)
Junho – 99	Inauguração da Loja de Corretagem de Leiria
Dezembro – 99	Aumento de Capital para 35 milhões de Euros
	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 100 milhões de Euros
Agosto – 00	O Banco assume o estatuto de Membro Liquidador da BVLP
Outubro – 00	Aumento de Capital para 42,5 milhões de Euros
Dezembro – 00	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Ações Europa
	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 150 milhões de Euros
Outubro – 01	Aumento de Capital para 47,5 milhões de Euros
Novembro – 01	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro FPR/E
	Lançamento do serviço de corretagem para mercados estrangeiros
Dezembro – 01	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 200 milhões de Euros
Janeiro – 02	O Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas é considerado o fundo de ações nacionais mais rentável em Portugal no ano 2001
Dezembro – 02	Inauguração da Loja de Corretagem do Porto
Setembro – 03	Lançamento do serviço de corretagem de derivados para mercados estrangeiros
Outubro – 03	O Banco obtém o estatuto de <i>Global Clearing Member da Clearnet</i>
Dezembro – 03	Titularização de 100 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco:
	Primeira operação de titularização de contratos de leasing imobiliário em Portugal
	Primeira intervenção do Fundo Europeu de Investimento numa emissão originada por um Banco português
	Primeira operação de securitização de contratos de crédito na Europa com garantia do Fundo Europeu de Investimento incluída na estruturação das obrigações emitidas
	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 300 milhões de Euros
Janeiro – 04	O Banco obtém o estatuto de <i>Trading Member Firm do Euronext</i> Lisboa
	A actividade de corretagem desenvolvida pela Probolsa é integrada no Banco, através de uma operação de fusão por incorporação
Março – 04	O Fundo Alves Ribeiro FPR/E é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2003
Dezembro – 04	Titularização de 42 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco
	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 350 milhões de Euros
Junho – 05	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 400 milhões de Euros
Outubro – 05	O Banco Alves Ribeiro passa a denominar-se Banco Invest
Outubro – 05	Lançamento do site Banco Invest
Dezembro – 05	Emissão de um empréstimo obrigacionista de 50 milhões de Euros “Banco Invest 08 – Euribor + 0,425%”
Dezembro – 05	Os Activos do Banco atingem os 451 milhões de Euros
Outubro – 06	Desenvolvimento e implementação de um modelo de cálculo de probabilidade de default e perda esperada para a actividade de concessão de crédito
Dezembro – 06	Os Activos do Banco atingem os 545 milhões de Euros
Janeiro – 07	O Fundo Alves Ribeiro PPR é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2006
Dezembro – 07	Os Activos do Banco atingem os 627 milhões de Euros
Março – 08	Lançamento de um Programa de titularização de contratos da Carteira de Crédito do Banco, sob a modalidade de <i>conduit</i> , até ao montante de 125 milhões de Euros
Dezembro – 08	Lançamento da actividade de estruturação e gestão de produtos derivados para Clientes Empresa e Institucionais
Junho – 09	Inauguração do novo Centro de Investimento de Leiria
Dezembro – 09	O Fundo Alves Ribeiro PPR termina 2009 com uma valorização de 30,8%, a melhor entre todos os produtos comparáveis disponíveis no mercado
Janeiro – 10	Primeiro lugar na league table internacional “ <i>Structured Retail Products</i> ” de produtos estruturados emitidos, geridos e colocados em Portugal
Março – 10	Obtenção de <i>membership</i> do Euronext para os mercados de Amesterdão, Paris e Bruxelas
Dezembro – 10	O rácio de solvabilidade do Banco consolidado atingiu os 13,3%
Fevereiro – 11	Lançamento de um Cartão Multibanco
Abril – 11	Inauguração de um Centro de Investimento em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro
Maio – 11	Lançamento de website transaccional (www.bancoinvest.pt)
Junho – 11	Lançamento de uma plataforma profissional de <i>trading online – Invest Trader</i>
Outubro – 11	Abertura da décima agência de Crédito Especializado
Novembro – 11	Prémio do Banco mais Rentável em Portugal atribuído pela Revista Exame, na categoria Pequeno e Médio Banco
Fevereiro – 12	Inauguração de um Centro de Investimento no Porto, na Rua Júlio Diniz
Outubro – 12	Prémio da revista <i>Euromoney de Best Distributor for Performance of the Structured Products</i> , distinguindo os produtos emitidos pelo Banco Invest como os mais rentáveis para o Cliente final
Outubro – 12	Abertura da décima primeira agência de Crédito Especializado
Janeiro – 13	O Fundo AR – PPR, gerido pela Invest – Gestão de Activos, é o fundo de alocação de activos nacional (fundo misto) com a maior rentabilidade em 2012 (48,9%)
Janeiro – 13	Abertura da décima segunda agência de Crédito Especializado
Fevereiro – 13	Dos três fundos mobiliários com rentabilidade mais elevada nos últimos doze meses em Portugal, dois são geridos pela Invest – Gestão de Activos: o mais rentável é o fundo AR – PPR, e o terceiro mais rentável é o AR – Médias Empresas
Dezembro – 13	A oferta de fundos de investimento estrangeiros atinge os 700 fundos, geridos pelas mais prestigiadas sociedades gestoras internacionais.
Dezembro – 13	O rácio de solvabilidade do Banco Invest ultrapassa os 20%.
Janeiro – 14	A Invest – Gestão de Activos é considerada a sociedade gestora nacional com maior rentabilidade média, em 2013: 26,3%. Os fundos AR – Médias Empresas Portugal e AR – PPR valorizam 32,8% e 19,8% em 2013, respetivamente.
Janeiro – 14	O fundo AR – PPR regista a terceira maior rentabilidade anualizada, desde o início de 2004, entre todos os fundos de investimento nacionais.
Fevereiro – 14	Entre todos os fundos de investimento nacionais, o fundo AR – PPR apresenta a terceira maior rentabilidade anualizada nos últimos três anos.
Novembro – 14	O Banco Invest é eleito pela segunda vez o Banco Mais Rentável, na categoria Médio ou Pequeno Banco. O prémio é atribuído pela Revista Exame num estudo exclusivo realizado pela Informa D&B e Deloitte.
Fevereiro – 15	O Banco Invest ganha o prémio de ‘Best Distributor for Performance’ atribuído pela <i>Structured Retail Products</i> , do grupo Euromoney. Este prémio baseia-se na análise dos produtos estruturados emitidos na Europa, distinguindo os produtos do Banco Invest como os mais rentáveis para o cliente final, na região do Sul da Europa (Portugal, Espanha e Itália). Esta é a segunda vez que os produtos estruturados do Banco Invest são destacados pela <i>Structured Retail Products</i> , após a obtenção do mesmo prémio em 2012.
Setembro – 15	O Banco Invest é considerado o Private Banking que mais cresceu em Portugal no ano de 2015 pela conceituada <i>Global Banking & Finance</i> uma revista líder mundial na área financeira online.
Novembro – 15	A International Banker, umas das principais fontes de análise financeira da banca internacional, atribuiu ao Banco Invest o prémio “Best Investment Bank Portugal 2015”.

3. Relatório do Conselho de Administração





3. Relatório do Conselho de Administração

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

As perspectivas para o crescimento económico global deterioraram-se ao longo de 2015, consequência do abrandamento mais acentuado do que o esperado das economias emergentes e da lenta recuperação do investimento e da produtividade nas economias avançadas. De acordo com a generalidade das estimativas oficiais, a economia mundial deverá crescer cerca de 3% em 2015, bem abaixo da média dos últimos anos. As políticas monetárias favoráveis nas economias avançadas e os baixos preços das matérias-primas deverão, contudo, permitir uma aceleração da actividade global em 2016 e 2017, com a evolução das economias emergentes, em particular da chinesa, a constituir a grande incerteza em 2016.

Estados-Unidos

A actividade económica nos Estados-Unidos mantém uma trajectória de crescimento positiva. No quarto trimestre, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um aumento de 1,0% em cadeia (anualizado), e de 1,9% em termos homólogos, com o consumo privado, nomeadamente das famílias, como principal motor de crescimento. O índice de actividade económica *ISM Non-Manufacturing*, apesar da queda no mês de Dezembro, mantém-se acima dos 55 pontos, reflectindo a perspectiva positiva dos gestores para os próximos meses. Menos optimista tem sido a evolução do índice *ISM Manufacturing* (48,0 pontos, em Dezembro), devido à menor procura externa e apreciação do dólar (USD).

EUA: Actividade Económica



Fonte: Bloomberg

A melhoria sustentada no mercado de trabalho tem contribuído para a queda contínua da taxa de desemprego, para os 5,0%, no final de 2015. Esta melhoria no emprego, aliada ao aumento do rendimento das famílias proporcionado pela queda dos preços da energia, tem contribuído para a recuperação da confiança dos consumidores, que se encontra perto do seu valor máximo desde 2007.

Ao nível dos preços, a queda das matérias-primas e a apreciação do USD têm funcionado como importantes forças deflacionistas e mantido a taxa de inflação abaixo de 1,0%. Contudo, excluindo os custos com alimentação e energia, a variação dos preços manteve-se estável, em torno dos 2,0%.

A economia norte-americana mantém-se, pois, relativamente sólida. De acordo com as últimas estimativas oficiais, a actividade é esperada crescer 2,5% e 2,6% em 2015 e 2016, respectivamente. O contributo do consumo das famílias e a melhoria do investimento, deverão continuar a contrabalançar o impacto da apreciação do USD nas exportações.

Zona Euro

O PIB real na área do euro aumentou 0,3% no quarto trimestre deste ano. Em termos homólogos, a variação foi de 1,5%, com a confiança das empresas e dos consumidores a suportar a recuperação da actividade. Com efeito, o contributo da procura interna tem vindo a aumentar progressivamente, reflectindo os baixos custos de financiamento, o aumento do património líquido e do rendimento disponível das famílias, num cenário de recuperação do emprego e diminuição dos custos com energia. Por outro lado, o consumo público deverá começar a recuperar no próximo ano, considerando as orientações orçamentais menos restrictivas esperadas para o próximo ano. Neste cenário, a taxa de desemprego manteve a trajectória de recuperação, diminuindo para os 10,4% em Dezembro, um valor já não visto desde o final de 2012.

Zona Euro: Actividade Económica



Fonte: Bloomberg

As perspectivas para o contributo da procura externa são, porém, mais fracas do que em previsões anteriores devido, em larga medida, ao abrandamento das economias emergentes e em desenvolvimento e à menor intensidade do comércio internacional. Ainda assim, a forte depreciação do euro nos últimos meses tem permitido ganhos de quota de mercado, com o ritmo de crescimento das exportações a exceder o da procura externa.

Por sua vez, a taxa de inflação permanece em níveis extremamente baixos (0,2%), mesmo quando excluídos os custos com energia e alimentação (0,9%). Apesar da recuperação do consumo e da procura interna, o processo de desalavancagem do sector privado continua a obstruir a transmissão da política monetária do Banco Central Europeu (BCE), na medida em que as condições de concessão de crédito continuam, em geral, restritivas em muitos países da zona euro.

De acordo com as mais recentes previsões oficiais, o PIB real deverá aumentar 1,5% em 2015, e acelerar ligeiramente para 1,7% no próximo ano. A manutenção da liquidez abundante e do euro fraco deverão permitir a subida progressiva da taxa de inflação, para os 0,5% em 2016.

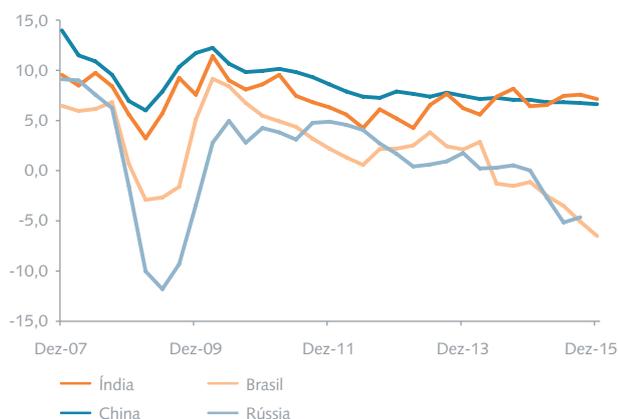
Países Emergentes

A evolução das economias emergentes e em desenvolvimento é actualmente o principal foco de incerteza para a economia mundial. O rebalanceamento da economia chinesa, de um modelo económico com o crescimento baseado nas exportações para um modelo com o crescimento sustentado pelo consumo interno, constitui um risco acrescido para o crescimento global. Um abrandamento mais acentuado do que o esperado da procura interna na China poderá afetar a confiança nos mercados financeiros e, dessa forma, comprometer as perspectivas de muitas outras economias, tanto emergentes como avançadas.

As economias emergentes, em geral, encontram-se ainda ensombradas pelo início da subida das taxas de juro nos Estados Unidos, pela depreciação ocorrida nas respectivas moedas, e pela acentuada queda dos preços das matérias-primas, em particular do petróleo. Não sendo semelhante o impacto destes efeitos para todas estas economias, as mais afetadas têm sido, naturalmente, as produtoras de matérias-primas (eg., Brasil e Rússia). Pelo contrário, as economias asiáticas importadoras de petróleo (Crude), como por exemplo a Índia, são potencialmente beneficiadas.

Deste modo, previsões de crescimento diferem muito entre o conjunto destas economias. Em termos médios, os países emergentes deverão crescer 4,0%, em 2015, e acelerar para os 4,3%, em 2016. Pela negativa, destacam-se o Brasil e a Rússia, com contracções de 3,8% e 3,7%, em 2015, e de 3,5% e 1,0%, em 2016, respectivamente. Na liderança permanecem a China a Índia com 6,6% e 6,9%, em 2015, e 6,3% e 6,3%, em 2016.

BRIC: Crescimento do PIB (% YoY)



Fonte: Bloomberg

Economia Nacional

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa deverá terminar o ano de 2015 com um crescimento real de 1,5%. O ritmo da recuperação económica tem sido relativamente moderado, sobretudo quando considerada a severidade da contracção dos últimos anos (cerca de 7% entre o máximo de 2011 e o mínimo de 2013). A desaceleração ocorrida no segundo semestre é, pois, vista como temporária, consequência da menor procura interna e das exportações, reflectindo o menor crescimento da procura global.

Evolução do PIB Nacional



Fonte: Bloomberg

Para os próximos anos, o Banco de Portugal (BdP) projecta a continuação de um ritmo de recuperação gradual, reflectindo ainda a necessidade de ajustamento dos balanços dos vários agentes económicos, públicos e privados, na sequência da crise financeira internacional e da crise das dívidas soberanas na área do euro. Em linha com o observado nos últimos anos, as exportações deverão apresentar um crescimento robusto (3,3% e 5,1% em 2016 e 2017, respectivamente), reforçando a tendência de transferência de recursos produtivos para os sectores económicos mais expostos à concorrência internacional. Por seu turno, a procura interna continua condicionada pelo processo de desalavancagem das famílias e empresas não financeiras. A procura interna, que em 2015 deverá crescer 2,4%, é esperada aumentar 1,8% e 2,1% em 2016 e 2017, respectivamente.

Neste quadro, os desequilíbrios externos acumulados no passado mantêm a tendência de recuperação, com o saldo da Balança Corrente e de Capital a manter-se acima dos 2% do PIB, nos próximos dois anos.

Projeções do Banco de Portugal: 2015-2017

	Pesos 2014	2015	2016	2017
Produto Interno Bruto	100,0%	1,6%	1,7%	1,8%
Consumo Privado	65,9%	2,7%	1,8%	1,7%
Consumo Público	18,5%	0,1%	0,3%	0,1%
FBCF	14,9%	4,8%	4,1%	6,1%
Procura Interna	99,6%	2,4%	1,8%	2,1%
Exportações	40,0%	5,3%	3,3%	5,1%
Importações	39,7%	7,3%	3,6%	5,6%
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		2,4%	2,5%	2,3%
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1,6%	1,7%	1,3%
Índice Harmonizado de Preços do Consumidor		0,6%	1,1%	1,6%

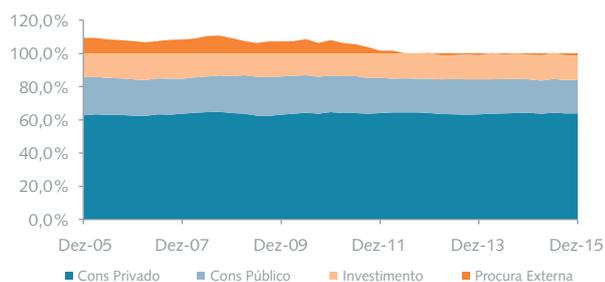
Fonte: Banco de Portugal, Relatório de Inverno 2015

À semelhança do verificado no conjunto da área do euro, também em Portugal persistem reduzidas pressões inflacionistas. A manutenção de uma taxa de desemprego ainda elevada (12,2%, em Dezembro), conjugada com o fraco crescimento dos salários e diminuição dos preços dos combustíveis, têm estado na base da baixa taxa de inflação, que em 2015 deverá fixar-se nos 0,6%. Para 2016 e 2017, contudo, o BdP espera uma subida gradual deste valor, espelhando a recuperação da economia nacional, para os 1,1% e 1,6%, respectivamente.





Composição do PIB

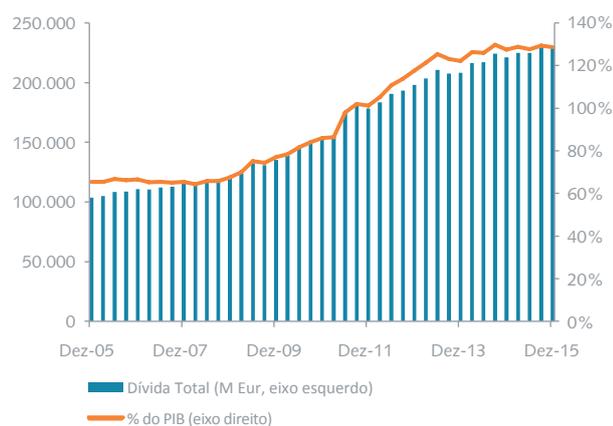


Fonte: INE

De acordo com a Direção-Geral do Orçamento (DGO), no período de Janeiro a Dezembro de 2015, o saldo das Administrações Públicas, apurado na óptica da Contabilidade Pública, situou-se em -4,6 mil milhões de euros, cerca de 500 milhões de euros abaixo da meta fixada no Orçamento do Estado inicial. Considerando o período homólogo, este saldo registou uma melhoria de 2,6 mil milhões de euros, explicada pelo efeito combinado da diminuição significativa da despesa (-2,4%) e do aumento, em menor proporção, da receita fiscal (0,8%).

Por sua vez, o saldo global da Administração Central e da Segurança Social ascendeu a -5,1 mil milhões de euros (-7,1 no período homólogo de 2014), enquanto o saldo primário foi excedentário, no valor de 2,6 mil milhões de euros. Até Dezembro passado, a receita total ascendeu a 69,6 mil milhões de euros, com um crescimento de 0,2%, face ao período homólogo, e a despesa total caiu 2,5%, para os 74,8 mil milhões de euros. Considerando o valor do PIB nacional no final do ano, este défice da Administração Central e da Segurança Social ascendia a 2,9%, um valor em linha com o objetivo governamental para o final de 2015.

Dívida Pública Portuguesa



Fonte: INE, IGCP

Indicadores Económicos

	2015	2016	2017
Varição PIB			
Economia Mundial	3,1%	3,4%	3,6%
EUA	2,5%	2,6%	2,6%
Japão	0,6%	1,0%	0,3%
Zona Euro	1,5%	1,7%	1,7%
Portugal	1,6%	1,7%	1,8%
Taxa de desemprego			
EUA	5,3%	4,8%	4,7%
Japão	3,4%	3,3%	3,3%
Zona Euro	11,0%	10,5%	10,2%
Portugal	12,3%	11,3%	10,6%
Investimento			
EUA	3,9%	5,4%	5,7%
Japão	0,6%	0,8%	1,2%
Zona Euro	2,1%	2,6%	3,4%
Portugal	4,8%	4,1%	6,1%
Inflação (CPI var. face ao ano anterior)			
EUA	0,1%	1,2%	2,2%
Japão	0,8%	0,8%	1,8%
Zona Euro	0,0%	0,5%	1,5%
Portugal	0,6%	1,1%	1,6%
Consumo Privado			
EUA	3,2%	3,0%	2,2%
Japão	-0,8%	1,4%	-0,3%
Zona Euro	1,7%	1,8%	1,8%
Portugal	2,7%	1,8%	1,7%
Consumo Público			
EUA	0,4%	0,6%	0,8%
Japão	1,1%	0,5%	0,6%
Zona Euro	1,2%	1,1%	1,0%
Portugal	0,1%	0,3%	0,1%

Fonte: FMI (Jan-16), OCDE (Nov-15), Banco de Portugal (Dez-15)

Mercados

Durante 2015, a atenção dos investidores esteve centrada nos Bancos Centrais e na evolução da economia chinesa e das commodities. No último trimestre, na Zona Euro, o BCE anunciou a extensão do programa de *Quantitative Easing*, até Março de 2017, e a manutenção da taxa de refinanciamento nos 0,05%. Esta medida desapontou os analistas, que esperavam a descida da taxa de refinanciamento para 0%, facto que proporcionou uma reacção negativa por parte dos mercados accionistas. Por sua vez, nos Estados-Unidos, a Reserva Federal (FED) subiu a taxa de juro de referência em 0,25% para os 0,50%, o que constituiu a primeira subida de taxas desde 2006. O petróleo terminou o ano nos USD 39/barril, penalizado pelos receios de abrandamento da procura, em particular da economia chinesa.

Mercados Accionistas

No quarto trimestre, o índice de referência S&P-500 subiu 6,5%. Contudo, esta recuperação não chegou para evitar a queda de 0,7% no ano, a maior desde 2008, ano em que o índice desvalorizou 38,5%. Apesar de ter atingido um novo máximo histórico no primeiro semestre, este índice acabou o ano negativo, conduzindo a um aumento de volatilidade na segunda metade do ano. A divergência entre a política monetária da Reserva Federal Americana (FED) e a dos restantes Bancos Centrais, bem como os receios de um abrandamento da economia chinesa conjugados com a entrada em recessão de várias economias emergentes, muito dependentes da exploração e exportação de matérias-primas, levaram a um aumento da incerteza nos mercados accionistas mundiais e, por conseguinte, à subida do índice VIX.

A volatilidade foi igualmente dominante nos mercados accionistas europeus. O índice Dax-30 que durante o primeiro semestre alcançou os 12.390,75 pontos, novo máximo histórico, fechou 2015 nos 10.743,01 (+9,6%, desde o início do ano). Por sua vez, o EuroStoxx-50 fechou o ano a valorizar 3,2%, e o índice Stoxx-600 acabou a subir 6,8%, ambos distantes dos 12,7% registados pelo Italiano FTSE-MIB. Pela negativa, destacaram-se os índices inglês FTSE-100 que caiu 4,9%, devido à grande desvalorização das empresas de matérias-primas que compõem o índice, e o espanhol IBEX-35 que fechou o ano cair 7,2%.

Relativamente aos índices globais, o MSCI World fechou o ano a desvalorizar 2,7%, e o MSCI Emerging Markets caiu 17,0%, devido à desaceleração das economias emergentes que o compõem.

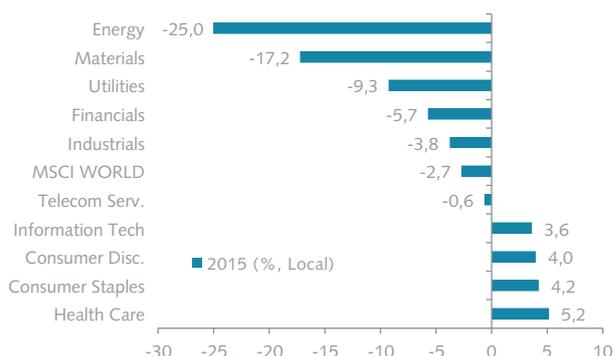
Evolução dos Principais Índices Bolsistas



Fonte: Bloomberg

Sectorialmente, a nível global, a maioria dos sectores tiveram uma performance negativa em 2015, com destaque para os sectores da Energia e Materiais que caíram 25,0% e 17,2%, respectivamente. Estes foram e continuam a ser pressionados pela queda do preço do barril do petróleo e restantes matérias-primas. Pelo contrário, os sectores da Saúde (+5,2%), do Consumo Básico (+4,2%) e do Consumo Discricionário (+4,0%) foram as melhores indústrias em 2015.

Evolução dos Índices Sectoriais Mundiais



Fonte: Bloomberg

Em Portugal, 2015 foi um ano igualmente volátil, tendo o índice valorizado 10,7%. O ano ficou marcado pelas eleições legislativas e a incerteza em relação à formação do novo governo, pelos danos colaterais da queda do universo BES e pelas movimentações no sector da banca, com a OPA falhada do CaixaBank ao BPI e a queda do Banif. Este último foi o tema de Dezembro, com o Banco de Portugal a decidir-se pela medida de resolução de modo a proteger os depositantes e detentores de dívida sénior. Tal como aconteceu com o BES em 2014, o Banif foi dividido em "Banco Bom" e "Banco Mau", com o primeiro a ser vendido ao Banco Santander Totta por €150 milhões. Assim sendo, o índice PSI-20 viu reduzido o número de constituintes para 17, esperando-se em 2016 a inserção de novos membros.

Desta forma, o ano caracterizou-se por uma elevada dispersão de rentabilidades. Pela positiva destacaram-se as ações da Altri SGPS (+92%), da Jerónimo Martins (+44%), NOS SGPS (+38%) e da EDP Renováveis (+34%), no mesmo período. No extremo oposto encontram-se, a Pharol (ex-Portugal Telecom) (-69%), a Teixeira Duarte (-56%), o grupo Impresa (-40%) e a construtora Mota-Engil (-28%).

Evolução do Índice PSI-20



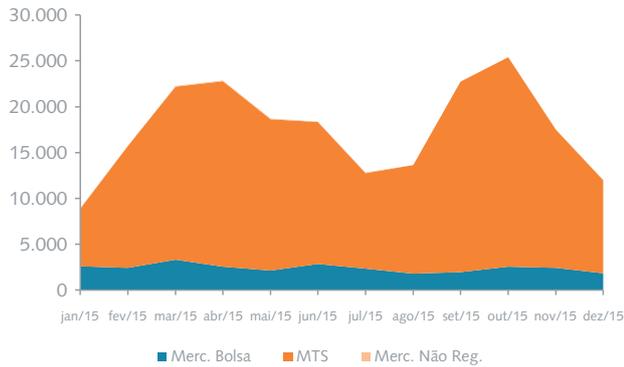
Fonte: Bloomberg

O valor de transações no mercado secundário a contado totalizou 29,1 mil milhões de euros em 2015, menos 29,5% do que no ano anterior. Os mercados regulamentados continuaram a ser responsáveis pela quase totalidade do montante transacionado, com um valor de 28,8 mil milhões de euros. No MTS Portugal, o volume transacionado sobre títulos de dívida totalizou 193,3 mil milhões de euros, o que compara com os 66,2 mil milhões registados em 2014 (+192%).





Evolução do Volume de Transações no Mercado Secundário

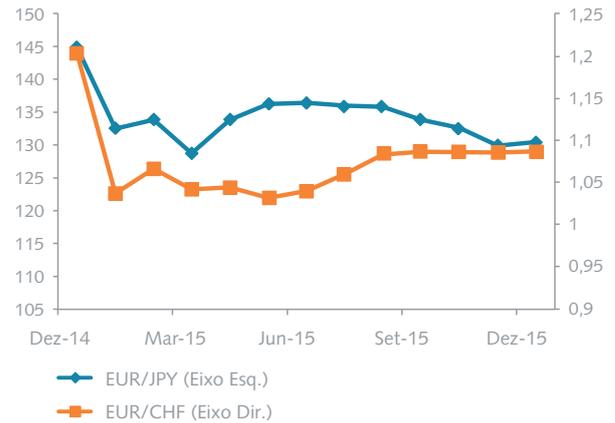
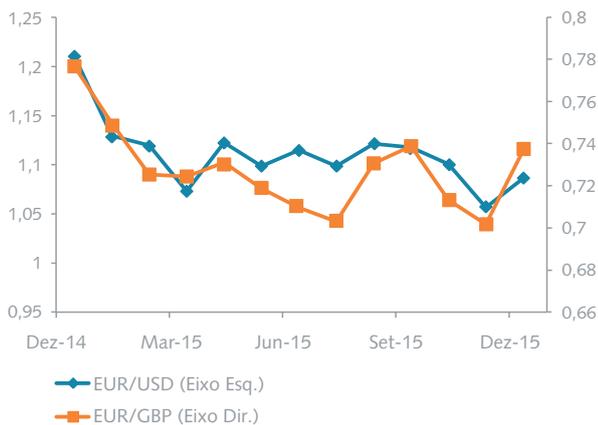


Unidade: Milhões de euros. Fonte: CMVM

Mercados Cambiais

No último trimestre, verificou-se uma apreciação de 2,8% do USD face ao EUR, com o EUR/USD a fechar o ano nos 1,086. No acumulado do ano, o EUR perdeu 10,2% face ao USD, registando o segundo ano consecutivo de perda. Para este movimento, muito contribuiu a divergência de políticas monetárias dos respectivos Bancos Centrais. Em relação à Libra Esterlina (GBP), o EUR/GBP fechou o ano com uma depreciação de 5,0%. Tal como a FED, espera-se que o Banco de Inglaterra inicie o processo de subida de taxas de juro. Face à moeda nipónica (JPY), o euro depreciou cerca de 9,8% em 2015, para os JPY 130,47. Por último, uma referência para a apreciação do CHF (+10,5% face ao EUR), após a intervenção do Banco Central Suíço no início do ano.

Evolução das Taxas de Câmbio



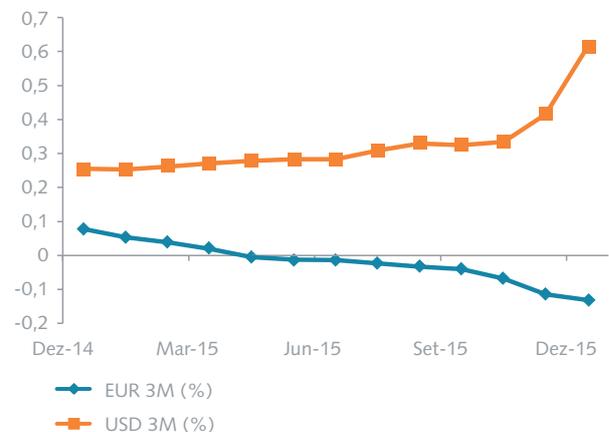
Fonte: Bloomberg

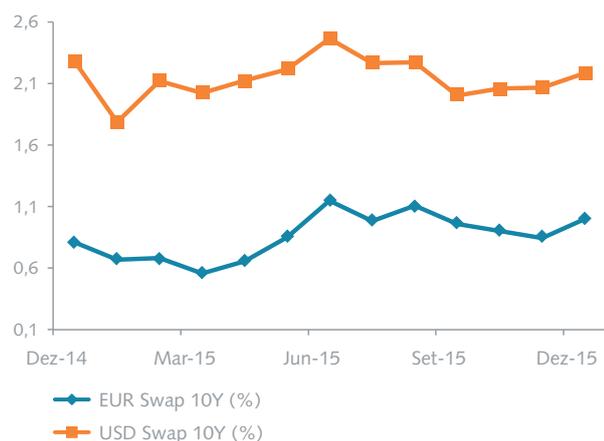
Taxas de Juro

Nos Estados- Unidos, a taxa de juro a 3 meses encerrou o ano nos 0,61%, com uma subida de 36 bps face a 2014. Por sua vez, as taxas de juro para swaps a 5 e 10 anos caíram 3 e 10 bps em 2015, para os 1,74% e 2,19%, respectivamente. Mesmo com a subida de 0,25% da taxa de juro de referência, em Dezembro último, a perspectiva de um crescimento económico moderado, a nível mundial, está a impedir a subida das taxas de juro nos prazos mais longos.

Na Zona Euro, o ano caracterizou-se pelo aumento da inclinação da curva de taxa de juro, com a queda nos prazos mais curtos e subida das taxas nos prazos mais longos. O início do programa de compra de activos por parte do BCE, bem como a melhoria das perspectivas de crescimento para a Zona Euro contribuíram para a subida da taxa swap a 10 anos em 19 bps para os 1%. Em relação às taxas mais curtas, a Euribor a 3 meses fechou o ano nos -0,13% caindo assim 21 bps, enquanto a taxa de juro para swaps a 5 anos caiu 3 bps para os 0,33%.

Evolução das Taxas de Juro de CP e LP





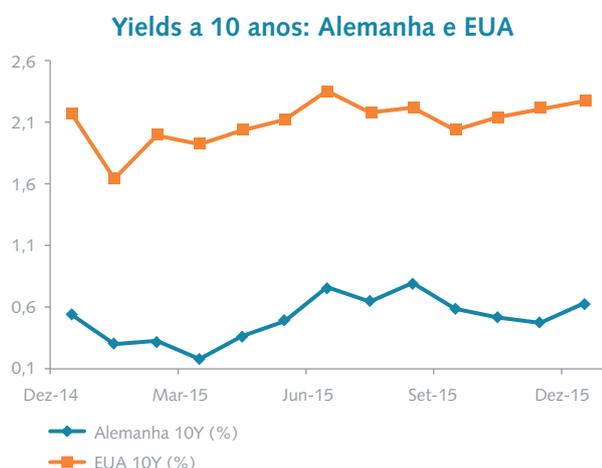
Fonte: Bloomberg

Mercados Obrigacionistas

Dívida Pública

Nos mercados de dívida pública, as *yields* dos chamados "safe havens" terminaram o ano praticamente inalteradas.

Nos Estados Unidos, os *Treasuries* a 10 anos fecharam o ano nos 2,24%, caindo 1 bp face a 2014. Por sua vez, na Zona Euro, os *Bunds* alemães subiram 5 bps para os 0,64%. Com o aumentar de volatilidade dos mercados acionistas em 2015, estes activos voltaram a servir de refúgio para muitos investidores.



Fonte: Bloomberg

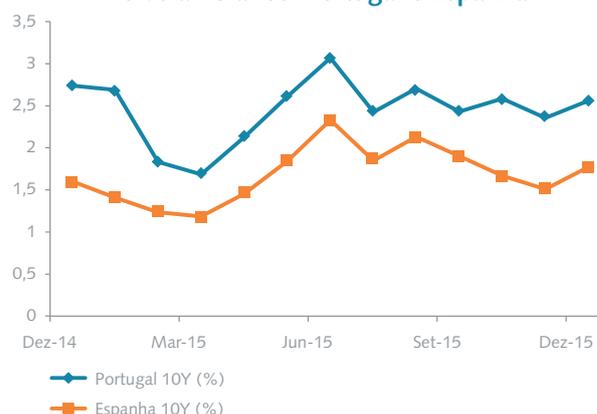
No conjunto dos países europeus periféricos o ano ficou marcado pelas duras negociações do segundo plano de resgate à Grécia e pelas eleições em Portugal e Espanha.

Face à Alemanha, os prémios de risco a 10 anos caíram em 2015, com excepção para a Espanha. Para esta recuperação contribuiu, em larga medida, o início do programa de compra de activos do BCE e a procura por *yields* mais elevadas, num cenário de taxas de juro cada vez mais

baixas. O *spread* de Portugal face à Alemanha fechou o ano nos 191 bps, menos 21 bps do que no final de 2014. Pelo contrário, o *spread* de Espanha face à Alemanha subiu 5 bps para os 119 bps. A incerteza política causada pelos resultados das eleições presidenciais, aliada aos protestos independentistas da Catalunha, foram factores decisivos para este aumento das *yields* deste país.



Yields a 10 anos: Portugal e Espanha



Fonte: Bloomberg

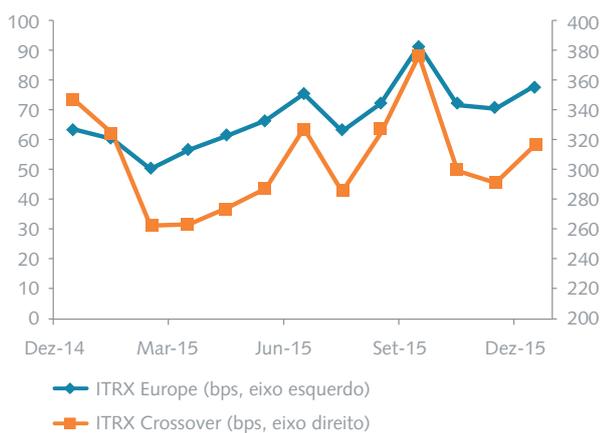
Dívida Privada

Na Europa, os *spreads* de crédito das obrigações *Investment Grade* terminaram, em média, o ano nos 77 bps, ligeiramente acima do nível do final de 2014 (+14 bps). Por sua vez, no segmento *High Yield*, os *spreads* diminuíram 31 bps, dos 346 para os 315 bps, apesar da volatilidade e aversão ao risco verificada nos mercados accionistas, em especial na segunda metade do ano.

Por sua vez, nos Estados- Unidos os *spreads* no segmento de *Investment Grade* aumentaram 32 bps, para os 157 bps, e 185 bps no segmento de *High Yield*, para os 687 bps, em média. Estes últimos foram negativamente influenciados pela forte queda do preço do barril do petróleo e consequente impacto negativo na saúde financeira do sector petrolífero, e pelos receios do abrandamento súbito da economia norte-americana.

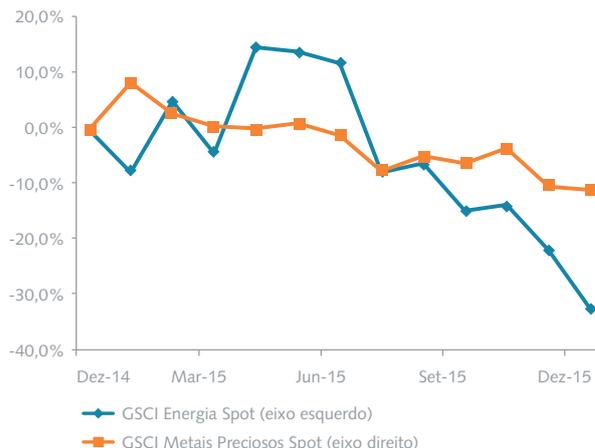


Evolução dos spreads de crédito na Europa

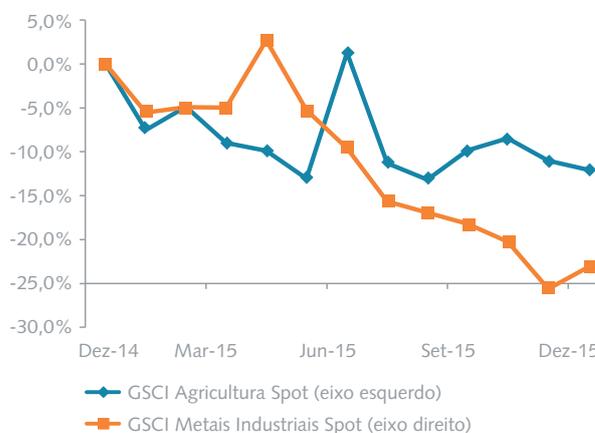
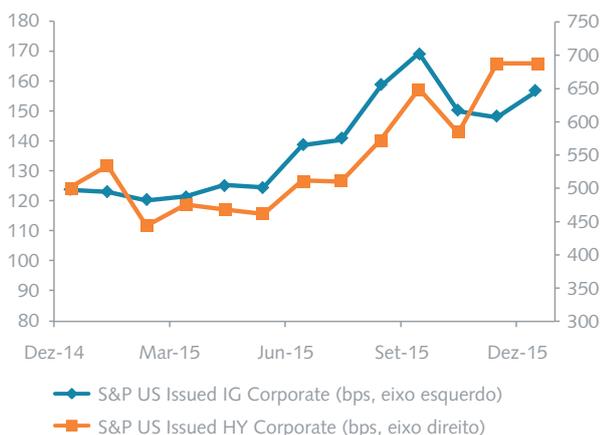


Fonte: Bloomberg

Evolução das Commodities



Evolução dos spreads de crédito nos Estados Unidos



Fonte: Bloomberg

Fonte: Bloomberg

Commodities

As matérias-primas registaram, em média, uma perda de 32,9%, em 2015, medida pelo índice S&P GSCI (em USD).

Na origem desta queda esteve, sobretudo, a forte descida do preço do Petróleo, cuja cotação caiu 30,5% no último ano (*Crude Oil WTI*). No quarto trimestre, a cotação do "ouro negro" desvalorizou cerca de 17,9%.

Igualmente forte foi a queda média das cotações dos produtos agrícolas, na ordem dos 12%, no ano. Esta tendência manteve-se também no quarto trimestre, com uma queda de 2,4%.

Por sua vez, os metais preciosos desvalorizaram cerca de 10,6%, e os metais industriais caíram 23,1%, estes últimos ainda muito pressionados pelo abrandamento das economias emergentes, em particular da China.

Síntese da actividade desenvolvida



Indicadores Consolidados

Indicadores (Euros)	2012	2013	2014	2015
Margem Financeira	13.379.215	10.704.623	12.577.205	12.251.235
Resultados de Operações Financeiras	6.152.895	5.122.478	9.290.279	7.350.129
Comissões Líquidas	1.304.210	1.633.123	1.986.459	1.711.339
Outros Proveitos de Exploração Líq.	151.970	33.765.202	(754.999)	(2.856.559)
Produto Bancário	20.988.290	51.225.426	23.098.944	18.456.144
Custos com Pessoal	(4.896.550)	(4.882.233)	(5.067.881)	(5.396.517)
Outros Gastos Administrativos	(3.770.569)	(4.201.582)	(4.606.453)	(4.643.361)
Custos de Estrutura	(8.667.119)	(9.083.815)	(9.674.334)	(10.039.878)
Amortizações	(858.018)	(853.662)	(705.949)	(455.811)
Provisões e imparidades Líquidas	(6.860.479)	(19.380.933)	(4.318.171)	(5.453.719)
Resultados antes de Impostos	4.602.674	21.907.016	8.400.490	2.506.736
Provisão para Impostos	(1.588.158)	2.725.009	(3.545.754)	355.007
Resultados Líquidos	3.022.241	24.631.263	4.833.610	2.868.919
Rendimento Integral	14.582.481	27.415.970	11.837.748	(3.520.104)
Crédito Concedido Líquido	199.678.844	175.111.528	185.344.856	246.931.130
Recursos Captados	553.685.128	493.211.158	522.646.926	495.123.016
Capitais Próprios	65.393.377	92.777.806	104.422.253	100.054.973
Activo Líquido	628.231.910	595.172.391	645.759.316	603.426.834



O ano de 2015, ao contrário do que se esperava, acabou por se revelar um ano difícil para grande parte da banca europeia. Apesar da melhoria registada nos rácios de capital e do ligeiro aumento da rentabilidade dos capitais próprios, o ano ficou marcado pelo nervosismo dos investidores em relação ao sector, traduzindo-se num aumento do prémio de risco, que se agudizou no final de 2015 e princípio de 2016. De facto a convergência de vários factores, nomeadamente a queda dos preços do petróleo e das *commodities*, a política de taxas de juros negativas implementada pelo BCE, os elevados níveis de crédito *non-performing*, a discriminação entre investidores resultante das medidas de resolução do Novo Banco tomadas em Dezembro e a incerteza relativamente ao impacto que Basileia III terá no capital regulamentar dos bancos, teve como consequência a revisão em baixa dos resultados esperados para a banca europeia e um aumento do risco associado ao sector.

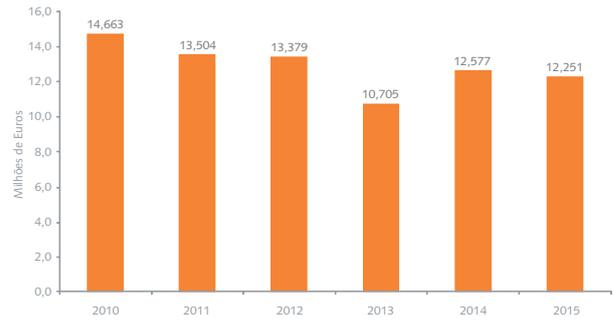
Em Portugal, à semelhança do que se verificou na Europa, registou-se uma melhoria dos resultados e dos rácios de capital dos principais bancos. Ao nível do mercado de capitais, este efeito positivo foi no entanto anulado pela incerteza gerada juntos dos investidores internacionais com a resolução do BANIF, com a decisão do Banco de Portugal quanto à transferência para o BES de alguns empréstimos obrigacionistas do Novo Banco e, por último, pelo aumento do peso dos *non-performing loans* no total das carteiras de crédito.

Apesar da conjuntura difícil, 2015 foi um ano positivo para o Banco Invest, embora condicionado pelas perdas registadas nas obrigações do Novo Banco transferidas para o BES, por decisão do Banco de Portugal de 29 de Dezembro, no âmbito da medida de resolução imposta àquele banco.

De facto, o Banco Invest registou um resultado líquido de 2,9 milhões de euros, com o produto bancário a cifrar-se em 18,5 milhões de euros.

A margem financeira diminuiu ligeiramente (2,6%), atingindo os 12,3 milhões de euros. Esta diminuição está essencialmente associada à quebra de 22% dos proveitos de juro da carteira de títulos, totalmente explicada pela redução em 25,5% do montante investido em obrigações durante o ano 2015. Vale a pena notar que, expurgando-se o efeito da redução da carteira de obrigações, a margem financeira teria aumentado significativamente, uma vez que os proveitos da carteira de crédito aumentaram em 9% e os encargos financeiros reduziram-se em 22%. Para a redução dos encargos financeiros contribuíram, por um lado, a redução das necessidades de financiamento da carteira de obrigações e, por outro, a diminuição das taxas de remuneração dos recursos de clientes. Com efeito, merece destaque o facto do custo dos depósitos ter diminuído 13%, apesar do montante total de depósitos ter crescido 21%.

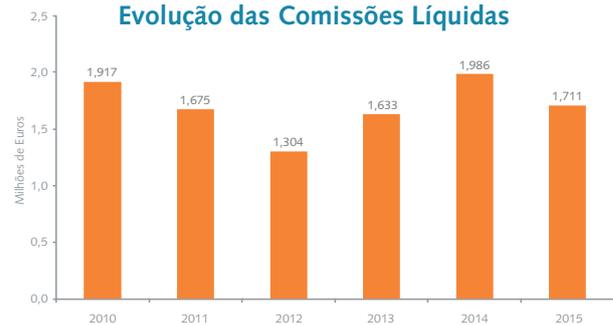
Evolução da Margem Financeira



Fonte: Banco Invest

As comissões líquidas cifraram-se em 1,7 milhões de euros, registando uma redução de 13,8%. Para esta redução contribuiu essencialmente a quebra de 29,5% ocorrida no valor das transacções no mercado secundário de acções a contado (Euronext), consequência do menor interesse dos investidores pelo mercado português. No entanto, o aumento do número de clientes do Banco gerou um crescimento dos proveitos associados às actividades de gestão de carteiras, custódia e distribuição de fundos de investimento.

Evolução das Comissões Líquidas



Fonte: Banco Invest

Os Resultados de Operações Financeiras totalizaram 7,4 milhões de euros, reflectindo os ganhos obtidos na gestão de risco de taxa de juro. Estes ganhos resultaram do efeito preço decorrente da descida de taxa de juro no primeiro quadrimestre do ano, após o qual o Banco reduziu a sua carteira de obrigações. O *rating* médio ponderado da carteira de obrigações é BBB, o que revela uma boa qualidade creditícia, bastante acima do risco médio português, mantendo-se reduzida a exposição a dívida pública portuguesa.

As imparidades líquidas cifraram-se em 5,5 milhões de euros o que significou um aumento de 20% em relação a 2014. Para este valor contribuiu significativamente a imparidade constituída nas obrigações do Novo Banco acima mencionadas, transferidas para o BES no âmbito da medida de resolução. As imparidades associadas à carteira de crédito reduziram-se em 92%.

O Activo Líquido reduziu-se em 42,3 milhões de euros para os 603,4 milhões de euros, em consequência do já referido desinvestimento levado a efeito na carteira de obrigações do Banco.

Com um crescimento de 21,1%, os Recursos de Clientes alcançaram os 336,7 milhões de euros. O crescimento

alcançado é, mais uma vez, largamente superior ao registado no sector, e é tanto mais significativo porquanto é obtido simultaneamente com uma redução do spread pago nos depósitos captados. Claramente, a dinâmica de crescimento continua a reflectir a satisfação dos clientes quanto à qualidade do serviço prestado e dos produtos oferecidos pelo Banco.

Os Recursos Obtidos junto do Banco Central diminuíram 35% para 141 milhões de euros, uma redução bastante superior ao desinvestimento ocorrido na carteira de títulos de dívida, o que reflecte a folgada posição de liquidez do Banco.

O rácio de transformação (total de crédito bruto vincendo/depósitos) aumentou para 72% em consequência do crescimento da carteira de crédito, valor que se mantém dentro das melhores práticas do sector e espelha o reduzido grau de alavancagem do Banco Invest.

Evolução da Estrutura de Recursos (excluindo BCE)



Fonte: Banco Invest

No final do exercício, o rácio de solvabilidade do Banco Invest, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, atingiu os 18,5%. Os rácios *Common Equity Tier I* e *Tier I* fixaram-se ambos nos 18,3%. O Banco Invest continua a estar entre as instituições mais sólidas do sector financeiro nacional.

Actividade Desenvolvida

Cientes Empresas

O Banco Invest continua a oferecer às empresas nacionais produtos e serviços não padronizados, com base numa oferta mais especializada, capaz de criar mais valor para os clientes.

O elevado grau de formação e experiência da equipa de profissionais do Banco, bem como a rapidez dos processos internos de decisão, asseguram a qualidade dos serviços prestados, indo ao encontro das necessidades específicas de cada cliente.

A integração no Grupo Alves Ribeiro, grupo com cerca de 80 anos de experiência no mercado nacional, proporciona ao Banco uma visão aprofundada do tecido económico português e o acesso a um conjunto de interlocutores de relevo, que se têm revelado de valor acrescentado em diversas operações.

Gestão de Risco

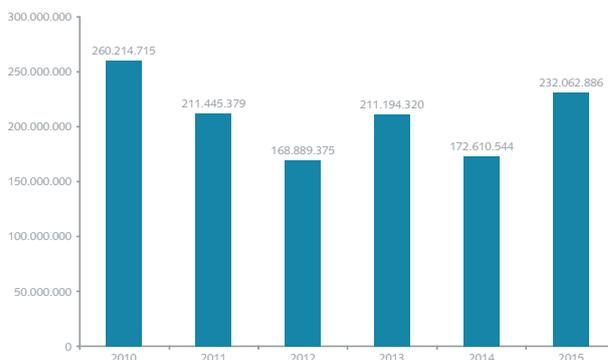
A oferta de produtos de gestão de risco para Empresas inclui coberturas de taxas de juro, de taxas de câmbio e do preço de *commodities*.

Em 2015, a perspectiva da manutenção de taxas de juro em níveis baixos por um período prolongado de tempo na Zona Euro e a forte descida do preço da generalidade das *commodities*, num cenário de elevada volatilidade, afastaram os Clientes destes produtos. Pelo contrário, a procura por coberturas cambiais manteve-se relativamente estável, tanto em termos de operações efectuadas como de volumes transaccionados.

Crédito a Empresas

O Banco aumentou a sua exposição de crédito a empresas, incrementando a carteira para 232,1 milhões de euros o que representa um aumento de 34% relativamente a 2014.

Evolução do Crédito Vincendo Actividade Empresarial



Fonte: Banco Invest

A carteira de crédito a empresas é constituída essencialmente por crédito, titulado, a empresas de média e grande dimensão e por crédito, garantido por activos imobiliários, a empresas de menor dimensão.

A carteira de crédito a pequenas empresas apresenta uma elevada dispersão, sendo maioritariamente composta por contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial.

No final de 2015, o grau de cobertura da carteira de crédito não titulado por garantias reais situava-se nos 90%. No crédito com garantias reais, o montante do capital em dívida ascendia a 48% do valor de mercado das garantias totais associadas (*loan-to-value*).

Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respectivos devedores ou garantes.

As garantias imobiliárias são objecto de reavaliação periódica, por Técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que reflectem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários regionais, natureza dos imóveis, potencial de utilização e de liquidez. As demais garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras.





Garantias sobre Crédito Vincendo à Actividade Empresarial

Crédito à actividade empresarial - 2015

	Capital	Tipo de garantia			Total
		Imobiliária	Outras	P. Financeiro	
Crédito não Titulado					
Com garantia					
Mútuo	46.987.498	55.411.144	1.566.307	35.534.306	92.511.756
Leasing Imobiliário	61.617.934	136.119.506	331.062	514.554	136.965.122
Leasing Mobiliário	592.589	-	-	98.528	98.528
Contas Correntes	700.097	363.962	-	514.780	878.742
Sem garantia	11.817.279	-	-	-	-
Total não Titulado	121.715.398	191.894.612	1.897.368	36.662.168	230.454.148
Crédito Titulado	110.347.488	-	-	-	-
Total de Crédito	232.062.886	191.894.612	1.897.368	36.662.168	230.454.148

Cientes Particulares

Especializado nos serviços financeiros que estão para além do relacionamento bancário do dia-a-dia, o Banco Invest oferece aos seus clientes Particulares um conjunto de soluções diversificadas, flexíveis e tecnicamente evoluídas, que a banca tradicional, com uma oferta mais padronizada, não está vocacionada para oferecer.

Private Banking

Nesta área, os Clientes têm à sua disposição um conjunto alargado de alternativas de investimento, podendo optar por diversas formas de relacionamento com o Banco, em função dos montantes, dos conhecimentos financeiros e da disponibilidade de tempo para dedicar à gestão das suas poupanças.

A conjuntura de rápida descida das taxas de juro e yields das obrigações, inclusive para valores negativos em vários países europeus, coloca novos desafios aos Clientes, nomeadamente a crescente necessidade de assumir mais risco de forma a potenciar a rentabilidade. Neste sentido, o Banco manteve o foco na diversificação das carteiras de investimento dos Clientes, privilegiando parceiros de reconhecida experiência e dimensão internacional. Os fundos de investimento multi-activos e os depósitos indexados mantiveram-se como as principais 'ferramentas' de trabalho, numa conjuntura de taxas de juro muito baixas e aumento de volatilidade nos mercados financeiros. No que se refere aos depósitos indexados, o Banco continua a apresentar uma oferta flexível, estruturando produtos tailor-made de acordo com as necessidades dos Clientes, em termos de prazos e objectivos de risco/retorno.

Gestão de Activos

O Banco oferece aos seus Clientes Particulares um alargado conjunto de produtos, abrangendo diferentes categorias de risco, liquidez e horizonte temporal de investimento. A oferta disponibilizada vai desde a Gestão Discricionária ao investimento directo em produtos transaccionados em bolsa, passando pelos produtos estruturados e fundos de investimento próprios e estrangeiros. Para os Clientes que desejam uma maior intervenção na gestão das suas poupanças mantendo, contudo, um aconselhamento profissional, o Banco disponibiliza, ainda, um serviço de *Advisory*. Este produto permite o acesso à composição das carteiras geridas pelo Banco e às alterações efectuadas periodicamente, deixando ao Cliente a decisão da respectiva implementação.

Em 2015, os produtos geridos e originados pelo Banco voltaram a registar rendibilidades muito positivas, tanto em termos absolutos como relativos, potenciadas pela robustez dos processos de alocação de activos e gestão de risco implementados.

Entre estes produtos, destaque para os seguintes:

- O fundo Alves Ribeiro PPR, cuja rentabilidade, em 2015, atingiu os 9,9%. Desde o lançamento do Fundo, a rentabilidade média anual ascende a 7,1%, a melhor na sua categoria.
- O fundo Alves Ribeiro - Médias Empresas Portugal valorizou 11,0%, mais 26 bps do que o índice nacional de referência PSI-20, em 2015.
- No serviço de Gestão Discricionária, destaque para a carteira Invest Moderado, com uma rentabilidade anual de 3,6%. Desde o início da gestão, em Novembro de 2012, a rentabilidade anualizada ascende a 6,1%, líquida de comissões.

- O produto *“Invest Healthcare (Ser. 14/1)”*, um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada a 5 ações de empresas farmacêuticas multinacionais. O produto, com uma maturidade de 12 meses, foi reembolsado em Janeiro, com uma rentabilidade de 7% (TANB).
- O produto *“Invest Sector Tecnológico (Ser. 14/1)”*, um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada ao *Technology Select Sector Index*. O produto, com uma maturidade de 12 meses, foi reembolsado no final do primeiro trimestre, com uma rentabilidade de 7% (TANB).
- O produto *“Invest Top Brands”*, um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada às ações de 5 empresas multinacionais e com marcas de elevada notoriedade. O produto, com uma maturidade de 15 meses, foi reembolsado no terceiro trimestre, com uma rentabilidade de 5,59% (TANB).
- O produto *“Invest Gestoras de Activos”*, um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada às ações de 5 sociedades internacionais gestoras de activos. O produto, com uma maturidade de 15 meses, foi reembolsado no quarto trimestre, com uma rentabilidade de 5,51% (TANB).

Durante o ano de 2015, o Banco emitiu 31 novos produtos estruturados para clientes particulares.

Corretagem

O Banco Invest está presente no segmento de *Prime Brokerage* e na Corretagem *online*.

No segmento de *Prime Brokerage*, com vista a garantir a qualidade do serviço prestado, o Banco privilegia o relacionamento direto dos Clientes com os *traders*, as recomendações activas com base em análise fundamental e técnica, a gestão de ordens, a análise de tendências e níveis de entrada e saída de títulos. Por outro lado, revela-se cada vez mais importante a gestão dos riscos envolvidos nas várias estratégias seguidas pelos investidores.

No segmento da corretagem *online*, os clientes do Banco Invest podem dar ordens através do site – *desktop* e *mobile* – ou através da plataforma de *trading* *“Invest Trader”*. Destaca-se a total integração das ordens pelo telefone, site e plataforma de *trading*, que distingue o Banco da maior parte dos seus concorrentes.

Em 2015, a atividade *online* continuou a ganhar peso relativo no volume de negócios global. No final de 2015, o canal *online* representava 45,7% no segmento do mercado “cash”, e 72,5% no segmento dos derivados.

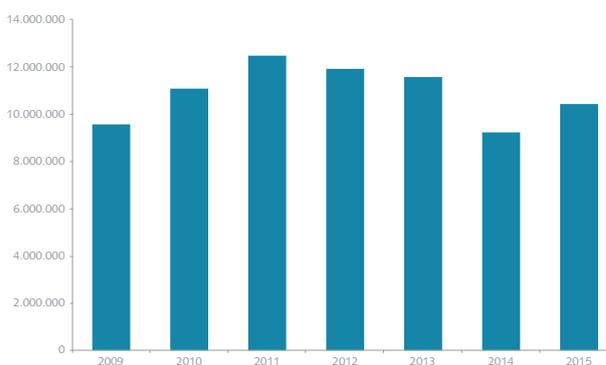
Crédito a Particulares

Embora o Banco não tenha intervenção no designado crédito ao consumo, desenvolveu e tem em gestão corrente dois produtos específicos dirigidos a Clientes Particulares: as contas margem e o crédito com garantia de metais preciosos. Orientadas para investidores no mercado de valores mobiliários, as contas margem permitem aos Clientes alavancar os seus fundos próprios sob penhor das respectivas carteiras, sendo, para o efeito, exclusivamente elegíveis títulos com liquidez e cotação em mercados oficiais.

A concessão de crédito com garantia de metais preciosos é essencialmente dirigida a Clientes que dispõem de uma parte relevante das suas poupanças investida em metais preciosos, e que pretendem recorrer a esta reserva de valor para obter financiamento.

Em 2015, verificou-se um incremento de 13% da carteira de crédito afecta a Clientes particulares, em virtude do aumento de crédito com garantia de metais preciosos.

Evolução do Crédito Vincendo Clientes Particulares



Valores em euros. Fonte: Banco Invest

Clientes Institucionais

Nesta área, o Banco Invest oferece essencialmente serviços de corretagem, produtos estruturados, cobertura e gestão de riscos e custódia de fundos de investimento.

A larga experiência dos profissionais do Banco, aliada ao envolvimento da Administração na condução da actividade corrente, continua a assegurar a qualidade dos serviços prestados, e o elevado grau de especialização na resposta às solicitações de cada Cliente. O posicionamento do Banco nesta área tem vindo a proporcionar uma colaboração estável, e de proximidade, com os Clientes, que se traduz no estabelecimento de relações de médio e longo prazo.





O ano de 2015 caracterizou-se pelo crescimento substancial da actividade junto de clientes institucionais nacionais de média e grande dimensão.

Corretagem

Estruturado para responder a investidores muito activos, e com um grau de exigência elevado, o serviço de corretagem oferecido pelo Banco Invest tem vindo a ganhar quota de mercado junto dos Clientes Institucionais, oferecendo soluções personalizadas que ajudam os gestores de fundos a alcançarem os seus objectivos.

O Banco conjuga uma actividade proactiva na procura de oportunidades firmes de negócio que propõe aos seus clientes, tanto no *sell* como no *buy side*, com a disponibilização de uma plataforma de execução e de transmissão de informação rápida e eficiente.

Produtos Estruturados

O Banco posiciona-se como parceiro de vários Clientes Institucionais, na estruturação de soluções de investimento eficientes e inovadoras para os respectivos clientes. A oferta disponibilizada inclui produtos sobre acções e índices de acções, taxas de juro e câmbio e, ainda, *exchange traded funds* e matérias-primas.

Em 2015, a actividade junto de clientes institucionais registou um acréscimo assinalável. Com efeito, o notional negociado de derivados financeiros aumentou significativamente, consequência do estabelecimento de linhas com novas contrapartes. Os principais produtos negociados foram os *Equity Swap Options*, predominantemente sobre cabazes de acções internacionais. Com menor expressão, o Banco continuou a emitir *Reverse Convertibles Notes*, geralmente sobre *single stocks* e *exchange traded funds*.

Durante o ano de 2015, o Banco emitiu 28 novos produtos estruturados para clientes institucionais, sob a forma de swaps e notes.

Gestão de Risco

A crescente complexidade e volatilidade dos produtos e mercados financeiros tornam cada vez mais importante a questão da gestão do risco, também, para os clientes Institucionais. Neste sentido, a oferta do Banco Invest procura responder a estes desafios com produtos personalizados e inovadores, em condições consideradas competitivas. O leque de produtos estende-se da fixação de preço aos produtos mais complexos, com opcionalidade e rendibilidade condicional, visando beneficiar das expectativas do Cliente para os mercados para obter um melhor nível de cobertura.

Custódia

Após um ano de 2014 que foi particularmente difícil para o mercado de capitais em Portugal, com consequências na indústria dos fundos de investimento, o ano de 2015 foi de novo um ano difícil, com o número de Fundos de Investimento nacionais a cair 5,7% (encerraram 28 fundos) e os montantes sob gestão a diminuírem 6,3% para €31,5 Mil Milhões.

Neste contexto o Banco Invest manteve a sua posição de referência enquanto banco depositário para as sociedades gestoras de fundos (mobiliários, imobiliários e de capital de risco) independentes a actuar no mercado nacional, tendo aumentado quer o número de fundos, quer os montantes líquidos sob custódia.

O ano terminou com o Banco a solidificar a sua quota de mercado neste segmento, mantendo a custódia de perto de 50 fundos de investimento de diversos tipos.

Actividade de Carteira Própria

Gestão de Riscos de Mercado

O Banco intervém de forma activa na gestão dos diversos riscos de mercado: acções, obrigações, fundos, câmbios e respectivos derivados.

A gestão de riscos de mercado tem como objectivo essencial o aproveitamento das oportunidades que vão surgindo, quer nos mercados financeiros internacionais, quer no mercado doméstico. A Sala de Mercados não tem a obrigatoriedade de estar presente de forma contínua com posições no mercado.

O Comité de Investimentos do Banco, constituído por responsáveis das diferentes áreas envolvidas, define regularmente orientações globais sobre o posicionamento do Banco no plano interno e no plano internacional, cabendo depois à Sala de Mercados, dentro dos limites de risco definidos, a gestão da exposição do Banco a cada um dos segmentos de mercado.

A definição dos limites de risco, globais e parcelares, assenta em metodologias de *Value at Risk*, análise de risco de crédito – *rating*, *basis point value*, *stress tests* e limites de concentração por activo, por sector e por país.

As várias estratégias utilizadas, bem como a gestão dos limites de risco, têm em conta as correlações existentes entre as várias classes de activos e estilos de *negociação*, de forma a reduzir a volatilidade do resultado global desta actividade. O peso de cada estratégia na carteira global é gerido de forma dinâmica, em função das diferentes condições de mercado.

VaR Anual da Carteira Total sujeita a Risco de Mercado



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

No ano de 2015, o VaR anual total da Sala de Mercados passou de cerca de €11,3M para €9,8M. Em termos comparativos, verifica-se uma redução face a 2014, justificada pela menor volatilidade nos mercados de dívida dos países da periferia da zona euro.

Gestão de Risco Acções

O Banco intervém no mercado de acções através da Carteira de Investimento (Carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda) e da Carteira de Negociação.

As aplicações efectuadas no âmbito da gestão da carteira de Investimento são definidas e aprovadas pelo Comité de Investimentos do Banco, depois de fundamentadas na conjugação de uma análise macroeconómica, global e por região, com uma análise fundamental dos sectores e das empresas. Além de uma bateria de indicadores macroeconómicos e sectoriais, são seguidos modelos de avaliação de acções e de comparação entre retorno esperado de acções e obrigações.

O investimento na carteira de negociação é feito numa perspectiva de curto prazo, com vista a atingir um objectivo pré-estabelecido. Em 2015, a gestão desta carteira caracterizou-se sobretudo pelo investimento em acções de empresas com elevada capitalização bolsista, cotadas nos principais índices Europeus e Norte Americanos, nas quais foram identificados indicadores de valorização a curto prazo.

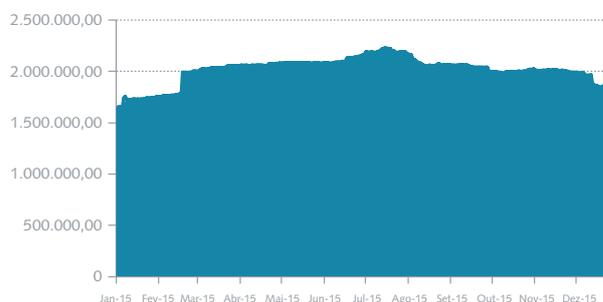
As estratégias, os limites de risco e o orçamento das carteiras são aprovados antes do início do ano pelo Comité de Investimentos do Banco, podendo o gestor intervir no mercado, ao longo do ano, dentro dos parâmetros estabelecidos.

Podem ser utilizadas diversas estratégias, entre as quais se destacam a Análise Técnica e o *Systematic Trading* – utilização de modelos sistemáticos para a identificação de oportunidades de *trading* – bem como a identificação de padrões de comportamento recorrente, assim como de indicadores que determinem movimentos significativos de mercado.

Em 2015, o VaR anual da carteira de acções do Banco oscilou entre €1.7M e €2.1M fechando o ano em €1.8M.



VaR Anual da Carteira de Acções

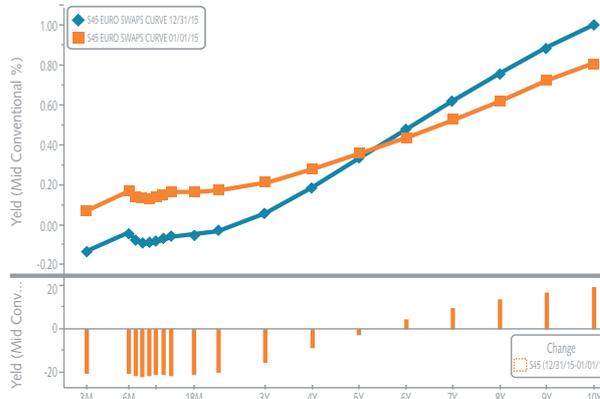


Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Gestão de Risco Taxa de Juro

Em resultado da política monetária expansionista do BCE, verificou-se em 2015 um ligeiro aumento da inclinação da curva de taxa de juro, reflectindo, no curto prazo, a redução das taxas directoras do Banco Central e, a longo prazo, alguma expectativa de melhoria da actividade económica da zona euro.

Evolução da curva de taxas de juro do Euro em 2015

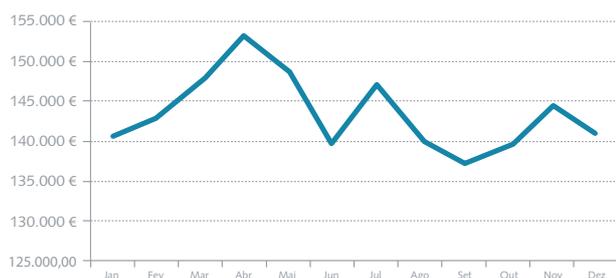


Valores em %. Fonte: Bloomberg

No início de 2015, o Banco aumentou a sua exposição ao risco de taxa de juro através de investimentos em títulos de maturidades longas, reduzindo a partir de Março a sua exposição, à medida que as taxas foram descendo.



Evolução BPV Tx Juro



Valores em BPV.

Evolução da Taxa de Juros a 10 anos da Dívida Pública Portuguesa



Valores em BPS. Fonte: Bloomberg

O VaR anual da carteira de obrigações do Banco foi muito semelhante ao VaR total da sala de mercados, passando de €10,9M para €9,5M.

Gestão de Risco Obrigações

No término do exercício, a carteira apresentava um *rating* médio BBB:

Rating	Negociação	DV	Maturidade	TOTAL
AA	24%	9%	0%	8%
A	29%	17%	11%	17%
BBB	31%	48%	54%	48%
BB	8%	11%	33%	18%
B	0%	2%	0%	1%
NR	8%	13%	3%	9%

No ano de 2015, ao contrário do esperado, não se verificou na economia global uma melhoria de *ratings*. Para este facto, contribuiu a degradação das notações de *rating* de algumas economias em desenvolvimento e a não melhoria das notações de risco dos países da periferia europeia, apesar de algum sucesso alcançado nos programas de ajustamento económico implementados.

No caso português, após a saída limpa do programa de ajustamento financeiro, a *Standard & Poor's* fez uma revisão positiva do *rating* de BB para BB+. As restantes agência mantiveram o *rating* inalterado em Ba1 no caso da *Moody's* e BB+ no caso da *Fitch*.

O prémio de risco pago pela república portuguesa desceu cerca de 100 pontos entre Janeiro e Março de 2015, tendo a partir dessa data começado a subir, acabando o ano num nível ligeiramente superior ao de Janeiro.

VaR Anual da Carteira de Obrigações



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Ao longo do ano de 2015, o valor do investimento na carteira de obrigações reduziu-se em €86M, de €377M para €292M. No mesmo período o Banco diminuiu a exposição a títulos de curto prazo, aumentando a exposição a títulos de médio e longo prazo.

Gestão de Risco Cambial

A gestão cambial centra-se, essencialmente, na cobertura das posições em dólares, libras esterlinas e francos suíços. Em termos de exposição do Balanço do Banco, a actividade em moeda estrangeira continuou a ser muito reduzida.

Gestão de Risco de Volatilidade

O Banco desenvolve uma actividade de gestão de opções e outros derivados, destinada a fazer a cobertura do risco dos Produtos Estruturados comercializados junto dos seus Clientes. Tratando-se de uma actividade de cobertura, o VaR das posições detidas tende a não oscilar significativamente.

No final do exercício de 2015, o montante global dos riscos geridos nesta actividade ascendia a 135 milhões de euros. O VaR médio mensal do “Livro de Derivados”, com 99,5% de intervalo de confiança, ascendeu a 500 mil Euros.

VaR Anual da Carteira de Derivados



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Controlo de Riscos

O controlo de riscos no Banco Invest é assumido ao mais alto nível, sendo todos os limites de risco – de mercado, de crédito, de liquidez e operacional – definidos e aprovados pelo Conselho de Administração do Banco. Paralelamente, existem órgãos funcionais – Comité de Investimentos, Direcção de Crédito, Direcção de Contabilidade e Controlo e Direcção de Auditoria Interna – que se articulam de forma a controlar os processos de aprovação, procedimentos e circuitos de informação previamente definidos, garantindo o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Autonomamente, de acordo com os requisitos previstos no aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, existe ainda a função de controlo de riscos cujo responsável reporta directamente ao Conselho de Administração, centrando a sua actuação, entre outras, na elaboração de auditorias sobre o cumprimento dos modelos de risco utilizados pelo Banco em diferentes áreas de negócio e na verificação da adequação dos mesmos modelos na valorização e mitigação dos riscos.

O sistema de controlo de riscos desenvolvido no Banco Invest permite monitorizar e avaliar continuamente o risco de cada área funcional através de matrizes de risco que asseguram, de forma tempestiva, a prevenção de situações indesejadas para o Banco e a adopção de medidas correctivas, caso sejam detectadas situações indesejadas.

O sistema implementado pretende abranger todos os produtos, actividades, processos e sistemas do Banco de modo a permitir a identificação e hierarquização de todos os riscos materiais e a documentação dos processos de avaliação, acompanhamento e controlo que lhes estão associados.

O processo de Gestão de Riscos envolve ainda o controlo sistemático da dimensão e da composição dos activos e passivos do Banco, avaliando a tolerância global ao risco, a natureza e disponibilidade de fontes de financiamento estáveis e o nível de capitais ou fundos próprios do Banco.

Este processo compreende a revisão regular e o planeamento das oportunidades de investimento disponíveis e respectivas estratégias de financiamento, tendo contribuído para a solidez demonstrada pelo Banco ao longo dos eventos extraordinários dos últimos anos.

Risco de Mercado

O controlo do risco de mercado destina-se a avaliar e monitorizar a desvalorização potencial dos activos do Banco, e consequente perda de resultados, causada pela ocorrência de um movimento adverso nos valores de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de juro e / ou das taxas de câmbio.

As carteiras de títulos do Banco estão segmentadas de acordo com os objectivos de investimento e respectivo tratamento contabilístico. O Banco calcula e monitoriza o risco de mercado de todas as carteiras que detém, definindo limites de risco por carteira, considerando os impactos potenciais de cada uma, quer nos resultados quer nos capitais próprios.

O risco global da actividade de *trading* é minorado através da utilização de estratégias de diversificação por classe de activos tendo em conta as correlações entre os vários mercados e activos.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições quanto à sua dimensão, composição, e níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para a exposição de crédito – concentração por país, sector de actividade e *rating* – como de mercado e de liquidez.

Para avaliação e quantificação do risco de mercado o banco utiliza os seguintes indicadores:

- *Value-at-Risk*, estimando para cada carteira, com um intervalo de confiança de 99%, a perda potencial máxima diária proveniente de variações adversas nos activos subjacentes. O *Value-at-Risk* tem em conta não só a volatilidade dos activos financeiros, mas também a correlação entre eles, e a distribuição das taxas de rentabilidade de cada um, determinando-se diariamente o risco assumido, por tipo de activo financeiro e pela carteira global do Banco;
- *Present Value of Basis Point (BPV)*, que consiste em determinar a perda potencial nos resultados do Banco originada por uma variação de um ponto base nas taxas de juro.





Suplementarmente, o Banco recorre à realização periódica de *stress tests* e *reverse stress tests*, que consistem na simulação de cenários, históricos e / ou hipotéticos, adversos à carteira detida, e na análise de sensibilidade decorrente da alteração de diversos factores medindo o impacto no valor dos activos, nos resultados e na solvabilidade.

Os *stress tests* são parte integrante da avaliação anual que é efectuada ao processo de auto avaliação do capital interno (ICAAP), no sentido de aferir a adequação do capital do Banco ao desenvolvimento da actividade económica.

Os limites de concentração por mercado, por activo, por sector e por notação de *rating*, propostos pelo Comité de Investimentos e aprovados pelo Conselho de Administração, são diariamente monitorizados pela Direcção de Contabilidade e Controlo. Também numa base diária, o Comité de Investimentos acompanha o *mark-to-market* de cada carteira, bem como a evolução do seu *Value-at-Risk*.

Risco de Crédito

O controlo do risco de crédito consiste na avaliação dos graus de incerteza, e monitorização de eventuais perdas, quanto à capacidade de um cliente/contraparte cumprir as suas obrigações contratuais. O risco de crédito assume na actividade bancária um carácter especial, não só pela sua materialidade mas também pela sua interligação com os outros riscos.

Na actividade de concessão de crédito, com vista a garantir uma correcta determinação do perfil de risco das operações, o processo de análise e deliberação perpassa, com pareceres autónomos, a área de análise de risco, a Direcção de Crédito e a Administração do Banco, sendo suportado numa bateria de elementos de informação externa e interna considerados pertinentes à fundamentada deliberação de qualquer proposta de crédito.

A consistência dos colaterais é determinada por avaliações sistemáticas conduzidas por técnicos externos devidamente credenciados, sujeitas a reavaliações periódicas regulares. A integridade dos referidos colaterais é salvaguardada em apólices de seguro, cobrindo os riscos comuns, cuja suficiência em termos de capital e validade o Banco monitoriza em permanência.

As imparidades da carteira de crédito são apuradas mensalmente, com base numa análise colectiva da carteira de crédito, e na análise individual dos créditos de maior dimensão e daqueles que se encontram em situação de *default*. A imparidade nos créditos sujeitos à análise colectiva é apurada com base num modelo proprietário, devidamente validado pelos auditores externos, que estima as probabilidades de *default* e o montante das perdas esperadas, com base na informação relativa ao comportamento da carteira no passado.

Periodicamente, são também elaborados, nos termos instituídos pelo Banco de Portugal, testes de esforço à carteira de crédito, visando analisar o impacto nas contas do Banco do movimento adverso de algumas variáveis consideradas sensíveis, nomeadamente quanto à taxa de incumprimento, taxa de juro e preços do mercado imobiliário.

O risco de crédito da carteira de títulos é calculado e monitorizado com base na metodologia *Credit Value-at-Risk*. Através deste modelo, é calculada a perda máxima esperada, com um determinado nível de confiança, resultante da ocorrência de *defaults* na carteira. A perda máxima é calculada com base nas probabilidades de *default* e *recovery rate (loss given default)* históricas obtidas junto das principais agências de *rating* em títulos com notação de risco de crédito semelhante à dos títulos detidos em carteira.

No âmbito do risco de concentração de crédito, são efectuadas análises globais da carteira (crédito titulado e não titulado) mensurando-se a exposição por sectores de actividade e as maiores exposições individuais.

Risco de Liquidez

O controlo do risco de liquidez destina-se a avaliar e monitorizar a possibilidade da ocorrência de uma perda resultante da incapacidade do Banco, num determinado momento, financiar os seus activos de forma a satisfazer os seus compromissos financeiros nas datas previstas.

O risco de liquidez é avaliado com base nos mapas de activos e passivos, que permitem monitorizar a evolução da tesouraria do Banco e determinar as necessidades de caixa ao longo de um período previsional de cinco anos. São efectuadas análises de *mismatch* e realizados *stress tests* para determinação de níveis de liquidez de segurança para fazer face a eventos inesperados.

Para financiar a sua actividade de curto prazo, e de forma a garantir uma gestão de liquidez com níveis de segurança adequados, o Banco tem linhas de mercado monetário interbancário e linhas de reporte de títulos negociadas com diversos bancos, para além da captação permanente de recursos de clientes, existindo também uma lista de contrapartes autorizadas e respectivos limites de exposição aprovados.

Risco Operacional

O controlo do risco operacional tem por objectivo evitar possíveis falhas nos sistemas de controlo interno que possam dar origem à ocorrência de fraudes ou à realização de operações não autorizadas, assim como evitar que o resultado do Banco possa ser prejudicado pela ocorrência de um evento não inerente à sua actividade.



A actividade do Banco Invest está sujeita a diversos mecanismos de prevenção e controlo que lhe permitem mitigar o risco da ocorrência de perdas de natureza operacional, entre os quais se destacam:

- Código de Conduta e Regulamento Interno do Banco;
- Manuais de Procedimentos;
- Controlos de acessos, físicos e lógicos;
- Relatórios de excepção;
- Planeamento de contingências.

O Banco dispõe de procedimentos que definem o âmbito de responsabilidade de cada uma das áreas envolvidas no funcionamento diário da instituição, os circuitos de informação e prazos a cumprir, mitigando a possibilidade de ocorrência de prejuízos operacionais.

Periodicamente, realizam-se auditorias internas com vista a avaliar os sistemas de controlo implementados, de forma a garantir o cumprimento dos Manuais de Procedimentos, e reduzir a probabilidade da ocorrência de erros no registo e contabilização das diversas operações.

Numa base diária, a Direcção de Contabilidade e Controlo avalia as responsabilidades de cada área funcional para com as respectivas contrapartes, e confirma o cumprimento dos limites estabelecidos, e os níveis de autorização utilizados na aprovação das operações.

Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração entende deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas, que constituem o maior estímulo para enfrentar os desafios que se lhe deparam;
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela atenção dispensada ao Banco;
- À Mesa da Assembleia Geral, em especial ao seu Presidente, pela disponibilidade demonstrada no desempenho de tão importantes funções;
- Ao Conselho Fiscal, e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração e apoio à condução das actividades do Banco;
- Àqueles colaboradores que se entregaram, com sentido de responsabilidade e espírito de dedicação, à consecução dos objectivos delineados e ao respeito pelos valores éticos, humanos e empresariais internamente assumidos e partilhados.

Lisboa, 24 de Março de 2016

O Conselho de Administração

4. Demonstrações Financeiras





Balancos Consolidados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2015		2014		Notas	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2015	2014
	Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	3.869.780	-	3.869.780	17	Recursos de Bancos Centrais	17	141.006.232	216.704.549
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	5.862.327	-	5.862.327	18	Passivos financeiros detidos para negociação	18	306.462	493.556
Activos financeiros detidos para negociação	7	44.699.490	-	44.699.490	19	Recursos de outras instituições de crédito	19	1.486.255	2.470.654
Activos financeiros disponíveis para venda	8	155.964.209	(4.563.202)	151.401.007	20	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	336.726.029	278.120.500
Aplicações em instituições de crédito	6	400.180	-	400.180	21	Responsabilidades representadas por títulos	21	15.598.038	24.857.667
Crédito a clientes	9	279.326.232	(32.395.102)	246.931.130	22	Provisões	22	500.000	500.000
Investimentos detidos até à maturidade	10	102.346.120	(2.230.831)	100.115.289	15	Passivos por impostos correntes	15	42.283	2.622.672
Activos não correntes detidos para venda	11	36.682.061	(9.861.222)	26.820.839	15	Passivos por impostos diferidos	15	1.257.936	2.914.876
Propriedades investimento	12	5.484.014	(1.232.542)	4.251.472	23	Outros passivos	23	6.448.626	12.652.589
Outros activos tangíveis	13	6.465.871	(4.163.559)	2.302.312					
Activos intangíveis	14	2.023.243	(1.916.444)	106.799		Total do Passivo		503.371.861	541.337.063
Activos por impostos correntes	15	1.076.033	-	1.076.033	25	Capital	25	59.500.000	59.500.000
Activos por impostos diferidos	15	8.733.906	-	8.733.906	26	Reservas de reavaliação	26	3.554.051	9.943.074
Outros activos	16	6.856.270	-	6.856.270	26	Outras reservas e resultados transitados	26	33.289.409	29.295.799
					26	Resultados do exercício atribuível aos accionistas do Banco	26	2.868.919	4.833.610
					27	Interesses que não controlam	27	842.594	849.770
Total do Activo		659.789.736	(56.362.902)	603.426.834		Total do Capital Próprio		100.054.973	104.422.253
						Total do Passivo e do Capital Próprio		603.426.834	645.759.316

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014



(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	28	18.264.619	20.313.739
Juros e encargos similares	29	(6.013.384)	(7.736.534)
MARGEM FINANCEIRA		12.251.235	12.577.205
Rendimentos de serviços e comissões	30	2.172.514	2.428.837
Encargos com serviços e comissões	31	(461.175)	(442.378)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	499.672	2.733.653
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	6.699.568	5.995.636
Resultados de reavaliação cambial	34	150.889	560.990
Resultados de alienação de outros activos	35	(3.011.059)	(939.963)
Outros resultados de exploração	36	154.500	184.964
PRODUTO BANCÁRIO		18.456.144	23.098.944
Custos com pessoal	37	(5.396.517)	(5.067.881)
Gastos gerais administrativos	38	(4.643.361)	(4.606.453)
Amortizações do exercício	13 e 14	(455.811)	(705.949)
Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações	22	(195.600)	(2.598.847)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	22	(4.192.520)	(581.278)
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	22	(1.065.599)	(1.138.046)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		2.506.736	8.400.490
Impostos			
Correntes	15	(1.110.249)	(2.968.267)
Diferidos	15	1.465.256	(577.487)
		355.007	(3.545.754)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS ANTES DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM		2.861.743	4.854.736
Resultado atribuível a interesses que não controlam	26	7.176	(21.126)
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS DO BANCO		2.868.919	4.833.610

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



Demonstrações do rendimento integral consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em Euros)

	2015	2014
Resultado consolidado antes de interesses que não controlam	2.861.743	4.854.736
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(3.460.387)	13.697.452
Impacto fiscal	743.220	(3.108.245)
Transferência para resultados por imparidade	1.961.689	1.247.200
Impacto fiscal	(441.380)	(305.564)
Transferência para resultados por alienação	(6.699.568)	(5.995.636)
Impacto fiscal	1.507.403	1.468.931
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	(6.389.023)	7.004.138
Rendimento integral consolidado antes de interesses que não controlam	(3.527.280)	11.858.874
Interesses minoritários	7.176	(21.126)
Rendimento integral consolidado	(3.520.104)	11.837.748

○ Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Demonstrações das alterações no capital próprio consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Reservas de reavaliação			Outras reservas e resultados transitados					Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total	
	Capital	Reservas de justo valor	Impostos diferidos	Total	Reserva legal	Reserva livre	Reserva de fusão	Resultados transitados				Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	59.500.000	3.966.307	(1.027.371)	2.938.936	1.740.163	9.012.951	574.221	(6.662.800)	4.664.535	24.631.263	1.043.072	92.777.806
Aplicação do lucro do exercício de 2013	-	-	-	-	-	-	-	24.631.263	24.631.263	(24.631.263)	-	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.833.610	21.126	11.858.874
Rendimento integral do exercício de 2014	-	8.949.016	(1.944.878)	7.004.138	-	-	-	-	-	-	-	(18.000)
Alteração na % devida pelos interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(196.428)
Outras alterações nos interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(196.428)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	59.500.000	12.915.323	(2.972.249)	9.943.074	1.740.163	9.012.951	574.221	17.968.463	29.295.798	4.833.610	849.770	104.422.253
Aplicação do lucro do exercício de 2014	-	-	-	-	1.788.965	-	-	3.044.645	4.833.610	(4.833.610)	-	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(840.000)
Rendimento integral do exercício de 2015	-	(8.195.266)	1.809.243	(6.389.023)	-	(840.000)	-	-	(840.000)	-	-	(840.000)
Distribuição de reservas livres (Nota 26)	-	-	-	-	-	(840.000)	-	-	(840.000)	-	-	(840.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	59.500.000	4.717.057	(1.163.006)	3.554.051	3.529.128	8.172.951	574.221	21.013.108	33.289.408	2.868.919	842.594	100.054.973

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.





Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em Euros)

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	17.559.275	22.471.661
Pagamentos de juros e comissões	(7.921.677)	(7.895.257)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(9.890.000)	(9.976.651)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(4.758.679)	787.752
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	335.692	776.257
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	(4.675.389)	6.163.762
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	14.644.288	(910.187)
Activos financeiros disponíveis para venda	110.003.657	(14.620.317)
Aplicações instituições crédito	3.000.172	(3.400.352)
Crédito a clientes	(60.960.949)	(12.009.445)
Investimentos detidos até à maturidade	(25.065.881)	(13.493.070)
Activos não correntes detidos para venda	(1.964.941)	685.400
Outros activos	(1.933.378)	759.402
	37.722.968	(42.988.569)
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	(74.000.000)	(5.000.000)
Recursos de outras instituições de crédito	(984.398)	(2.918.594)
Recursos de clientes	58.605.529	44.120.030
Responsabilidades representadas por títulos	(9.264.570)	(7.123.295)
Outros passivos	(5.496.955)	5.096.745
	(31.140.394)	34.174.886
Caixa líquida das actividades operacionais	1.907.185	(2.649.921)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(739.556)	126.014
Caixa líquida das actividades de investimento	(739.556)	126.014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Distribuição de reservas aos accionistas (Nota 26)	(840.000)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	(840.000)	-
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	327.629	(2.523.907)
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.404.478	11.928.385
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.732.107	9.404.478
	327.629	(2.523.907)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

5. Anexos às Demonstrações Financeiras





1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Invest, S.A. (Banco ou Banco Invest) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituído em 14 de Fevereiro de 1997 com a denominação de Banco Alves Ribeiro, S.A., tendo iniciado a sua actividade em 11 de Março de 1997. A constituição do Banco foi autorizada pelo Banco de Portugal em 4 de Dezembro de 1996. Em 16 de Setembro de 2005, o Banco alterou a sua denominação social para a actual.

O Banco tem por objecto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicar-se essencialmente à actividade de gestão de activos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento.

Para a realização das suas operações o Banco dispõe de cinco balcões, localizados em Lisboa, Porto e Leiria.

O Banco detém a totalidade do capital social da Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Invest Gestão de Activos). Esta sociedade foi constituída em 11 de Fevereiro de 1998 e tem como objecto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

O Banco realizou duas operações de titularização de créditos:

- AR Finance 1 – realizada no exercício de 2003, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance FTC) e o AR Finance 1 plc, sociedade de responsabilidade limitada sediada na República da Irlanda;
- InvestFinance 1 – realizada no exercício de 2008, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos InvestFinance 1 Portugal Fundo (InvestFinance FTC) e o InvestFinance 1 Portugal BV, sociedade de responsabilidade limitada sediada na Holanda. Conforme descrito na Nota 9, esta operação foi terminada em 2014.

No exercício de 2008, foi constituído o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo (Fundo Tejo), gerido pela Invest Gestão de Activos, que tem como actividade principal a compra de imóveis para posterior alienação ou arrendamento.

No exercício de 2013, foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited, detida integralmente pelo Banco. Esta Sociedade, com sede em Malta, foi adquirida para a concretização da operação de aquisição das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela InvestFinance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos InvestFinance 1. A aquisição das VFN foi concretizada através da Sociedade Saldanha Finance, sediada igualmente em Malta, e detida em 99,9% pela Saldanha Holdings Limited. O restante capital social da Saldanha Finance (0,1%) é detido directamente pelo Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Março de 2016.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 do Banco Invest e das entidades incluídas no seu perímetro de consolidação estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco Invest entende que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2015 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Invest e as das entidades por si controladas, directa ou indirectamente (Nota 3) incluindo entidades com finalidade especial.



De acordo com os requisitos da IFRS 10, o Banco considera que exerce controlo quando se encontra exposto ou detenha direitos sobre os retornos variáveis gerados por uma determinada entidade (designada como “filial”) e possa, através da aplicação do poder que retém e da capacidade de orientar as suas actividades relevantes, apoderar-se dos mesmos (poder de facto). O Banco inclui no seu perímetro de consolidação as entidades com finalidade especial criadas no âmbito das operações de titularização acima referidas, uma vez que sobre estas entidades é exercido controlo.

A consolidação das contas das filiais foi efectuada pelo método da integração global, tendo sido eliminadas as transacções e os saldos significativos entre as entidades objecto de consolidação. Adicionalmente, quando aplicável, foram efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica “Interesses que não controlam”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco Invest e das filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre entidades incluídas no perímetro de consolidação

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Grupo são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à transacção. Aquando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou pela alienação de bens, os quais se encontram registados em “Outros activos”.



Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 41). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

iv) Investimentos detidos até à maturidade

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Banco a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.

No reconhecimento inicial estes activos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Qualquer venda de activos que sejam classificados como detidos até à maturidade implica a alteração de classificação de toda a classe exceto para vendas isoladas, não recorrentes e em circunstâncias fora do controlo da entidade não razoavelmente antecipáveis.

Uma entidade não pode voltar a classificar um activo financeiro como detido até à maturidade quando, durante o corrente ano ou durante os dois anos precedentes, vendeu ou reclassificou, antes da maturidade, mais do que um insignificante montante de instrumentos detidos até à maturidade, excepto se:

- Tenha ocorrido tão próximo da data de maturidade ou de reembolso antecipado que alterações nas taxas de juro não teriam um impacto significativo no seu justo valor;
- Ocorra após a entidade ter recebido, de forma substancial, o montante nominal do activo financeiro; ou
- Seja atribuído a um evento isolado, fora do controlo da entidade, não recorrente e que não pudesse ser razoavelmente antecipado.

Esta categoria inclui um conjunto de activos financeiros que foram reclassificados das rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 41). Estes activos foram registados ao justo valor com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.



Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (*bid prices*), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg*, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e o índice denominado por *Bloomberg Generic*;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Reclassificação de activos financeiros

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, o Banco passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efectuada em situações excepcionais, tendo sido considerado que a situação no final de 2008, onde os mercados eram caracterizados por uma significativa falta de liquidez, constituiu uma situação excepcional.

A reclassificação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber apenas é possível se o Banco tiver intenção e capacidade para manter os activos até à sua maturidade ou num futuro previsível, respectivamente. A transferência para empréstimos e contas a receber só é permitida se o activo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transaccionado num mercado activo).

Na reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para outra categoria não são alterados os respectivos ganhos e perdas dos activos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o "*deemed cost*" do activo financeiro.

Na sequência da reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.

Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efectuada a reclassificação de activos financeiros da categoria de disponíveis para venda para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos activos reclassificados são mantidos na reserva de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efectiva, no caso de activos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os activos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos activos.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.



ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, responsabilidades representadas por títulos e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contracto de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contracto de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de *"trading"*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes (incluindo títulos de dívida) e os investimentos detidos até à maturidade, e activos registados ao justo valor, nomeadamente os activos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual, de acordo com a natureza dos activos:

Crédito a clientes

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.



De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os *cash-flows* futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade, são igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Instrumentos de dívida

No que se refere aos instrumentos de dívida o Banco definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 70% do valor nominal;
- *Rating* inferior a BBB-, ou seja, *Non investment grade*;
- Deterioração significativa dos activos subjacentes em emissões de "*Asset-backed Securities*" (ABS) sem *rating* sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
 - Aumento das delinquências;
 - Redução do "*recover value*" esperado;
 - Diminuição do "*credit enhancement*" em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efectuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
 - Notação de *rating* igual ou inferior a CC na S&P e Fitch e Ca na Moody's.
 - Pela sua natureza particular, exceptuam-se os títulos de dívida subordinada, acções preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
 - Reestruturação ou novação de dívida;
 - Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo.
 - Redução do "*credit enhancement*" em mais de 50 pontos percentuais, da tranche detida em emissões de ABS, quando se tratar da penúltima tranche existente.

O Banco poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.



Instrumentos de capital

Existe imparidade em instrumentos de capital quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência.

Para os instrumentos de capital foram ainda definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;
- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;
- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Para os títulos com indícios de imparidade o Banco constitui imparidade quando o Comité de Investimentos do Banco (CIB) após a análise dos mesmos conclua pela necessidade da sua constituição.

Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na "Reserva de justo valor" devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor" até que o activo seja vendido.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.5. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.



Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente se a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que desenvolveu todas as acções necessárias para que a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.6. *Propriedades de investimento*

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

2.7. *Outros activos tangíveis*

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de activos” é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

2.8. *Locação financeira*

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.



Como locatário

O Banco não realizou operações de locação financeira na óptica do locatário.

2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.10. Impostos sobre lucros

O Banco é detido em 99,26% pela Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.; e
- US - Gestar – Gestão de Imóveis, S.A..

O lucro tributável do Grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, sendo tributado a uma taxa de 21%. De acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Adicionalmente os lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 Euros; e
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 51.º e 51.º-C do Código do IRC (na redacção vigente até ao exercício de 2015), os lucros e reservas distribuídos, bem como as mais e menos-valias realizadas pelo Banco mediante a transmissão onerosa de partes de capital, não concorrem para a determinação do seu lucro tributável, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o Banco detenha uma participação não inferior a 5% do capital social ou dos direitos de voto na entidade que distribui os lucros, ou na entidade objecto de transmissão onerosa, e desde que a participação tenha sido detida por um período não inferior a 24 meses (ou, no caso dos dividendos, se detida há menos tempo, seja mantida durante o tempo necessário para completar aquele período); (ii) o sujeito passivo não seja abrangido pelo regime da transparência fiscal; (iii) a entidade que distribui os lucros ou reservas, ou cujo capital é objecto de transmissão onerosa, esteja sujeita e não isenta de IRC, de um imposto referido no artigo 2.º da Directiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de Novembro, ou de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC e a taxa legal aplicável não seja inferior a 60% da taxa do IRC; (iv) a entidade que distribui os lucros ou reservas, ou a entidade objecto de transmissão onerosa, não seja residente num paraíso fiscal.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como os gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido respeita às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças entre o resultado fiscal e contabilístico.



São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis no futuro.

Tal como está estabelecido no normativo contabilístico, são reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, condicionados à existência de expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a imparidades e provisões não aceites para efeitos fiscais e valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base na taxa de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco utilizou para o cálculo dos impostos diferidos uma taxa de 25,5% e 22,5%, respectivamente.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.12. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

O Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no exercício a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.13. Comissões

As comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor em rubricas extrapatrimoniais.



2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.16. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelos Conselhos de Administração do Banco e das suas filiais. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem as abaixo apresentadas.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.4.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4., a valorização destes instrumentos financeiros é determinada através do recurso a cotações fornecidas por entidades independentes e preços obtidos através de modelos internos de valorização.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco Invest com base no reconhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco Invest considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas “Crédito a clientes”, “Investimentos detidos até à maturidade” e “Activos financeiros disponíveis para venda”. A análise de imparidade é efectuada, numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.4. d)).

2.17. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas



No exercício de 2015 o Banco adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas, interpretações, emendas e revisões emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	17-Jun-14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Emenda à IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	01-Jan-15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
Emenda à IFRS 13 – Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	01-Jan-15	Clarifica que a exceção de aplicação da norma a activos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de activo ou passivo financeiro da IAS 32.
Emenda à IAS 40 – Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	01-Jan-15	Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um activo ou uma concentração de actividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.



Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	01-Fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	01-Fev-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em acções: definição de vesting condition; IFRS 3 – Concentração de actividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de activos por segmento com o valor de activos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Activos fixos tangíveis e IAS 38 – Activos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de activos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	01-Jan-16	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de activos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de activos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de activos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adoptar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	01-Jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma actividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma actividade empresarial, deverá a transacção ser registada como uma aquisição de activos. Esta alteração tem aplicação prospectiva para novas aquisições de interesses.



Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “Disclosure Initiative”	01-Jan-16	<p>Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objectivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem:</p> <ul style="list-style-type: none">- uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;- uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção;- informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e- outra informação na quarta secção.
Emenda à IAS 16 – Activos fixos tangíveis e IAS 38 – Activos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	01-Jan-16	<p>Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um activo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de activos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de activos intangíveis só poderá ser refutada quanto o activo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.</p>
Emenda à IAS 16 – Activos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção	01-Jan-16	<p>Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.</p>
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	01-Jan-16	<p>Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.</p>

Estas normas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras em resultado da sua aplicação.



As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de activos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.
IFRS 14 – Activos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a activos regulados.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transacções de troca directa envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de activos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

3. EMPRESAS DO GRUPO



Os principais dados sobre a atividade das subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado podem ser resumidos como segue:

Sociedade	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
Banco Invest, S.A.	Banco	Lisboa	n.a.	n.a.
Invest Gestão de Ativos - SGFIM, S.A.	Gestão de Fundos de Inv. Mobiliário	Lisboa	100%	Integral
Fundo de Titularização de Créditos				
AR Finance 1 Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
AR Finance 1, plc	Emissão de dívida	Irlanda	n.a.	Integral
Fundo Tejo	Compra e venda de imóveis	Lisboa	86,5%	Integral
Saldanha Holdings	Sociedade Financeira	Malta	100%	Integral
Saldanha Finance	Sociedade Financeira	Malta	100%	Integral

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os dados financeiros mais significativos retirados das respectivas demonstrações financeiras estatutárias podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2015			2014		
	Ativo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Ativo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
Banco Invest, S.A.	603.254.840	77.251.363	7.736.363	646.056.466	76.526.421	17.389.650
Invest Gestão de Ativos - SGFIM, S.A.	2.038.005	2.002.208	119.033	1.923.887	1.883.176	114.437
Fundo de Titularização de Créditos						
AR Finance 1 Fundo	15.330.840	14.603.811	121.612	20.035.962	18.404.743	(2.802.191)
AR Finance 1, plc	17.592.882	(8.733.309)	245.635	22.019.622	(8.978.944)	(9.017.044)
Fundo Tejo	6.729.874	6.635.192	(1.307.035)	8.281.992	7.942.227	156.330
Saldanha Holdings	174.503	151.594	(40.037)	17.341	(30.161)	16.968.339
Saldanha Finance	10.321.126	10.287.083	(46.975)	17.566.973	17.561.391	34.559.891

Em Março de 2014 a operação de titularização de créditos InvestFinance 1 foi liquidada. Nos termos previstos no regulamento de gestão do InvestFinance FTC o Banco adquiriu os créditos pelo seu valor nominal.



4. RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Banco Invest adoptou os seguintes segmentos operacionais:

- Comercial – Crédito a clientes;
- Mercados – Restantes áreas, que inclui:
Mercados financeiros, corretagem, gestão discricionária de carteiras de clientes e custódia de títulos.

Nos exercícios de 2015 e 2014, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por segmento operacional é a seguinte:

	2015		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	9.800.988	2.450.247	12.251.235
Resultados de serviços e comissões	1.711.339	-	1.711.339
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	499.672	499.672
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	6.699.568	6.699.568
Outros resultados de exploração e outros	(2.856.559)	150.889	(2.705.670)
Produto bancário	8.655.768	9.800.376	18.456.144
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(7.529.908)	(2.509.970)	(10.039.878)
Amortizações do exercício (1)	(341.858)	(113.953)	(455.811)
Provisões e imparidade	(1.511.016)	(3.942.703)	(5.453.719)
Resultado antes de impostos	(727.014)	3.233.750	2.506.736
Impostos	1.465.256	(1.110.249)	355.007
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	738.242	2.123.501	2.861.743
Resultado atribuível a interesses que não controlam	-	7.176	7.176
Resultado consolidado do exercício	738.242	2.130.677	2.868.919
Activos financeiros detidos para negociação	-	44.699.490	44.699.490
Activos financeiros disponíveis para venda	-	151.401.007	151.401.007
Crédito a clientes	136.812.531	110.118.599	246.931.130
Investimentos detidos até à maturidade	-	100.115.289	100.115.289
Recursos de Bancos Centrais	-	141.006.232	141.006.232
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.486.255	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	336.726.029	336.726.029
Responsabilidades representadas por títulos	15.598.038	-	15.598.038

(1) Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.



	2014		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	10.061.764	2.515.441	12.577.205
Resultados de serviços e comissões	1.986.459	-	1.986.459
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	2.733.653	2.733.653
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	5.995.636	5.995.636
Outros resultados de exploração e outros	(754.999)	560.990	(194.009)
Produto bancário	11.293.224	11.805.720	23.098.944
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(7.255.751)	(2.418.583)	(9.674.334)
Amortizações do exercício (1)	(529.462)	(176.487)	(705.949)
Provisões e imparidade	(3.736.893)	(581.278)	(4.318.171)
Resultado antes de impostos	(228.882)	8.629.372	8.400.490
Impostos	(577.487)	(2.968.267)	(3.545.754)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	(806.369)	5.661.105	4.854.736
Resultado atribuível a interesses que não controlam	-	(21.126)	(21.126)
Resultado consolidado do exercício	(806.369)	5.639.979	4.833.610
Activos financeiros detidos para negociação	-	58.988.160	58.988.160
Activos financeiros disponíveis para venda	-	262.055.808	262.055.808
Crédito a clientes	153.659.812	31.685.044	185.344.856
Investimentos detidos até à maturidade	-	77.280.239	77.280.239
Recursos de Bancos Centrais	-	216.704.549	216.704.549
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.470.654	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	278.120.500	278.120.500
Responsabilidades representadas por títulos	24.857.667	-	24.857.667

(1) Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.

A totalidade da actividade do Banco Invest é desenvolvida em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Caixa	391.764	412.415
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	3.478.016	1.824.051
	3.869.780	2.236.466

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.



6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
<i>Depósitos à ordem</i>		
- No país	1.716.734	1.913.741
- No estrangeiro	4.145.593	5.254.271
	5.862.327	7.168.012
Aplicações em instituições de crédito:		
- Instituições de crédito no país	400.000	3.400.000
Juros a receber	180	352
	400.180	3.400.352

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até três meses	-	3.000.000
De três meses a um ano	400.000	400.000
	400.000	3.400.000

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro incluem 2.580.040 Euros e 2.271.242 Euros, respectivamente, relativos ao saldo da "Cash reserve account" mantida pelo AR Finance 1, plc junto do Bank of New York Mellon, para garantia do pagamento do capital e juros das "Floating rate notes" da Classe B emitidas no âmbito da operação de titularização de créditos realizada pelo Banco (Notas 9 e 21).

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De outros residentes		
- Papel comercial	-	13.694.143
- Instituições de crédito	-	4.164.160
- De outros emissores públicos nacionais	-	50.023
- Empresas	50.335	20.200
De não residentes		
- Instituições de crédito	26.573.595	24.241.232
- Empresas	9.021.740	7.677.089
- Emissores públicos estrangeiros	1.461.468	2.219.110
	37.107.138	52.065.957
<i>Juros a receber</i>	221.109	309.202
	37.328.247	52.375.159
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
- Acções	57.082	1.194.224
De não residentes		
- Acções	5.416.195	3.044.983
- Unidades de participação	6.767	8.643
	5.480.044	4.247.850
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
<i>Swaps</i>		
- Taxa de juro	232.450	103.245
- Outros	1.406.044	1.439.970
Opções	252.705	821.936
	1.891.199	2.365.151
	44.699.490	58.988.160

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:



	2015	2014
De outros residentes		
- Papel comercial	-	13.750.000
- Instituições de crédito	-	5.020.000
- Outros emissores públicos	-	50.000
- Empresas	50.000	-
De não residentes		
- Instituições de crédito	28.100.000	25.000.000
- Empresas	9.530.982	7.900.982
- Emissores públicos estrangeiros	1.450.000	2.000.000
	39.130.982	53.720.982

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4. Nestas datas, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2015			
	Montante nominal	Valor contabilístico		
		Derivados de negociação	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação
			(Nota 18)	
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>				
Mercado de balcão (OTC)				
- Swaps				
De taxa de juro	133.582.383	232.450	(30.170)	202.280
De divisas	684.427	-	(23.184)	(23.184)
Outros	5.878.247	1.406.044	-	1.406.044
- Opções embutidas em depósitos estruturados	29.776.635	114.255	(252.401)	(138.146)
- Opções de cotações	397.676	138.450	(707)	137.743
	170.319.368	1.891.199	(306.462)	1.584.737
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
- Futuros				
De taxa de juro	118.409.963	-	-	-
De cotações	2.839.665	-	-	-
De divisas	2.895.684	-	-	-
	124.145.312	-	-	-
	294.464.680	1.891.199	(306.462)	1.584.737



	2014			
	Montante nocial	Valor contabilístico		
		Derivados de negociação	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação
				(Nota 18)
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>				
Mercado de balcão (OTC)				
- <i>Swaps</i>				
De taxa de juro	42.392.240	103.245	(17.372)	85.873
Outros	5.878.247	1.439.970	-	1.439.970
- Opções embutidas				
em depósitos estruturados	21.474.042	821.936	(468.697)	353.239
- Opções				
de cotações	164.731	-	(7.487)	(7.487)
	69.909.260	2.365.151	(493.556)	1.871.595
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
- Futuros				
De taxa de juro	4.746.963	-	-	-
De cotações	756.825	-	-	-
De divisas	3.703.098	-	-	-
	9.206.886	-	-	-
	79.116.146	2.365.151	(493.556)	1.871.595

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o montante nocial de *swaps* de taxa de juro inclui 26.561.950 Euros e 34.477.240 Euros, respectivamente, relativos a operações contratadas no âmbito de uma securitização de créditos efectuada pelo Banco (Nota 9).

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, por prazos residuais, apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):



2015						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
Mercado de balcão (OTC)						
- Swaps						
De taxa de juro	-	-	37.720.000	69.300.433	26.561.950	133.582.383
De divisas	684.427	-	-	-	-	684.427
Outros	-	-	-	5.878.247	-	5.878.247
	684.427	-	37.720.000	75.178.680	26.561.950	140.145.057
- Opções embutidas em depósitos estruturados						
	2.000.062	4.545.636	11.893.536	11.337.401	-	29.776.635
- Opções						
De cotações e câmbios	259.236	74.400	64.040	-	-	397.676
Transaccionados em bolsa						
- Futuros						
De taxa de juro	7.762.788	24.293.650	43.578.701	42.774.824	-	118.409.963
De cotações	2.839.665	-	-	-	-	2.839.665
De divisas	2.895.684	-	-	-	-	2.895.684
	13.498.137	24.293.650	43.578.701	42.774.824	-	124.145.312
	16.441.862	28.913.686	93.256.277	129.290.905	26.561.950	294.464.680
2014						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
Mercado de balcão (OTC)						
- Swaps						
De taxa de juro	750.000	-	7.165.000	-	34.477.240	42.392.240
Outros	-	-	-	5.878.247	-	5.878.247
	750.000	-	7.165.000	5.878.247	34.477.240	48.270.487
- Opções embutidas em depósitos estruturados						
	7.109.798	5.637.003	5.320.337	3.406.905	-	21.474.042
- Opções						
De cotações e câmbios	-	164.731	-	-	-	164.731
Transaccionados em bolsa						
- Futuros						
De taxa de juro	999.250	1.749.038	749.625	1.249.050	-	4.746.963
De cotações	756.825	-	-	-	-	756.825
De divisas	3.703.098	-	-	-	-	3.703.098
	5.459.173	1.749.038	749.625	1.249.050	-	9.206.886
	13.318.971	7.550.772	13.234.962	10.534.202	34.477.240	79.116.146



A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 apresenta o seguinte detalhe:

	2015	2014
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>		
<i>Swaps</i>		
De taxa de juro		
- Instituições financeiras	133.582.383	34.477.240
- Clientes	-	7.915.000
De Divisas		
- Clientes	684.427	-
Outros		
- Clientes	5.878.247	5.878.247
Opções embutidas em depósitos estruturados		
- Clientes	29.776.635	21.474.042
Opções		
- De cotações	397.676	164.731
	170.319.368	69.909.260
<i>Transaccionados em bolsa</i>		
<i>Futuros</i>		
- De taxa de juro	118.409.963	4.746.963
- De divisas	2.895.684	3.703.098
- De cotações	2.839.665	756.825
	124.145.312	9.206.886
	294.464.680	79.116.146

8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA



Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	112.640	110.860
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	-	2.000.920
- Instituições de crédito	2.503.250	2.117.727
- Outras obrigações	24.212.138	20.949.343
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	16.748.265	142.067.476
- Outras obrigações	101.524.752	87.362.675
	145.101.045	254.609.001
<i>Juros a receber</i>	2.060.730	2.712.073
	147.161.775	257.321.074
<i>Instrumentos de capital</i>		
Emitidos por residentes		
- Valorizados ao justo valor	7.990.717	7.869.822
Emitidos por não residentes		
- Valorizados ao justo valor	811.717	466.425
	8.802.434	8.336.247
	155.964.209	265.657.321
Imparidade (Nota 22)	(4.563.202)	(3.601.513)
	151.401.007	262.055.808

O movimento ocorrido na imparidade é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Instrumentos de capital – Emitidos por residentes", inclui a participação no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado – Inspirar, no montante de 5.233.000 Euros. Relativamente a esta participação, o Banco celebrou um contracto de venda a prazo, por um valor superior ao custo de aquisição.



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2015	2014
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	100.000	100.000
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	-	2.000.000
- Instituições de crédito	2.500.000	2.100.000
- Outras obrigações	23.171.428	19.600.000
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	14.500.100	135.500.100
- Outras obrigações	98.940.000	81.300.000
	139.211.528	240.600.100

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as mais e menos-valias potenciais em instrumentos de dívida apresentavam o seguinte detalhe:

	2015	2014
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	16.655	15.633
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	-	347
- Outras obrigações	937.943	1.350.351
- Instituições de crédito	-	18.188
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	2.089.785	7.977.589
- Outras obrigações	2.021.825	4.834.252
	5.066.208	14.196.360
Instrumentos de capital	(349.151)	(1.278.231)
Valias potenciais em títulos transferidos para as carteiras de empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade	-	(2.806)
Mais-valias potenciais líquidas (Nota 26)	4.717.057	12.915.323

9. CRÉDITO A CLIENTES



Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Crédito interno securitizado:</i>		
- Operações de locação financeira imobiliária	9.499.297	13.391.775
- Empréstimos a médio e longo prazo	6.330.746	6.586.472
	15.830.043	19.978.247
<i>Crédito interno não securitizado:</i>		
- Operações de locação financeira imobiliária	52.118.637	55.822.044
- Empréstimos a médio e longo prazo	42.576.917	46.291.999
- Créditos em conta corrente	11.889.597	17.942.958
- Operações de locação financeira mobiliária	592.589	635.487
- Descobertos em depósitos à ordem	2.417.821	2.520.737
- Outros créditos	5.973.567	5.544.755
	115.569.128	128.757.980
<i>Crédito ao exterior:</i>		
- Descobertos em depósitos à ordem	627.779	342.136
	132.026.951	149.078.363
Juros a receber	218.568	365.875
<i>Outros créditos e valores a receber – títulos de dívida:</i>		
De outros residentes		
- De outros emissores públicos nacionais	10.000.000	10.000.000
- Empresas	48.946.395	17.503.173
- Papel comercial	39.352.072	-
- Juros a receber	676.917	310.970
De não residentes		
- Instituições de crédito	-	1.000.000
- Empresas	11.296.109	3.651.564
- Juros a receber	75.995	9.117
	110.347.488	32.474.824
<i>Comissões associadas ao custo amortizado:</i>		
- Despesas com encargo diferido	123.465	170.884
- Receitas com rendimento diferido	(65.619)	(80.448)
	57.846	90.436
Crédito e juros vencidos	36.675.379	36.079.192
	279.326.232	218.088.690
Imparidade (Nota 22)		
- Para crédito concedido	(31.621.795)	(31.765.404)
- Para crédito a clientes – títulos de dívida	(773.307)	(978.430)
Total Imparidade	(32.395.102)	(32.743.834)
	246.931.130	185.344.856

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2015 e 2014 é apresentado na Nota 22.



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Crédito interno securitizado” refere-se à operação de securitização “AR Finance”.

As operações de securitização realizadas pelo Banco têm as seguintes características:

- *AR Finance:*

Em 19 de Dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de “*cross default*”, pelo montante de 100.007.912 Euros. Em Dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contracto de gestão de créditos celebrado em 19 de Dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 Euros e 42.000.000 Euros, respectivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

	Montante emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do “Step up”	Remuneração	
		2015	2014			Até à data do “Step up”	Após a data do “Step up”
Classe A	106.500.000	-	-	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,64%
Classe B	35.500.000	15.148.099	19.779.997	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
Classe C	11.360.000	9.921.029	9.921.029	Setembro de 2036	-	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2036	-	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	154.560.000	26.269.128	30.901.026				

As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respectivos valores nominais, nos montantes de 81.046 Euros e 218.452 Euros, respectivamente.

No decorrer do exercício de 2013, as obrigações da Classe A foram reembolsadas. As obrigações das Classes B e C vencem juros trimestralmente em 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Conforme previsto no contrato da operação de securitização os “*Spreads*” das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de Setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as obrigações da Classe B apresentam “*Rating AAA*” atribuído pelas agências Standard & Poor’s e Moody’s. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo “*European Investment Fund*”.



O AR Finance 1, plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de Setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído “Rating”, e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efectuado à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma “Cash reserve account”, cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital vincendo e outros valores a pagar (incluindo crédito e encargos vencidos desconhecidos do activo) resultantes dos créditos cedidos ascendia a 15.830.043 Euros e 7.370.994 Euros, respectivamente (em 31 de Dezembro de 2014 ascendia a 19.978.247 Euros e 7.943.246 Euros, respectivamente).

- InvestFinance - Conduit

Em 13 de Março de 2008 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de “cross default”, pelo montante de 100.009.526 Euros. No exercício de 2009 o Banco reforçou a carteira de créditos securitizados, ascendendo a 31 de Dezembro de 2013 a 79.946.746 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal (Invest Finance 1 FTC), o qual foi desde Janeiro de 2011 gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continuou a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 13 de Março de 2008. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito eram entregues ao Invest Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integravam o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%. Adicionalmente, o Banco recebia uma comissão de depositário do Invest Finance 1 FTC que correspondia a uma taxa anual de 1%.

O financiamento do Invest Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de papel comercial realizada pela Sociedade Invest Finance 1 Portugal BV, sediada na Holanda, no montante inicial de 93.008.859 Euros, reforçado posteriormente em 26.573.854 Euros. Em 31 de Dezembro de 2013, o papel comercial emitido ascendia a 87.204.148 Euros. A emissão de papel comercial tinha montante máximo de 125.000.000 Euros.

As receitas emergentes dos créditos cedidos eram integralmente distribuídas pelo Invest Finance 1 FTC à Invest Finance 1 Portugal BV (Invest Finance BV), após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos era reflectido no Invest Finance, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo Invest Finance 1 FTC.

No âmbito desta operação o Banco realizou uma aplicação subordinada junto do Invest Finance 1 Portugal BV, que correspondia a uma “Cash reserve account”, cuja finalidade consistia em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo Invest Finance BV para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores do papel comercial. A aplicação devia corresponder a pelo menos 7% do montante da carteira de créditos cedidos. Esta aplicação tinha uma remuneração mensal, que correspondia essencialmente aos valores das receitas da Invest Finance BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo desta aplicação ascendia a 10.565.552 Euros.

Em Março de 2014 a operação de titularização de créditos Invest Finance 1 foi liquidada. Conforme previsto no regulamento de gestão do Invest Finance FTC o Banco readquiriu os créditos pelo seu valor nominal. Adicionalmente, a aplicação subordinada no Invest Finance 1 foi reembolsada na totalidade.

Dado a estrutura das operações de securitização realizadas implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desconhecidos. O passivo financeiro originado pelos fundos recebidos no âmbito destas operações encontra-se reflectido no passivo, na rubrica “Responsabilidades representadas por títulos” (Nota 21).



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado e o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Até três meses	9.170.284	13.251.875
De três meses a um ano	3.477.933	2.369.124
De um ano a cinco anos	20.812.857	22.631.064
Mais de cinco anos	98.565.877	110.826.300
	132.026.951	149.078.363

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	2015	2014
Até três meses	188.852	261.310
De três meses a um ano	3.688.177	2.034.746
Mais de um ano	32.798.350	33.783.136
	36.675.379	36.079.192

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 38.265.631 Euros e 45.071.366 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a composição do crédito vencido de acordo com o tipo de garantia associada é a seguinte:



	2015	2014
Garantia hipotecária ou locação financeira (propriedade)	31.531.697	32.780.467
Outras garantias reais	797.181	697.516
Garantia pessoal	1.155.103	1.155.103
Sem garantia	3.191.398	1.446.106
	36.675.379	36.079.192

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a composição do crédito vincendo e vencido, e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

	2015			Justo valor das garantias associadas
	Vincendo	Vencido	Total	
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	61.617.934	6.335.811	67.953.745	136.965.122
Empréstimos a médio e longo prazo	47.987.691	24.374.428	72.362.119	99.878.165
Créditos em conta corrente	11.889.597	5.018.642	16.908.239	878.742
Operações de locação financeira mobiliária	592.589	2.044	594.633	98.528
Outros créditos	6.893.540	944.454	7.837.994	9.476.339
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	110.347.488	-	110.347.488	-
Descobertos em depósitos à ordem	3.045.600	-	3.045.600	6.115.154
	242.374.439	36.675.379	279.049.818	253.412.050

	2014			Justo valor das garantias associadas
	Vincendo	Vencido	Total	
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	69.213.818	5.298.030	74.511.848	144.789.466
Empréstimos a médio e longo prazo	52.878.471	26.929.382	79.807.853	101.791.946
Créditos em conta corrente	17.942.958	2.985.599	20.928.557	2.328.501
Operações de locação financeira mobiliária	635.487	6.672	642.159	98.528
Outros créditos	5.544.755	859.509	6.404.263	7.272.136
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	32.474.824	-	32.474.824	-
Descobertos em depósitos à ordem	2.862.874	-	2.862.874	6.690.445
	181.553.187	36.079.192	217.632.378	262.971.022



A composição da carteira de crédito sobre clientes, excluindo o crédito titulado, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, por sectores de actividade é a seguinte:

	2015		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	32.228.995	10.685.473	42.914.468
Particulares	31.684.721	7.248.243	38.932.964
Actividades imobiliárias	12.648.680	7.001.256	19.649.936
Actividades financeiras e de seguros	14.808.610	272.939	15.081.549
Indústrias transformadoras	12.237.697	2.136.533	14.374.230
Construção	3.794.453	6.783.725	10.578.178
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5.524.344	207.006	5.731.350
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.005.694	681.922	5.687.616
Actividades de saúde humana e apoio social	2.996.298	304.127	3.300.425
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.628.480	239.359	2.867.839
Alojamento, restauração e similares	2.365.624	66.039	2.431.663
Transportes e armazenagem	1.756.247	586.754	2.343.001
Outras actividades de serviços	2.306.088	-	2.306.088
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.743.965	207.746	1.951.711
Educação	183.531	254.257	437.788
Actividades de informação e de comunicação	113.524	-	113.524
Total Crédito	132.026.951	36.675.379	168.702.330

	2014		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	42.129.722	7.925.283	50.055.005
Particulares	31.137.934	8.088.610	39.226.544
Actividades imobiliárias	13.415.532	7.636.703	21.052.235
Actividades financeiras e de seguros	16.121.612	157.291	16.278.903
Indústrias transformadoras	13.551.954	1.423.729	14.975.683
Construção	4.731.652	7.981.814	12.713.466
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5.576.935	205.905	5.782.840
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.082.772	679.714	5.762.486
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.714.728	194.788	3.909.516
Actividades de saúde humana e apoio social	3.057.781	309.843	3.367.624
Transportes e armazenagem	2.966.599	344.678	3.311.277
Alojamento, restauração e similares	2.619.838	481.603	3.101.441
Outras actividades de serviços	2.475.341	297.174	2.772.515
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.893.759	98.643	1.992.402
Educação	206.544	253.414	459.958
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	272.421	-	272.421
Actividades de informação e de comunicação	123.239	-	123.239
Total Crédito	149.078.363	36.079.192	185.157.555



Por forma a dar cumprimento com os requisitos de divulgação da IAS 17 – Locações, o Banco preparou para a carteira de crédito em operações de locação financeira, com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a reconciliação entre os pagamentos mínimos da locação e o seu valor presente, para cada um dos períodos definidos na norma, e que apresenta no seguinte quadro:

	2015	2014
<i>Pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	8.599.675	9.527.545
Entre 1 ano e 5 anos	28.838.103	32.335.737
Mais de 5 anos	40.304.210	46.743.947
	77.741.988	88.607.229
Rendimentos financeiros não obtidos	(15.531.465)	(18.305.818)
	62.210.523	70.301.411
<i>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	6.328.799	6.794.013
Entre 1 ano e 5 anos	22.265.315	24.412.162
Mais de 5 anos	33.616.409	39.095.236
	62.210.523	70.301.411
Imparidade para crédito de locação financeira	(7.426.804)	(5.217.138)
	54.783.719	65.084.273

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a carteira de operações de locação financeira do Banco não contém contratos cujo valor residual esteja garantido por entidades terceiras, nem existem rendas contingentes.

No exercício de 2008, no âmbito da alteração ao IAS 39, o Banco reclassificou activos financeiros das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” para a rubrica de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 41).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os títulos reclassificados apresentam a seguinte composição de acordo com o prazo até à sua maturidade final:

	2015	2014
Até um ano	229.152	1.562.983
De um ano a cinco anos	-	238.829
Mais de cinco anos	383.007	2.858.870
	612.159	4.660.682



10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
- Dívida pública portuguesa	14.631.285	14.546.377
- Outros	10.129.216	6.450.078
De não residentes		
- Dívida pública	58.289.855	42.277.495
- Outros	16.485.398	11.653.550
	99.535.754	74.927.592
Juros a receber	2.810.366	2.352.739
	102.346.120	77.280.239
Imparidade (Nota 22)	(2.230.831)	-
	100.115.289	77.280.239

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade, incluindo juro corrido, ascendia a 108.317.117 Euros e 89.844.123 Euros, respectivamente (Nota 40).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	2015	2014
Até um ano	12.745.256	7.723.834
De um ano a cinco anos	22.966.032	12.679.075
Mais de cinco anos	66.634.832	56.877.330
	102.346.120	77.280.239

No final do exercício de 2015 o Banco alienou um conjunto de títulos de uma entidade que apresentaram uma degradação significativa do risco de crédito, tendo originado uma perda no exercício de 2.138.500 Euros (Nota 35). Adicionalmente, foi registada imparidade noutros títulos da mesma entidade, no montante de 2.230.831 Euros, os quais foram alienados no início de 2016.

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, bem como activos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 41). Adicionalmente desde o exercício de 2010 o Banco tem vindo a adquirir um conjunto de títulos adicionais, no âmbito da política de investimentos definida internamente.

11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA



Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Activos não correntes detidos para venda:		
- Imóveis	36.682.061	39.284.922
- Imparidade (Nota 22)	(9.861.222)	(9.129.228)
	26.820.839	30.155.694

O movimento desta rubrica durante os exercícios de 2015 e 2014 pode ser apresentado da seguinte forma:

2015									
31 de Dezembro de 2014					31 de Dezembro de 2015				
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Utilizações de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
		(Nota 22)				(Nota 22)		(Nota 22)	
Imóveis	39.284.922	(9.129.228)	2.671.261	(5.274.122)	(1.218.569)	486.575	36.682.061	(9.861.222)	26.820.839

2014									
31 de Dezembro de 2013					31 de Dezembro de 2014				
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Utilizações de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
		(Nota 22)				(Nota 22)		(Nota 22)	
Imóveis	39.970.320	(7.986.075)	2.748.903	(3.434.301)	(1.143.153)	(1.143.153)	39.284.922	(9.129.228)	30.155.694



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os activos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Grupo:

	2015			2014		
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Anterior a 2006	813.890	(430.544)	383.346	813.890	(314.296)	499.594
2006	742.866	(121.065)	621.801	742.866	(43.540)	699.326
2007	701.389	(163.924)	537.465	701.389	(163.924)	537.465
2008	558.962	(366.206)	192.756	367.564	(214.340)	153.224
2009	3.518.265	(837.947)	2.680.318	3.518.265	(759.469)	2.758.796
2010	4.867.516	(1.893.165)	2.974.351	4.867.516	(1.840.408)	3.027.108
2011	8.820.600	(2.573.157)	6.247.443	12.768.180	(3.798.544)	8.969.636
2012	5.039.878	(885.318)	4.154.560	5.396.576	(942.235)	4.454.341
2013	6.413.531	(980.404)	5.433.127	7.273.725	(790.246)	6.483.479
2014	2.533.903	(101.735)	2.432.168	2.834.951	(262.226)	2.572.725
2015	2.671.261	(258.659)	2.412.602	-	-	-
Imparidade global	-	(1.249.098)	(1.249.098)	-	-	-
	36.682.061	(9.861.222)	26.820.839	39.284.922	(9.129.228)	30.155.694

Os imóveis em carteira com antiguidade superior a um ano correspondem a imóveis que, apesar da actividade comercial desenvolvida pelo Banco para proceder à sua venda imediata, ainda não foram alienados, devido essencialmente à conjuntura actual do mercado imobiliário. O Banco continua a desenvolver esforços no sentido destes imóveis serem alienados a curto prazo.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, o Grupo registou perdas líquidas com a alienação de imóveis recebidos em dação no montante total de 735.704 Euros e 735.235 Euros, respectivamente (Nota 35), as quais foram determinadas face ao valor bruto dos imóveis.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Valor bruto	5.484.014	5.475.687
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas (Nota 22)	(1.232.542)	(1.385.512)
	4.251.472	4.090.175

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica corresponde a imóveis que se encontram arrendados pelo Grupo e para os quais não existem perspectivas de alienação a curto prazo. Nestas datas o Grupo tem registada uma imparidade de 1.232.542 Euros e 1.385.512 Euros, respectivamente, resultante da actualização das avaliações para estes activos (Nota 22).

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Grupo não registou amortizações do exercício pelo facto de todos os imóveis apresentarem um valor de avaliação inferior ao seu valor de aquisição deduzido das amortizações que seriam calculadas desde a data da sua aquisição até 31 de Dezembro de 2015. Pelo mesmo motivo, o valor de balanço destes imóveis é semelhante ao seu justo valor.

Nos exercícios de 2015 e 2014 as rendas de imóveis arrendados cobradas pelo Grupo ascenderam a 699.971 Euros e 595.111 Euros, respectivamente (Nota 36).

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS



O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

2015					
Descrição	31 de Dezembro de 2014		Aquisições	Amortizações Exercício	Valor líquido 31-12-2015
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			
<i>Imóveis</i>					
- De serviço próprio	705.226	(197.137)	-	(10.302)	497.787
- Despesas em edifícios arrendados	2.525.661	(1.466.550)	144.147	(190.136)	1.013.121
	3.230.887	(1.663.687)	144.147	(200.438)	1.510.908
<i>Equipamento:</i>					
- Mobiliário e material	415.423	(343.194)	44.553	(26.905)	89.877
- Máquinas e ferramentas	76.459	(49.939)	2.619	(7.418)	21.721
- Equipamento informático	732.818	(697.277)	67.690	(37.055)	66.176
- Instalações interiores	611.513	(438.846)	2.108	(58.941)	115.834
- Material de transporte	627.941	(547.846)	443.034	(71.193)	451.936
- Equipamento de segurança	23.759	(19.949)	1.557	(871)	4.496
	2.487.913	(2.097.051)	561.561	(202.383)	750.040
<i>Outros activos tangíveis:</i>					
- Património artístico	41.364	-	-	-	41.364
	5.760.164	(3.760.738)	705.708	(402.821)	2.302.312

2014					
Descrição	31 de Dezembro de 2013		Aquisições	Amortizações Exercício	Valor líquido 31-12-2014
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			
<i>Imóveis</i>					
- De serviço próprio	705.226	(186.835)	-	(10.302)	508.089
- Despesas em edifícios arrendados	2.525.661	(1.275.217)	-	(191.333)	1.059.111
	3.230.887	(1.462.052)	-	(201.635)	1.567.200
<i>Equipamento:</i>					
- Mobiliário e material	409.812	(315.533)	5.611	(27.661)	72.229
- Máquinas e ferramentas	73.911	(51.655)	10.958	(6.694)	26.520
- Equipamento informático	724.243	(668.810)	16.873	(36.765)	35.541
- Instalações interiores	613.276	(377.633)	-	(62.976)	172.667
- Material de transporte	943.469	(789.212)	51.852	(126.014)	80.095
- Equipamento de segurança	23.759	(18.201)	-	(1.748)	3.810
	2.788.470	(2.221.044)	85.294	(261.858)	390.862
<i>Outros activos tangíveis:</i>					
- Património artístico	41.364	-	-	-	41.364
Activos tangíveis em curso	-	-	-	-	-
	6.060.721	(3.683.096)	85.294	(463.492)	1.999.426



14. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

2015						
Descrição	31 de Dezembro de 2014		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
<i>Ativos intangíveis</i>						
Software	1.980.212	(1.863.454)	13.205	5.006	(52.990)	81.979
Activos intangíveis em curso	9.181	-	20.645	(5.006)	-	24.820
	1.989.393	(1.863.454)	33.850	-	(52.990)	106.799

2014						
Descrição	31 de Dezembro de 2013		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
<i>Ativos intangíveis</i>						
Software	1.880.680	(1.620.997)	99.533	-	(242.457)	116.759
Activos intangíveis em curso	10.507	-	2.988	(4.315)	-	9.180
	1.891.187	(1.620.997)	102.521	(4.315)	(242.457)	125.939

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO



Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 eram os seguintes:

	2015	2014
<i>Activos por impostos diferidos</i>		
- Por diferenças temporárias	8.733.906	7.663.338
<i>Passivos por impostos diferidos</i>		
- Por diferenças temporárias	(1.257.936)	(2.914.876)
	7.475.970	4.748.462
<i>Activos / (Passivos) por impostos correntes</i>		
- Imposto imputado	(1.057.843)	(2.328.542)
- Derrama estadual	(101.512)	(147.514)
- Derrama	(75.560)	(353.958)
- Tributação autónoma	(42.283)	(71.060)
- Pagamentos por conta	2.228.877	209.994
- Retenções na fonte	82.071	68.408
Imposto sobre o rendimento a (pagar) / receber	1.033.750	(2.622.672)

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as variações de justo valor dos Activos disponíveis para venda reconhecidas na "Reserva de justo valor" e a diferença entre as Provisões constituídas nas contas individuais do Banco relevantes para efeitos fiscais e as imparidades registadas nas contas consolidadas.

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015						
	Saldo em 31-12-2014	Variação em Resultados		Variação em Reservas			Saldo em 31-12-2015
		Alteração da taxa	Do exercício	Alteração da taxa	Do exercício	Outros	
<i>Activos por impostos diferidos</i>							
- Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:							
- Provisões para crédito	6.503.112	796.299	(200.875)	-	-	-	7.098.536
- Valorização de derivados de negociação	8.773	1.074	(4.657)	-	-	-	5.190
- Imparidade de títulos	769.980	94.283	151.015	-	-	-	1.015.278
- Imparidade de activos não correntes detidos para venda	381.474	46.711	581.406	-	-	(394.689)	614.902
	7.663.339	938.368	526.888	-	-	(394.689)	8.733.906
<i>Passivos por impostos diferidos</i>							-
- Activos disponíveis para venda	(2.914.876)	-	-	(101.668)	1.758.608	-	(1.257.936)
	4.748.463	938.368	526.888	(101.668)	1.758.608	(394.689)	7.475.970

A coluna "Outros" reflecte a regularização de um saldo registado no exercício de 2014.



	2014					
	Saldo em 31-12-2013	Variação em Resultados		Variação em Reservas		Saldo em 31-12-2014
		Alteração da taxa	Do exercício	Alteração da taxa	Do exercício	
<i>Ativos por impostos diferidos</i>						
- Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:						
- Provisões para crédito	7.073.038	(1.067.628)	497.702	-	-	6.503.112
- Valorização de derivados de negociação	11.535	(1.741)	(1.021)	-	-	8.773
- Imparidade de títulos	767.085	(115.786)	118.681	-	-	769.980
- Imparidade de ativos não correntes detidos para venda	-	-	381.474	-	-	381.474
	7.851.658	(1.185.156)	996.836	-	-	7.663.338
<i>Passivos por impostos diferidos</i>						
- Ativos disponíveis para venda	(827.965)	-	(142.033)	124.976	(2.069.854)	(2.914.876)
	7.023.693	(1.185.156)	854.803	124.976	(2.069.854)	4.748.462

No exercício de 2014, o Banco aderiu ao regime especial aplicável aos activos por impostos diferidos. O regime, aprovado pela Lei nº 61/2014, de 26 de Agosto, abrange os activos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos (conforme previstas nos nº 1 e 2 do artigo 28-A do CIRC e respectivas exclusões) e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, sendo o mesmo aplicável às realidades desta natureza contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015, bem como aos activos por impostos diferidos que se encontrem registados nas contas anuais a 31 de Dezembro de 2014.

Os activos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados são convertidos em créditos tributários quando o sujeito passivo registre um resultado líquido negativo do período nas suas contas anuais, depois de aprovadas pelos órgãos sociais, nos termos da legislação aplicável, ou em caso de liquidação por dissolução voluntária, de insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, de revogação da respectiva autorização por autoridade de supervisão competente. Num cenário de conversão que resulte da obtenção de um resultado líquido negativo, o montante do crédito tributário a atribuir resultará da proporção entre o resultado líquido negativo do período e o total dos capitais próprios do sujeito passivo (apurado antes da dedução desse resultado), aplicado ao saldo elegível dos activos por impostos diferidos. Quando a conversão resulte de liquidação ou insolvência ou o sujeito passivo apresente capitais próprios negativos, a conversão dos activos por impostos diferidos em crédito tributário é efectuada pelo seu valor total.

Na conversão do crédito tributário (que não por liquidação ou insolvência), deverá ser criada uma reserva especial pelo valor do respectivo crédito majorado em 10% conjuntamente com a emissão de valores mobiliários sob a forma de direitos de conversão a atribuir ao Estado. O exercício dos direitos de conversão tem por consequência o aumento do capital social do sujeito passivo por incorporação da reserva especial e emissão de novas acções ordinárias a entregar de forma gratuita ao Estado.

Complementarmente aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas após a entrada em vigor do regime (1 de Janeiro de 2015), este abrange igualmente os activos por impostos diferidos elegíveis que se encontravam registados patrimonialmente em 31 de Dezembro de 2014.

No que respeita aos activos por impostos diferidos que não tenham sido ainda convertidos em crédito tributário, a sua dedutibilidade futura passa a estar limitada, em cada exercício, ao valor do lucro tributável calculado antes da dedução inerente a esses gastos e variações patrimoniais negativas, isto é, a dedução que se opera por se encontrarem verificadas as condições para a dedutibilidade fiscal desses gastos e variações patrimoniais negativas não se verifica se da mesma resultar o apuramento de prejuízo fiscal ou verifica-se até à parte que determine o apuramento de um resultado fiscal nulo.

Tendo sido apurado um resultado líquido do período positivo no exercício de 2015, não se verificou, no presente exercício, qualquer conversão dos activos elegíveis em crédito tributário.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:



	2015	2014
<i>Impostos correntes</i>		
Do exercício	(1.227.227)	(2.939.417)
Correcções de exercícios anteriores	166.978	-
	(1.110.249)	(2.939.417)
<i>Impostos diferidos</i>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	1.465.256	(577.487)
Total de impostos reconhecidos em resultados	355.007	(3.545.754)
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	2.506.736	8.400.490
Carga fiscal	(14,16%)	42,21%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e da Invest Gestão de Activos relativas aos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2015.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como segue:

	2015		2014	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		2.506.736		8.400.490
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,50%	564.016	24,50%	2.058.120
Derrama estadual	4,05%	101.512	4,21%	353.958
		665.528		2.412.079
Efeito de alteração de taxa de imposto	(37,43%)	(938.368)	14,11%	1.185.156
Custos não aceites fiscalmente:				
- Reintegrações	0,13%	3.365	0,05%	4.360
Contribuição sobre o sector bancário	2,70%	67.772	0,47%	39.668
Benefícios fiscais	(0,18%)	(4.515)	(0,05%)	(4.561)
Mais e menos valias	(0,39%)	(9.825)	0,95%	79.794
Tributação autónoma	1,69%	42.283	0,84%	70.268
Outros	(7,23%)	(181.247)	(2,87%)	(241.009)
	(14,16%)	(355.007)	42,21%	3.545.754



16. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Devedores e outras aplicações</i>		
Devedores por operações sobre futuros	554.536	367.737
Outros devedores diversos	79.020	110.189
	633.556	477.926
<i>Outros activos</i>		
Ouro e outros metais preciosos	290.031	377.410
<i>Rendimentos a receber</i>		
Comissões	371.465	354.577
<i>Despesas com encargo diferido</i>		
Rendas	61.886	56.086
Outras	143.028	154.487
	204.914	210.573
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações de bolsa a liquidar	2.176.516	979.530
Operações fora de bolsa a liquidar	2.445.388	2.323.120
Outras	734.400	527.715
	5.356.304	3.830.365
	6.856.270	5.250.851

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas "Operações de bolsa a liquidar" e "Operações fora de bolsa a liquidar" correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.



17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos do Banco de Portugal	141.000.000	215.000.000
Juros a pagar	6.232	1.704.549
	141.006.232	216.704.549

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Recursos do Banco de Portugal" corresponde a recursos obtidos por desconto de títulos junto do Banco Central Europeu.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais dos recursos obtidos junto do Banco de Portugal, apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até três meses	101.000.000	215.000.000
De um ano a cinco anos	40.000.000	-
	141.000.000	215.000.000

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 24).

18. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados e apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Opções	253.108	476.184
Swaps		
- De taxa de juro	30.170	17.372
- De divisas	23.184	-
	306.462	493.556

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos a prazo e outros recursos:		
- Instituições de crédito no país	1.486.255	2.468.198
- Instituições de crédito no estrangeiro	-	2.456
	1.486.255	2.470.654

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os "Recursos de outras instituições de crédito" têm vencimento no primeiro trimestre de 2016 e 2015, respectivamente.



20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>À vista:</i>		
- Depósitos à ordem	57.025.169	37.606.996
<i>A prazo:</i>		
- Depósitos a prazo	246.847.877	220.792.379
- Depósitos estruturados	29.331.637	16.465.398
	276.179.514	237.257.777
	333.204.683	274.864.773
<i>Encargos a pagar:</i>		
- Juros de recursos de clientes	3.521.346	3.255.727
	336.726.029	278.120.500

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até três meses	83.768.277	63.640.552
De três meses a um ano	172.305.511	121.430.132
De um a cinco anos	22.105.726	52.187.093
	276.179.514	237.257.777

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Títulos de dívida de clientes	444.998	5.008.644
<i>"Floating rate notes" emitidas pelo AR Finance 1, plc (Nota 9)</i>		
- Classe B	15.148.099	19.779.997
	15.593.097	24.788.641
Juros a pagar	4.941	69.026
	15.598.038	24.857.667

22. PROVISÕES E IMPARIDADE



O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015				
	Saldos em 31-12-2014	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2015
Provisões	500.000	-	-	-	500.000
<i>Imparidade do crédito a clientes (Nota 9):</i>					
- Crédito concedido	31.765.404	70.980	(245.943)	31.354	31.621.795
- Crédito a clientes - títulos de dívida	978.430	124.620	(329.743)	-	773.307
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	3.601.513	1.961.689	(1.000.000)	-	4.563.202
Imparidade em investimentos detidos até maturidade (Nota 10)	-	2.230.831	-	-	2.230.831
<i>Imparidade de outros activos:</i>					
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	9.129.228	1.218.569	(486.575)	-	9.861.222
- Propriedades de investimento (Nota 12)	1.385.512	(152.970)	-	-	1.232.542
	47.360.087	5.453.719	(2.062.261)	31.354	50.782.899
	2014				
	Saldos em 31-12-2013	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2014
Provisões	600.000	-	-	(100.000)	500.000
<i>Imparidade do crédito a clientes (Nota 9):</i>					
- Crédito concedido	29.355.207	2.488.037	-	(77.840)	31.765.404
- Crédito a clientes - títulos de dívida	1.715.120	110.810	(847.500)	-	978.430
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	3.564.875	581.278	(486.996)	(57.644)	3.601.513
<i>Imparidade de outros ativos:</i>					
- Ativos não correntes detidos para venda (Nota 11)	7.986.075	1.143.153	-	-	9.129.228
- Propriedades de investimento (Nota 12)	1.227.049	(5.107)	-	163.480	1.385.512
	44.448.326	4.318.261	(1.334.496)	(72.004)	47.360.087



23. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Credores e outros recursos</i>		
Credores por operações sobre futuros	129.492	250.033
Sector Público Administrativo		
- Retenção de impostos na fonte	448.110	410.534
- IVA a pagar	162.784	237.941
- Contribuições para a Segurança Social	109.787	100.443
Cobranças por conta de terceiros	3.267	(20.182)
Credores diversos		
- Outros credores	680.540	1.559.414
	1.533.980	2.538.183
<i>Encargos a pagar</i>		
Por gastos com pessoal		
- Férias e subsídio de férias	646.540	553.603
Por gastos gerais administrativos	53.550	209.651
Outros	172.338	269.840
	872.428	1.033.094
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações de bolsa a liquidar	1.020.094	6.019.207
Operações fora de bolsa a liquidar	2.429.108	2.323.096
Outras operações a regularizar	593.016	739.009
	4.042.218	9.081.312
	6.448.626	12.652.589

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas "Operações de bolsa a liquidar" e "Operações fora de bolsa a liquidar" correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

24. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014
<i>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</i>		
Garantias e avales prestados	3.996.545	3.985.295
Activos dados em garantia	208.562.483	254.660.000
	212.559.028	258.645.295
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Responsabilidades por prestação de serviços		
- Depósito e Guarda de Valores		
Clientes	171.178.605	129.795.604
Fundos	12.766.392	29.546.019
- Activos cedidos em operações de titularização		
Crédito à habitação	1.555.050	1.683.528
Crédito hipotecário	4.775.696	5.520.048
Leasing imobiliário	9.499.297	12.774.671
- Outros valores		
Gestão de carteiras	4.638.439	3.375.242
	204.413.479	182.695.112
	416.972.507	441.340.407

A rubrica "Activos dados em garantia" diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a totalidade desta rubrica corresponde a títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 17).

Fundo de Resolução

BES / Novo Banco

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de Agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, tendo a generalidade da actividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A.. Em consonância com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4.900 milhões de Euros a realizar pelo Fundo de Resolução nos termos da legislação em vigor. Considerando que o Fundo de Resolução apenas detinha recursos próprios de aproximadamente 377 milhões de Euros, a subscrição de capital foi efectuada mediante a obtenção de dois financiamentos:

- 3.900 milhões de Euros do Estado Português; e
- 700 milhões de Euros de oito instituições participantes no Fundo (não incluindo o Banco).

Em 15 de Setembro de 2015 o Banco de Portugal anunciou a interrupção do processo de venda da participação do Fundo de Resolução do Novo Banco, sem aceitar qualquer das propostas recebidas.

Em 29 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração do Banco de Portugal aprovou um conjunto de decisões que completaram a medida de resolução aplicada ao BES, incluindo a retransmissão para o BES da responsabilidade por obrigações não subordinadas por este emitidas e que foram destinadas a investidores institucionais, com valor nominal de 1.941 milhões de Euros. Foi ainda clarificado que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.



Em Janeiro de 2016, o Banco de Portugal anunciou a decisão de retomar o processo de venda, que se encontra em curso. *Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.*

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 19 de Dezembro de 2015, aplicar ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) uma medida de resolução, no âmbito da qual foi transferida para o Banco Santander Totta a generalidade da actividade do Banif e a maior parte dos seus activos e passivos, com excepção de activos problemáticos que foram transferidos para um veículo de gestão de activos. No Banif permanecerá um conjunto muito restrito de activos, que será alvo de futura liquidação, bem como as posições accionistas, dos créditos subordinados e de partes relacionadas. Nos termos desta decisão, os acertos associados à opção de delimitação do perímetro acordada entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, envolvem um apoio público estimado de 2.255 milhões de Euros que visam cobrir contingências futuras, dos quais 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros directamente pelo Estado Português.

Nos termos do artigo 153º-I do Decreto-Lei nº 345/98, de 9 de Novembro, se os recursos do Fundo de Resolução se mostrarem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes efectuem contribuições especiais, e definir os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições. Ainda nos termos do mesmo artigo, uma instituição participante pode não ser obrigada a efectuar contribuições especiais, com fundamento na sua situação de solvabilidade.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, o Banco não dispõe de informação que lhe permita estimar com razoável fiabilidade se na sequência destes processos irá existir uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, caso aplicável, a forma como a mesma será financiada. Desta forma, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto desta situação para as demonstrações financeiras do Banco, uma vez que eventuais custos a suportar dependem da conclusão dos referidos processos e das determinações que venham a ser realizadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

De acordo com as informações disponíveis a esta data: (i) não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento das medidas de resolução descritas acima, pelo que a eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se remota, e (ii) prevê-se que eventuais défices do Fundo de Resolução sejam financiados através de contribuições periódicas ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de Fevereiro, o qual estipula que as contribuições periódicas para o Fundo de Resolução devem ser pagas pelas instituições que nele participam, e que estejam em actividade no último dia do mês de Abril do ano a que respeita a contribuição periódica.

25. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	2015			2014		
	Número de acções	Montante	%	Número de acções	Montante	%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Ordinárias)	9.412.008	47.060.040	79,09%	9.396.000	46.980.000	78,96%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Preferenciais)	2.400.000	12.000.000	20,17%	2.400.000	12.000.000	20,17%
Outros	87.992	439.960	0,74%	104.000	520.000	0,87%
	11.900.000	59.500.000	100%	11.900.000	59.500.000	100%

Em 2 de Dezembro de 2008 o Banco efectuou um aumento de capital, através da emissão de 2.400.000 acções preferenciais remíveis ao valor nominal de 5 Euros, tendo sido subscrito e realizado na totalidade pelo accionista Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A..

As acções preferenciais remíveis sem data fixa, são susceptíveis de pagamento de dividendos prioritários a deliberar em Assembleia Geral, que correspondem a 7% do seu valor nominal. Este dividendo só poderá ser liquidado, caso existam fundos distribuíveis de acordo com o normativo aplicável e caso o seu pagamento não implique o não cumprimento dos requisitos de capital do Banco. O pagamento do dividendo prioritário será efectuado, anual e postecipadamente, no dia 30 de Junho de cada ano.

No exercício de 2015, o accionista minoritário do Banco alienou 16.008 acções de valor nominal de 80.040 Euros à Alves Ribeiro – IF, SGPS, S.A., passando esta a deter uma participação de 99,26%.

26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Reservas de reavaliação</i>		
- Reservas resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	4.717.057	12.915.323
- Reservas por impostos diferidos e correntes de activos financeiros disponíveis para venda	(1.163.006)	(2.972.249)
	3.554.051	9.943.074
Reserva legal	3.529.128	1.740.163
Reserva livre	8.172.951	9.012.951
Reserva de fusão	574.221	574.221
Resultados transitados	21.013.108	17.968.463
	33.289.408	29.295.799
Resultado do exercício	2.868.919	4.833.610
	39.712.378	44.072.483

Reservas de reavaliação

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de Dezembro de 2014, as reservas de justo valor incluem 2.806 Euros de menos-valias em títulos reclassificados de "Activos financeiros disponíveis para venda" para as categorias de "Investimentos detidos até à maturidade" e de "Empréstimos e contas a receber" (Notas 8 e 41). Este montante foi reconhecido em resultados do exercício de acordo com o método da taxa efectiva até à maturidade dos correspondentes títulos.

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, o Banco deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. A reserva legal não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

Reserva livre

Por deliberação da Assembleia Geral ocorrida no dia 31 de Março de 2015, o Banco distribuiu reservas livres no montante de 840.000 Euros ao accionista Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A., na qualidade de titular das acções preferenciais remíveis, montante este que corresponde a 7% do valor nominal das referidas acções.

Reserva de fusão

Em 22 de Dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Correctora S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo os activos e passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respectivo valor líquido de Balanço nessa data. A diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos transferidos e o valor de balanço da participação detida pelo Banco no capital da Probolsa foi registada na rubrica "Reserva de Fusão". Esta reserva não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.



Resultado do exercício

Nos exercícios de 2015 e 2014, o resultado consolidado do Banco foi apurado da seguinte forma:

	2015	2014
<i>Resultados individuais:</i>		
Banco Invest	7.736.363	17.389.650
Invest Gestão de Activos	119.033	114.437
AR Finance 1, PLC	245.635	3.322.830
AR Finance 1, FTC	121.612	(2.802.191)
Fundo Tejo	(1.307.035)	156.330
Saldanha Holdings	(40.037)	16.968.339
Saldanha Finance	(46.975)	34.559.891
	6.828.594	69.709.286
<i>Ajustamentos, líquidos de efeitos fiscais:</i>		
Diferenças entre NCA e IAS/IFRS (imparidade de crédito)	1.697.775	3.288.281
<i>Anulação de movimentos registados nas contas individuais:</i>		
Provisão para crédito vencido do AR Finance 1, FTC	(121.612)	2.802.191
Provisão para activos financeiros AR Finance PLC	107.767	503.750
Rendimentos de juros recebidos	-	(1.056.965)
Anulação de imparidade registada para o Fundo Tejo	1.380.967	672.626
<i>Outros ajustamentos:</i>		
Correcção no consolidado da amortização dos custos de montagem da operação de titularização	92.888	92.888
Anulação do proveito do AR Finance PLC na recuperação dos juros da classe C	(95.749)	(2.286.772)
Anulação dos dividendos distribuídos pela Saldanha Finance e Saldanha Holdings	(7.000.000)	(34.000.000)
<i>Aquisição das "Variable Funding Notes" ao abrigo da operação de securitização</i>		
InvestFinance 1	-	(34.443.616)
Outros	(28.887)	(125.830)
Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam	2.861.743	4.854.736
Resultado atribuível a interesses que não controlam	7.176	(21.126)
Resultado consolidado do exercício	2.868.919	4.833.610



27. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica refere-se integralmente às participações de terceiros no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo.

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

2015				
	Saldos em 31-12-2014	Outras variações	Resultado líquido	Saldos em 31-12-2015
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	849.770	-	(7.176)	842.594

2014				
	Saldos em 31-12-2013	Outras variações	Resultado líquido	Saldos em 31-12-2014
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.025.072	(196.428)	21.126	849.770
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	(18.000)	-	-
	1.043.072	(214.428)	21.126	849.770

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de disponibilidades	1.502	5.465
Juros de aplicações em instituições de crédito	5.225	43.050
Juros de crédito a clientes:		
- Crédito interno	4.407.741	4.769.683
- Crédito ao exterior	21.391	187.572
- Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	2.490.140	613.712
- Activos titularizados	618.521	1.274.054
Juros de crédito vencido	1.396.620	1.342.944
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
- Títulos	895.889	1.573.885
- Instrumentos derivados	245.023	547.587
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
- Títulos	4.173.732	6.203.529
Juros de investimentos detidos até à maturidade	3.949.291	3.520.906
Outros juros e rendimentos similares	59.544	231.252
	18.264.619	20.313.739



29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de recursos de bancos centrais	78.329	290.932
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
- no país	162	8.907
- no estrangeiro	23.129	7.127
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	5.812.125	6.711.022
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	68.684	569.667
Juros de passivos financeiros de negociação		
- Instrumentos financeiros derivados	30.955	36.537
Outros juros e encargos similares	-	112.342
	6.013.384	7.736.534

30. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Por garantias prestadas	52.407	48.714
Por serviços prestados	1.516.929	1.486.548
Por operações realizadas por conta de terceiros	603.178	893.575
	2.172.514	2.428.837

31. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Por operações de crédito	47.419	37.838
Por serviços bancários prestados por terceiros	364.811	379.017
Outras comissões pagas	48.945	25.523
	461.175	442.378

32. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS



Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Títulos</i>		
Emitidos por residentes		
- Obrigações	393.130	408.547
- Acções	149.351	(293.228)
Emitidos por não residentes		
- Obrigações	(174.715)	2.778.898
- Acções	(190.116)	(131.637)
- Outros instrumentos de capital	(123)	(3.558)
	177.527	2.759.022
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
- Swaps		
Divisas	(23.200)	-
Swaps de taxa de juro	136.145	(194.475)
- Futuros		
Sobre cotações	(83.350)	(77.328)
Sobre taxas de juro	217.164	(13.910)
Divisas	(23.916)	(264.435)
- Opções		
Sobre cotações	99.302	524.779
	322.145	(25.369)
	499.672	2.733.653

33. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
- Dívida pública portuguesa	-	1.200.367
- Outras obrigações	72.123	504.019
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	5.403.829	763.158
- Outras obrigações	1.612.533	2.574.541
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
- Acções	(58.156)	320.391
- Outros	-	(5.346)
De não residentes		
- Acções	(330.761)	670.278
- Outros	-	(31.772)
	6.699.568	5.995.636



34. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Banco.

35. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Perdas em investimentos detidos até à maturidade (Nota 10)	(2.138.500)	-
Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	(735.704)	(735.235)
Ouro e metais preciosos	(184.809)	(212.978)
Outros	47.954	8.250
	(3.011.059)	(939.963)

36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Outros rendimentos de exploração</i>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
- Rendas de imóveis arrendados (Nota 12)	699.971	595.111
- Reembolso de despesas	120.385	141.526
- Rendimentos da prestação de serviços diversos	5.835	10.598
- Outros	203.963	66.883
	1.030.154	814.118
Outros encargos de exploração		
Outros impostos		
- Contribuição especial sobre o sector bancário	301.210	161.911
- Impostos directos	157.658	238.235
Outros encargos e perdas operacionais:		
- Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	11.780	45.173
- Contribuições para o Fundo de Resolução	182.666	44.667
- Quotizações e donativos	44.016	41.555
- Outros encargos e gastos operacionais	178.324	97.613
	875.654	629.154
	154.500	184.964

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;



- Passivos por provisões;
- Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
- Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes às operações passivas e;
- Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são 0,05% e 0,00015%, respectivamente, em função do valor apurado.

No decorrer do exercício de 2013, o Banco iniciou a sua contribuição para o Fundo de Resolução que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, e que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção correctiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adoptadas pelo Banco de Portugal.

Nos exercícios de 2015 e 2014 o Banco registou uma contribuição periódica de 60.040 Euros e 44.667 Euros, respectivamente.

Nos termos do artigo 153.º-H, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras que transpõe os artigos 100.º, n.º 4, alínea a), e 103.º, n.º 1, da Directiva 2015/59/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio de 2014, e artigo 20.º, do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/63 da Comissão, de 21 de Outubro de 2014 ("Regulamento Delegado"), no ano de 2015 foi efectuada a primeira contribuição ex ante para o Fundo Único de Resolução (FUR) no montante de 122.626 Euros. Compete ao Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, proceder à determinação destas contribuições em proporção do perfil de risco das instituições participantes, com base nas informações fornecidas pelas mesmas e na metodologia definida no Regulamento Delegado.

37. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Salários e vencimentos</i>		
- Órgãos de Gestão e Fiscalização	717.081	717.703
- Empregados	3.613.713	3.387.275
	4.330.794	4.104.978
<i>Encargos sociais obrigatórios</i>		
- Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	937.235	845.537
- Outros encargos sociais obrigatórios:		
Outros	23.243	25.849
	960.478	871.386
<i>Outros custos com pessoal:</i>		
- Outros	105.245	91.517
	5.396.517	5.067.881



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2015	2014
Administradores	7	7
Diretores e chefias	15	15
Quadros técnicos	104	96
Administrativos	5	5
	131	123

38. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Com fornecimentos	231.185	233.943
Com serviços	2.449.151	2.554.943
Com serviços especializados	1.382.723	1.220.723
Outros serviços de terceiros	580.302	596.844
	4.643.361	4.606.453

39. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco Invest as entidades em que o Banco exerça, directa ou indirectamente, o controlo ou influência significativa sobre a sua gestão e política financeira e operacional (Subsidiárias ou associadas) e entidades que exerçam influência significativa sobre a gestão do Banco, nomeadamente accionistas ou entidades por eles controladas e colaboradores pertencentes aos órgãos sociais do Banco.

- *Accionistas e entidades por estes controladas:*

- Fundo Inspirar;
- Monvest, SGPS, S.A.;
- US Gestar;
- Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Alves Ribeiro, S.A.;
- Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.;
- Mundicenter, SGPS, S.A.;
- Mundicenter II - Gestão de Espaços Comerciais, S.A.;
- Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.;
- SOTIF, SGPS, S.A.;
- VALRI, SGPS, S.A.;
- MS-Participações, SGPS, S.A.;
- LERIMO, SGPS, S.A..

- *Órgãos sociais – membros do conselho de administração:*

- Afonso Ribeiro Pereira de Sousa (Presidente)
- António Miguel R. R. Branco Amaral (Vice-presidente)
- Francisco Manuel Ribeiro (Vogal)
- Luís Miguel Barradas Ferreira (Vogal)

Saldos com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2015	2014
<i>Activos financeiros disponíveis para venda</i>		
Fundo Inspirar	5.233.000	5.233.000
<i>Crédito a clientes</i>		
Alves Ribeiro, SGPS	9.927.755	10.382.000
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	2.070.267	2.060.396
Provisão Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	(2.070.267)	(2.060.396)
US Gestar	1.122.230	896.000
Monvest, SGPS, S.A.	585.452	585.452
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.	-	3.200.000
<i>Recursos de clientes</i>		
VALRI, SGPS, S.A.	6.096.269	6.119.233
Mundicenter, SGPS, S.A.	4.500.000	9.017.129
SOTIF, SGPS, S.A.	1.780.829	1.747.118
MS - Participações, SGPS, S.A.	565.783	850.000
Fundo Inspirar	164.077	12.254
LERIMO, SGPS, S.A.	140.000	200.000
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.	2.762	7.674
US Gestar	2.523	4.585
Alves Ribeiro, S.A.	733	53.761
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	-	40.577
Mundicenter II - Gestão de Espaços Comerciais, S.A.	-	1.505

Transacções com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais

Nos exercícios de 2015 e 2014, os principais saldos da demonstração de resultados com entidades relacionadas são os seguintes:

	2015	2014
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
Monvest - SGPS, SA	13.078	14.211
US Gestar	10.332	10.632
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	7.114	31.651
Alves Ribeiro, S.A.	1	117.994
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.	-	185.145
<i>Juros e encargos similares</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	73.808	175.112
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	835	835
<i>Gastos gerais administrativos</i>		
Alrisa	273.916	272.323

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.





Colaboradores pertencentes aos órgãos sociais

Política de Remuneração

A Comissão de Remunerações, constituída por três representantes dos accionistas e eleita em Assembleia Geral, determina a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais do Banco Invest, bem como os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares.

A política de remunerações foi submetida a aprovação da Assembleia Geral, assim consignando o desejável alinhamento de interesses entre os membros dos órgãos sociais e a sociedade, traduzindo-se sumariamente no seguinte:

- a) A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável;
- b) A componente variável, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, depende da obtenção de resultados consentâneos, da devida remuneração dos capitais próprios e da efectiva criação de valor, assim assegurando a sustentabilidade do modelo de negócio a médio e longo prazo;
- c) Quando existente, a componente variável é apurada com base nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício anterior;
- d) Não se encontrava vigente, no exercício de 2015, qualquer plano de atribuição de acções ou de opção para a sua aquisição que abrangesse membros dos órgãos de administração ou de fiscalização;
- e) Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, termos em que as alíneas precedentes se têm como não aplicáveis.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração foi de 711.893 euros.

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco Invest

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direcção de Crédito e a direcção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais riscos inerentes à actividade do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	2015		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais	3.478.016	-	3.478.016
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.862.327	-	5.862.327
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	37.328.247	-	37.328.247
- Instrumentos financeiros derivados	1.891.199	-	1.891.199
Activos financeiros disponíveis para venda	147.161.775	(3.637.999)	143.523.776
Aplicações em instituições de crédito	400.180	-	400.180
<i>Crédito a clientes:</i>			
- Crédito não representado por valores mobiliários	168.978.744	(31.621.795)	137.356.949
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	110.347.488	(773.307)	109.574.181
Investimentos detidos até à maturidade	102.346.120	(2.230.831)	100.115.289
<i>Outros activos:</i>			
- Devedores e outras aplicações	633.556	-	633.556
	578.427.652	(38.263.932)	540.163.720
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Garantias prestadas	3.996.545	-	3.996.545
	582.424.197	(38.263.932)	544.160.265
2014			
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Ativos</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais	1.824.051	-	1.824.051
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.168.012	-	7.168.012
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	52.375.157	-	52.375.157
- Instrumentos financeiros derivados	2.365.151	-	2.365.151
Activos financeiros disponíveis para venda	257.321.074	(3.601.513)	253.719.561
Aplicações em instituições de crédito	3.400.352	-	3.400.352
<i>Crédito a clientes:</i>			
- Crédito não representado por valores mobiliários	185.613.866	(31.765.404)	153.848.462
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	32.474.824	(978.430)	31.496.394
Investimentos detidos até à maturidade	77.280.239	-	77.280.239
<i>Outros activos:</i>			
- Devedores e outras aplicações	477.926	-	477.926
	620.300.652	(36.345.347)	583.955.305
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Garantias prestadas	3.985.295	-	3.985.295
	624.285.947	(36.345.347)	587.940.600



Qualidade de crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

A carteira de crédito do Banco, revela dois grandes grupos homogéneos:

- Um, mais significativo, constituído por operações de financiamento imobiliário à aquisição ou auto-construção, dirigidas ao universo empresarial, com maturidades de longo prazo e tendo como colateral a propriedade jurídica (nas operações de locação financeira imobiliária) ou a hipoteca em primeiro grau (no caso dos mútuos hipotecários) dos imóveis financiados;
- Outro, menos relevante, formado por operações de financiamento em contas margem, com penhor de carteiras de valores mobiliários, cotação em mercado oficial e liquidez e, ainda, operações de muito curto prazo, com penhor de metais preciosos.

Este segundo grupo de créditos, pela sua natureza de curto e muito curto prazo, tem uma excelente rotação, permitindo uma rápida revitalização da carteira. A política de monitorização de risco rigorosa e de elegibilidade de colaterais, muito prudente, condicionada à existência de mercado regulado e com fluidez, conduzem a níveis de exposição ao risco bastante reduzidos.

Outro tanto já não se pode, em rigor, concluir em relação ao crédito de natureza imobiliária que, pela sua maturidade de longo prazo, conduz a uma carteira matizada por operações com origem em diferentes períodos de tempo e, por isso, diferentes graus de exposição ao risco.

Assim e se é certo que a política de concessão de novo crédito se adaptou aos sucessivos cenários do enquadramento económico, estando em linha com as políticas prudenciais mais exigentes, em relação à carteira já em curso, o principal desafio colocado ao Banco foi a implementação de meios eficazes de gestão da carteira, nas componentes de monitorização, gestão e avaliação do risco.

Não obstante, o Banco manterá e continuará a reforçar as medidas tendentes à preservação da qualidade e integridade da sua carteira de crédito.

1. Sobre a política de gestão de risco

Com uma Equipa experiente e com políticas consolidadas em mais de 17 anos de operação, o Banco dispõe de uma bateria de meios que lhe permitem:

- A monitorização, em tempo real, dos sinais de imparidade ou de risco;
- O controlo diário de situações de incumprimento (total ou parcial) das obrigações contratuais, sejam de natureza pecuniária ou de qualquer outra natureza;
- O ajustamento automático da notação de risco interna;
- A edição automática de alertas dirigidos aos Gestores de Clientes e Direcções de Crédito, de Recuperação e Jurídica;
- A emissão e expedição de notificações relativas a incumprimento, com explicitação da sua origem, data de vencimento, encargos devidos, meios de regularização e consequências do incumprimento, aos Titulares e seus Garantes;
- O registo histórico de todos os eventos, diligências realizadas e seus resultados.

Na gestão do risco de crédito o Banco atende, de acordo com Manual de Procedimentos em vigor:

- à monitorização permanente dos maiores riscos, em termos de valor;
- ao acompanhamento do risco de concentração sectorial, agindo dentro da salvaguarda dos seus legítimos direitos e da integridade das garantias do crédito, no respeito da legislação aplicável, e na procura de caminhos que privilegiem – sempre que possíveis – soluções negociais e de âmbito extra-judicial.

A aplicação prática de legislações específicas orientadas para a protecção dos Clientes bancários em situação económica difícil, do regime PARI ou PERSI, sempre e quando aplicável, integra os procedimentos regulares do Banco.

2. Política de write-off de créditos:

Na consideração do risco de perda por incumprimento, o Banco respeita integralmente a política de provisionamento instituída pelo Aviso 3/95 e, no reconhecimento de imparidades, as orientações da carta-circular O2/2014/DSP, do Banco de Portugal.



Contudo, o Banco não entendeu, ainda, implementar uma política de *write-off* do crédito em risco, mantendo o seu registo contabilístico, prosseguindo o ritmo de provisionamento e reconhecimento de imparidades, até que as iniciativas judiciais de recuperação dos valores em dívida, sobre os Titulares e sobre os Garantes, se possam dar por extintas, com certificação judicial da situação.

Desta forma, realça-se que o valor da carteira, o volume das provisões e das imparidades reconhecidas, não têm sido alvo de erosão por prática regular de *write-offs*.

3. Política de reversão de imparidades:

A reversão de imparidades já reconhecidas sobre a carteira de crédito só ocorre, em situações específicas e fundamentadas de redução do risco potencial de perda, nomeadamente:

- No pagamento total ou parcial dos valores em risco;
- No reforço dos colaterais do crédito;
- Na alteração justificada dos parâmetros de cálculo da imparidade:
 - i) redução da probabilidade de *default*, redução da perda esperada, no caso de cálculo de imparidade de forma colectiva;
 - ii) aumento do valor de mercado dos colaterais, redução dos custos efectivos de manutenção e/ou realização dos colaterais, redução das taxas de mercado aplicadas na actualização do provável valor de realização dos colaterais, no caso de cálculo de imparidades por análise individual.

4. Descrição das medidas de reestruturação aplicadas ao crédito vencido, mecanismos de controlo e monitorização:

As medidas de reestruturação de crédito são definidas, numa base casuística, em função da análise do risco em presença. Suportam-se em dossier de crédito específico a submeter a despacho nos termos de Manual em vigor.

Podem englobar: i) aumento do prazo de reembolso; ii) concessão de um período de carência de capital; iii) diferimento do reembolso de parte do valor financiado para o final do prazo ou, ainda, a iv) capitalização do valor vencido.

Sempre que possível o Banco procura obter reforço das garantias do crédito e/ou o pagamento dos juros vencidos.

O crédito reestruturado é marcado e monitorizado nos termos definidos pelo Banco de Portugal e, resultando de dificuldades do Devedor, as correspondentes imparidades de crédito passam a ser calculadas por análise individual.

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso.



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a carteira de crédito do Banco de acordo com as categorias de risco acima identificadas é a seguinte:

2015					
Categoria de risco					
Tipo de contrato	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	Total
Contas Correntes	11.869.597	-	-	5.038.642	16.908.239
Crédito Imobiliário	31.193.031	1.060.123	1.076.612	24.908.682	58.238.449
Crédito Mútuo	8.104.382	1.184	33.466	5.984.637	14.123.670
Leasing Imobiliário	51.798.559	2.733.733	1.425.310	11.996.143	67.953.745
Leasing Mobiliário	488.201	106.432	-	-	594.632
Outros Créditos	2.241.032	1.284.426	999.371	3.313.164	7.837.994
Descobertos em D.O.	3.045.600	-	-	-	3.045.600
	108.740.402	5.185.898	3.534.760	51.241.269	168.702.330

2014					
Categoria de risco					
Tipo de contrato	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	Total
Contas Correntes	17.943.081	-	-	2.985.477	20.928.558
Crédito Imobiliário	30.560.666	2.162.403	843.454	30.203.787	63.770.310
Crédito Mútuo	8.290.574	857.060	74.942	6.552.133	15.774.709
Leasing Imobiliário	53.724.275	4.545.363	2.451.232	14.053.812	74.774.682
Leasing Mobiliário	525.453	-	116.706	-	642.159
Outros Créditos	1.418.080	1.217.818	1.031.112	2.737.253	6.404.263
Descobertos em D.O.	2.862.874	-	-	-	2.862.874
	115.325.003	8.782.644	4.517.446	56.532.462	185.157.555

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em crédito a clientes, os juros corridos e as comissões associadas ao crédito.

Os principais colaterais recebidos pelo Banco relativamente aos activos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de leasing imobiliário, a garantia efectiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel.
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.

Em situações pontuais, o Banco obtém igualmente penhores mercantis sobre activos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de activos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de trespasse sobre estabelecimentos de farmácia.

- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os activos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multi-riscos com os correspondentes direitos a favor do Banco.

A carteira de crédito do Banco mostra-se segmentada em função da sua natureza, características específicas e tipos de colaterais, de acordo com o supra referido.

Assim sendo, são submetidos a processo de avaliação e cálculo por grupos homogéneos e autónomos: i) os créditos de natureza e raiz imobiliária, ii) os créditos em conta margem, garantidos por carteiras de valores mobiliários e, ainda, iii) os créditos garantidos por penhores de metais preciosos.



No processo de cálculo de imparidades, o Banco respeita as determinações do Banco de Portugal contidas na carta-circular 02/2014/DSP. A definição das exposições a analisar, colectiva e individualmente, respeita os referidos preceitos, sendo de realçar que o Banco submete a análise individual, para além das determinadas pelo BdP: i) todas as exposições consideradas relevantes (que, no critério do Banco, envolvem valores em risco superiores a 500.000 Euros), ii) as exposições a alguns sectores em que a concentração de risco é considerada relevante (mesmo sem incumprimento, sinais de imparidades ou de risco) e, também, iii) a eventual exposição a empresas do grupo ou directa e indirectamente relacionadas.

De salientar que, no processo de cálculo de imparidades, são considerados em risco não só os eventuais valores vencidos e não pagos, quando existam, como os valores de capital vincendo e, ainda, os juros corridos mas ainda não vencidos.

Por outro lado, no apuramento do valor de execução dos colaterais – isto é, do provável valor de realização dos créditos – são considerados, tal como determinado pelo BdP, os custos inerentes à sua realização. No caso particular dos imóveis, o referido valor de realização, expurgado das prováveis despesas de manutenção e venda, é actualizado à taxa de juro do contracto associado, pelo tempo estimado para a sua recuperação e venda.

Sendo relevantes, na carteira global de crédito do Banco, as garantias de natureza imobiliária, importa realçar que está instituída e em prática efectiva, visando a integridade da garantia, a subordinação dos imóveis a seguros de multi-riscos, com ressalva dos direitos em caso de indemnização, seguros estes que o Banco preventivamente contrata por sua iniciativa, sempre que os contratos de financiamento entram em situação de incumprimento continuado, contencioso ou os imóveis são recuperados em regularização de crédito próprio.

A manutenção dos imóveis recuperados em regularização de crédito próprio é, igualmente, assegurada pelo Banco visando preservar os seus valores de realização.

De acordo com as determinações estabelecidas na carta-circular nº 2/2014/DSP do Banco de Portugal, infra discriminamos a carteira de crédito a 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

Segmento	Exposição 31-12-2015					Imparidade 31-12-2015		
	Exposição Total	Crédito em Cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em Cumprimento	Crédito em Incumprimento
Construção e CRE	33.944.617	10.755.673	1.012.330	23.188.944	3.779.613	7.356.131	348.143	7.007.988
Corporate	703.380	177.294	24.207	526.086	-	554.583	28.497	526.086
Crédito sobre Penhores	7.669.489	3.099.874	-	4.569.615	-	896.656	103.105	793.551
Crédito Tradicional	109.480.051	55.788.778	9.036.606	53.691.273	13.766.182	19.527.703	3.908.276	15.619.427
Descobertos em DO	32.996	-	-	32.996	-	37.946	-	37.946
Habituação	13.340.398	6.572.234	720.064	6.768.164	847.269	3.111.079	190.122	2.920.957
Prestação de Serviços	127.438	-	-	127.438	-	137.697	-	137.697
	165.298.369	76.393.853	10.793.207	88.904.516	18.393.064	31.621.795	4.578.143	27.043.652

Segmento	Exposição 31-12-2014					Imparidade 31-12-2014		
	Exposição Total	Crédito em Cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em Cumprimento	Crédito em Incumprimento
Construção e CRE	37.614.823	13.082.421	1.703.913	24.532.402	4.933.621	7.107.615	1.062.614	6.045.001
Corporate	785.318	232.540	-	552.778	26.748	561.655	8.877	552.778
Crédito sobre Penhores	6.231.030	2.323.062	-	3.907.968	-	698.482	40.878	657.604
Crédito Tradicional	123.461.009	73.911.618	7.912.533	49.549.391	18.878.913	20.394.288	3.407.563	16.986.725
Descobertos em DO	37.754	-	-	37.754	-	43.416	-	43.416
Habituação	13.767.267	7.364.949	562.849	6.402.318	747.687	2.817.084	278.842	2.538.242
Prestação de Serviços	132.098	-	-	132.098	-	142.864	-	142.864
	182.029.299	96.914.590	10.179.295	85.114.709	24.586.969	31.765.404	4.798.774	26.966.630

A exposição total apresentada nestes mapas corresponde à utilizada ao nível do Modelo de imparidade de crédito do Banco que, face ao valor da exposição de crédito apresentado na Nota 9, apresenta as seguintes diferenças em 31 de Dezembro de 2015 e 2014: (i) não engloba 3.012.604 Euros e 2.825.023 Euros, respectivamente, referentes a descobertos em depósitos à ordem pelo facto de no Modelo de imparidade se considerar o valor do património do cliente como factor a deduzir à exposição global; (ii) não engloba cerca de 667.771 Euros e 669.040 Euros, respectivamente, referente a saldos credores com os clientes, dado que no Modelo de imparidade se considerar esse montante como factor a deduzir à exposição global do cliente e (iii) não engloba títulos de dívida registados em crédito e valores a receber. Este critério foi aplicado de forma consistente nos quadros seguintes desta Nota.



Segmento	Da exposição total 31-12-2015						
	Exposição Total 31-12-2015	Crédito em Cumprimento				Crédito em incumprimento	
		Atraso < 30 dias		Atraso entre	Sub Total	Atraso <= 90	Atraso >90
		sem indicio	com indicio	30 e 90 dias		dias	dias
Construção e CRE	33.944.617	8.298.143	1.787.965	669.565	10.755.673	6.793.955	16.394.989
Corporate	703.380	153.087	24.207	-	177.294	-	526.086
Crédito sobre Penhores	7.669.489	1.462.474	595.084	1.042.316	3.099.874	372.279	4.197.336
Crédito Tradicional	109.480.051	40.803.596	13.046.537	1.938.645	55.788.778	24.558.229	29.133.044
Descobertos em DO	32.996	-	-	-	-	-	32.996
Habitação	13.340.398	5.664.891	721.213	186.130	6.572.234	401.714	6.366.450
Prestação de Serviços	127.438	-	-	-	-	-	127.438
	165.298.369	56.382.191	16.175.006	3.836.656	76.393.853	32.126.177	56.778.339

Segmento	Da exposição total 31-12-2014						
	Exposição Total 31-12-2014	Crédito em Cumprimento				Crédito em incumprimento	
		Atraso < 30 dias		Atraso entre	Sub Total	Atraso <= 90	Atraso >90
		sem indicio	com indicio	30 e 90 dias		dias	dias
Construção e CRE	37.614.824	10.431.711	585.488	2.065.222	13.082.421	5.631.065	18.901.338
Corporate	785.318	232.540	-	-	232.540	-	552.778
Crédito sobre Penhores	6.231.030	893.597	429.822	999.643	2.323.062	289.898	3.618.070
Crédito Tradicional	123.461.010	56.357.036	15.050.126	2.504.457	73.911.619	16.062.473	33.486.918
Descobertos em DO	37.754	-	-	-	-	-	37.754
Habitação	13.767.266	6.081.292	884.544	399.112	7.364.948	229.983	6.172.335
Prestação de Serviços	132.097	-	-	-	-	-	132.097
	182.029.299	73.996.176	16.949.980	5.968.434	96.914.590	22.213.419	62.901.290

Segmento	Da imparidade total 31-12-2015						
	Exposição Total 31-12-2015	Crédito em Cumprimento				Crédito em incumprimento	
		Atraso < 30 dias		Atraso entre	Sub Total	Atraso <= 90	Atraso >90
		sem indicio	com indicio	30 e 90 dias		dias	dias
Construção e CRE	7.356.131	279.275	49.365	19.503	348.143	897.665	6.110.323
Corporate	554.583	4.290	24.207	-	28.497	-	526.086
Crédito sobre Penhores	896.656	28.972	19.329	54.804	103.105	23.612	769.939
Crédito Tradicional	19.527.703	2.743.447	1.110.501	54.328	3.908.276	3.782.190	11.837.237
Descobertos em DO	37.946	-	-	-	-	-	37.946
Habitação	3.111.079	158.750	24.454	6.918	190.122	98.616	2.822.341
Prestação de Serviços	137.697	-	-	-	-	-	137.697
	31.621.795	3.214.734	1.227.856	135.553	4.578.143	4.802.083	22.241.569

Segmento	Da imparidade total 31-12-2014						
	Exposição Total 31-12-2014	Crédito em Cumprimento				Crédito em incumprimento	
		Atraso < 30 dias		Atraso entre	Sub Total	Atraso <= 90	Atraso >90
		sem indicio	com indicio	30 e 90 dias		dias	dias
Construção e CRE	7.107.615	445.833	22.350	594.432	1.062.615	693.675	5.351.325
Corporate	561.655	8.877	-	-	8.877	-	552.778
Crédito sobre Penhores	698.482	5.809	2.606	32.463	40.878	8.012	649.592
Crédito Tradicional	20.394.288	2.271.267	923.228	213.068	3.407.563	5.830.472	11.156.253
Descobertos em DO	43.416	-	-	-	-	-	43.416
Habitação	2.817.084	232.138	33.597	13.106	278.841	48.041	2.490.202
Prestação de Serviços	142.864	-	-	-	-	-	142.864
	31.765.404	2.963.924	981.781	853.069	4.798.774	6.580.200	20.386.430

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção:

31 de Dezembro de 2015:

Ano de Produção	Construção e CRE			Corporate			Crédito sobre Penhores			Crédito Tradicional		
	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2005 e anteriores	84	10.477.782	1.408.006	1	37.317	37.317	-	-	-	252	21.368.606	4.266.867
2006	34	8.494.983	1.690.750	-	-	-	-	-	-	67	9.691.653	1.179.875
2007	25	2.454.519	791.972	2	153.087	4.290	1	148	42	81	12.020.510	1.606.243
2008	23	4.641.920	1.023.118	-	-	-	3	501	262	64	17.862.107	4.386.514
2009	12	1.668.650	398.122	-	-	-	4	1.960	1.438	44	8.063.157	1.777.097
2010	16	2.042.350	1.264.323	-	-	-	21	157.249	152.194	30	4.171.179	795.420
2011	16	2.757.025	458.155	1	488.769	488.769	586	460.398	98.742	24	5.450.136	349.763
2012	5	524.604	53.271	-	-	-	1.745	1.207.726	280.102	37	4.932.269	1.366.731
2013	5	484.574	208.366	-	-	-	1.847	1.044.165	114.249	40	14.880.787	1.873.822
2014	4	105.941	51.857	-	-	-	2.886	1.521.209	128.969	49	6.652.591	1.330.356
2015	3	292.269	8.191	1	24.207	24.207	6.327	3.276.133	120.658	36	4.387.056	595.015
Total	227	33.944.617	7.356.131	5	703.380	554.583	13.420	7.669.489	896.656	724	109.480.051	19.527.703

Ano de Produção	Descoberto em DO			Habitação			Prestação de Serviços			Total		
	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2005 e anteriores	-	-	-	113	4.082.025	374.026	-	-	-	450	35.965.730	6.086.216
2006	-	-	-	22	1.951.293	164.531	-	-	-	123	20.137.929	3.035.156
2007	-	-	-	12	3.122.709	2.118.640	-	-	-	121	17.750.973	4.521.187
2008	-	-	-	16	1.263.327	187.613	-	-	-	106	23.767.855	5.597.507
2009	-	-	-	5	311.841	75.218	-	-	-	65	10.045.608	2.251.875
2010	-	-	-	4	393.955	57.439	-	-	-	71	6.764.733	2.269.376
2011	-	-	-	5	539.450	15.117	6	67.500	72.934	638	9.763.278	1.483.480
2012	-	-	-	1	20.055	562	4	29.958	32.370	1.792	6.714.612	1.733.036
2013	-	-	-	1	130.829	3.666	4	29.980	32.393	1.897	16.570.335	2.232.496
2014	24	32.379	37.237	9	1.285.279	107.551	-	-	-	2.972	9.597.399	1.655.970
2015	4	617	709	2	239.635	6.716	-	-	-	6.373	8.219.917	755.496
Total	28	32.996	37.946	190	13.340.398	3.111.079	14	127.438	137.697	14.608	165.298.369	31.621.795

31 de Dezembro de 2014:

Ano de Produção	Construção e CRE			Corporate			Crédito sobre Penhores			Crédito Tradicional		
	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2004 e anteriores	64	7.766.017	840.968	1	37.317	37.317	0	-	-	235	18.073.793	4.241.521
2005	25	3.998.785	151.455	0	-	-	0	-	-	57	6.702.526	466.564
2006	32	7.742.322	1.348.896	1	7.242	276	0	-	-	71	13.013.421	2.304.731
2007	28	4.283.243	1.079.899	2	225.297	8.600	0	-	-	84	13.644.560	2.031.552
2008	23	5.146.848	1.308.933	0	-	-	1	179	179	71	19.872.306	4.073.770
2009	13	1.741.179	432.507	0	-	-	1	1.211	1.212	50	9.176.662	1.792.179
2010	18	2.286.184	1.271.497	0	-	-	7	139.225	133.622	37	4.491.266	827.355
2011	17	3.081.507	546.858	1	488.712	488.712	714	594.870	117.355	30	6.489.713	342.704
2012	5	670.082	60.380	0	-	-	2.257	1.596.399	321.191	42	8.992.442	1.237.043
2013	5	464.743	50.715	0	-	-	2.568	1.381.168	86.561	45	15.688.987	1.735.547
2014	5	433.912	15.505	1	26.748	26.748	4.566	2.517.980	38.363	50	7.315.334	1.341.324
Total	235	37.614.823	7.107.615	6	785.318	561.654	10.114	6.231.031	698.482	772	123.461.009	20.394.288





Ano de Produção	Descobertos em DO			Habitação			Prestação de Serviços			Total		
	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2004 e anteriores	0	-	-	103	3.847.147	441.983	0	-	-	403	29.724.274	5.561.788
2005	0	-	-	22	812.950	48.176	1	4.033	4.362	105	11.518.294	670.558
2006	0	-	-	22	1.713.671	107.620	0	-	-	126	22.476.657	3.761.523
2007	0	-	-	14	3.454.728	1.879.442	0	-	-	128	21.607.829	4.999.493
2008	0	-	-	16	1.306.273	201.883	0	-	-	111	26.325.605	5.584.764
2009	0	-	-	4	202.309	21.913	0	-	-	68	11.121.361	2.247.811
2010	0	-	-	4	430.400	41.865	0	-	-	66	7.347.075	2.274.339
2011	0	-	-	5	559.466	21.356	6	67.500	73.001	773	11.281.767	1.589.986
2012	0	-	-	1	20.730	791	4	29.958	32.400	2309	11.309.611	1.651.805
2013	0	-	-	2	137.473	5.260	4	29.979	32.423	2624	17.702.351	1.910.506
2014	26	37.754	43.416	9	1.282.120	46.796	1	627	678	4658	11.614.475	1.512.830
Total	26	37.754	43.416	202	13.767.267	2.817.084	16	132.098	142.864	11.371	182.029.299	31.765.404

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e colectivamente, por segmento, sector, geografia:

c.1) Por segmento:

31 de Dezembro de 2015:

Segmento	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Construção e CRE	28.862.732	5.081.885	33.944.617	7.213.718	142.413	7.356.131
Corporate	550.293	153.087	703.380	550.293	4.290	554.583
Crédito sobre Penhores	4.569.615	3.099.874	7.669.489	793.551	103.105	896.656
Crédito Tradicional	83.628.844	25.851.207	109.480.051	18.803.260	724.443	19.527.703
Descobertos em DO	32.996	-	32.996	37.946	-	37.946
Habitação	8.182.315	5.158.083	13.340.398	2.966.532	144.547	3.111.079
Prestação de Serviços	127.438	-	127.438	137.697	-	137.697
Total	125.954.233	39.344.136	165.298.369	30.502.997	1.118.798	31.621.795

31 de Dezembro de 2014:

Segmento	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Construção e CRE	31.357.944	6.256.879	37.614.823	6.868.773	238.842	7.107.615
Corporate	552.778	232.540	785.318	552.778	8.877	561.655
Crédito sobre Penhores	3.907.968	2.323.062	6.231.030	657.604	40.878	698.482
Crédito Tradicional	91.411.428	32.049.581	123.461.009	19.170.877	1.223.411	20.394.288
Descobertos em DO	37.754	-	37.754	43.416	-	43.416
Habitação	6.965.167	6.802.100	13.767.267	2.557.431	259.653	2.817.084
Prestação de Serviços	132.098	-	132.098	142.864	-	142.864
Total	134.365.137	47.664.162	182.029.299	29.993.743	1.771.661	31.765.404

c.2) Por sector de actividade:



31 de Dezembro de 2015:

Sector de actividade	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	34.447.172	10.197.649	44.644.821	10.298.715	285.775	10.584.490
Construção	28.873.826	5.088.787	33.962.613	7.214.028	142.607	7.356.635
Particulares	16.713.644	11.298.984	28.012.628	5.226.538	332.873	5.559.411
Indústrias transformadoras	9.141.746	5.340.614	14.482.360	1.822.575	149.663	1.972.238
Actividades financeiras e de seguros	13.593.670	235.032	13.828.702	949.914	6.586	956.500
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5.084.454	808.828	5.893.282	1.647.736	22.666	1.670.402
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.062.409	283.279	5.345.688	804.218	7.938	812.156
Actividades de saúde humana e apoio social	3.488.612	379.453	3.868.065	705.161	10.634	715.795
Alojamento, restauração e similares	2.286.997	1.445.022	3.732.019	589.252	40.495	629.747
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.877.706	1.283.432	3.161.138	772.023	35.966	807.989
Outras actividades de serviços	1.948.272	716.131	2.664.403	56.015	20.069	76.084
Transportes e armazenagem	1.154.723	1.180.656	2.335.379	126.157	33.086	159.243
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.707.623	410.339	2.117.962	98.000	11.499	109.499
Educação	561.240	149.178	710.418	192.324	4.181	196.505
Actividades imobiliárias	12.139	413.121	425.260	341	11.576	11.917
Actividades de informação e de comunicação	-	113.631	113.631	-	3.184	3.184
Total	125.954.233	39.344.136	165.298.369	30.502.997	1.118.798	31.621.795

31 de Dezembro de 2014:

Sector de actividade	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	40.237.743	11.613.397	51.851.140	11.472.559	293.298	11.765.857
Construção	31.377.609	6.268.648	37.646.257	6.869.523	239.291	7.108.814
Particulares	14.551.447	12.790.346	27.341.793	4.665.068	440.442	5.105.510
Actividades financeiras e de seguros	15.319.036	230.778	15.549.814	839.018	8.809	847.827
Indústrias transformadoras	7.604.104	7.626.362	15.230.466	1.552.512	291.117	1.843.629
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4.949.428	1.238.566	6.187.994	792.251	47.280	839.531
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.103.828	318.478	5.422.306	720.877	12.157	733.034
Alojamento, restauração e similares	3.126.895	1.605.374	4.732.269	1.058.783	61.281	1.120.064
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.172.146	879.130	4.051.276	1.074.735	33.559	1.108.294
Actividades de saúde humana e apoio social	3.289.793	711.991	4.001.784	396.912	27.178	424.090
Transportes e armazenagem	1.395.383	1.914.480	3.309.863	53.265	223.093	276.358
Outras actividades de serviços	2.259.420	909.440	3.168.860	372.668	34.716	407.384
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.666.240	503.061	2.169.301	85.825	19.203	105.028
Educação	299.927	202.431	502.358	39.284	7.727	47.011
Actividades imobiliárias	12.138	467.201	479.339	463	17.834	18.297
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições	-	261.113	261.113	-	9.967	9.967
Actividades de informação e de comunicação	-	123.366	123.366	-	4.709	4.709
Total	134.365.137	47.664.162	182.029.299	29.993.743	1.771.661	31.765.404



c.3) Por geografia:

31 de Dezembro de 2015:

Geografia	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
França	-	223.367	223.367	-	6.260	6.260
Portugal	125.954.233	38.984.702	164.938.935	30.502.997	1.108.727	31.611.724
Suiça	-	91.082	91.082	-	2.552	2.552
Reino Unido	-	44.985	44.985	-	1.259	1.259
Total	125.954.233	39.344.136	165.298.369	30.502.997	1.118.798	31.621.795

31 de Dezembro de 2014:

Geografia	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
França	-	254.405	254.405	-	9.711	9.711
Portugal	134.365.137	47.097.378	181.462.515	29.993.743	1.749.372	31.743.115
Suiça	-	50.639	50.639	-	1.933	1.933
Reino Unido	-	627	627	-	678	678
Estados Unidos	-	261.113	261.113	-	9.967	9.967
Total	134.365.137	47.664.162	182.029.299	29.993.743	1.771.661	31.765.404

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada:

Como resulta claro das Notas e Informações precedentes, a estrutura da carteira de crédito do Banco: (i) é formada por financiamentos aplicados na aquisição de imóveis destinados a utilização profissional ou empresarial; (ii) está suportada em colaterais constituídos pela propriedade jurídica do imóvel financiado (no caso do leasing) ou da hipoteca em primeiro grau (no caso dos créditos hipotecários); e (iii) tem uma estrutura de reembolso, na sua quase totalidade, com maturidades de longo prazo (acima dos 10 anos).

Face à natureza das operações de crédito em questão, a resolução extra-judicial de situações de dificuldades no cumprimento dos planos de reembolso, ou de incumprimento (desde que superável), passa por soluções tradicionais que visam a adaptação do Plano de Reembolsos à realidade da tesouraria dos Clientes.

Assim, os processos de reestruturação que podem, como já se referiu, compreender pontualmente a capitalização dos valores vencidos e ainda não pagos à data da sua concretização, passam pela tentativa de redução da pressão da tesouraria dos Clientes, propósito que pode ser atingido, como também já foi dito, pelo alongamento do prazo global de reembolso, ou no eventual deslocamento de parte do capital a amortizar para a data de termo do contracto.

A implementação de períodos de carência de capital, que só se considera em situações que possam considerar-se de transição e, por isso, por períodos de tempo não superiores a 12 meses, de uma forma geral tem utilização residual e, quando adoptada, não leva à suspensão total do capital a amortizar periodicamente, dado o muito baixo nível actual das taxas de juro.

Muito embora, à data da elaboração das presentes Notas, não esteja concluída a codificação integral dos contratos reestruturados, com o detalhe desagregado do tipo ou da combinação de tipos de medidas de reestruturação, pode com alguma segurança assumir-se que, isoladamente: (i) a adopção de períodos de carência de capital (total ou parcial), como medida de reestruturação de contratos, não supera 15% do total; e (ii) enquanto as medidas consolidadas de reestruturação (que envolvem a reformulação integral do Plano de Reembolsos) não são inferiores a 85% do total.



e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	34.766.265
Créditos reestruturados no período	2.453.558
Juros corridos da carteira reestruturada	67.094
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(3.733.199)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(2.515.672)
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	31.038.046

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de Corporate, Construção e Commercial Real Estate (CRE) e Habitação:

31-12-2015	Construção e CRE				Corporate				Habitação				Total				
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	
Justo Valor																	
<0,5 M€	144	14.515.387	1	3.993	-	-	-	-	154	8.009.833	-	-	298	22.525.220	1	3.993	
<=0,5 M€ e <1 M€	30	7.176.352	-	-	-	-	-	-	12	5.125.037	-	-	42	12.301.389	-	-	
<<1 M€ e <5 M€	9	9.130.338	-	-	-	-	1	129.077	1	35.219	-	-	10	9.165.557	1	129.077	
Total	183	30.822.077	1	3.993	-	-	1	129.077	167	13.170.089	-	-	350	43.992.166	2	133.070	

31-12-2014	Construção e CRE				Corporate				Habitação				Total				
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	
Justo Valor																	
<0,5 M€	147	15.916.516	2	139.140	-	-	1	7.242	168	8.763.448	-	-	315	24.679.964	13	1546.382	
<=0,5 M€ e <1 M€	33	9.289.192	-	-	-	-	1	210.286	10	2.544.932	-	-	43	11.834.124	1	210.286	
<<1 M€ e <5 M€	10	9.952.095	-	-	-	-	-	-	2	2.276.536	-	-	12	12.228.631	-	-	
Total	190	35.157.803	2	139.140	-	-	2	217.528	180	13.584.916	-	-	370	48.742.719	4	356.668	

g) Rácio LTV dos segmentos de Corporate, Construção e CRE e Habitação:

Segmento / Rácio	31-12-2015			
	Número de Imóveis	Crédito em Cumprimento	Crédito em Incumprimento	Imparidade
<i>Construção e CRE</i>				
Sem colateral associado ¹	n.a.	48.038	3.070.509	1.008.836
<60 %	130	7.360.273	4.357.092	836.834
>=60% e <80%	25	3.189.086	8.429.422	1.774.816
>=80% e <100%	12	158.276	2.910.531	1.201.868
>=100%	17	-	4.421.391	2.533.778
	184	10.755.673	23.188.945	7.356.132
<i>Corporate</i>				
Sem colateral associado	n.a.	48.217	526.086	550.966
<60 %	1	129.077	-	3.617
>=60% e <80%	-	-	-	-
>=80% e <100%	-	-	-	-
>=100%	-	-	-	-
	1	177.294	526.086	554.583
<i>Habitação</i>				
Sem colateral associado	n.a.	112	130.460	200.904
<60 %	127	3.581.513	2.067.041	167.777
>=60% e <80%	22	2.241.350	562.859	113.894
>=80% e <100%	11	749.259	778.302	213.209
>=100%	8	-	3.229.502	2.415.295
	168	6.572.234	6.768.164	3.111.079



Segmento / Rácio	31-12-2014			
	Número de Imóveis	Crédito em Cumprimento	Crédito em Incumprimento	Imparidade
<i>Construção e CRE</i>				
Sem colateral associado ¹	n.a.	951.091	1.202.536	706.151
<60 %	129	7.463.095	5.492.591	994.835
>=60% e <80%	30	3.145.979	5.664.924	939.035
>=80% e <100%	14	165.223	6.576.626	1.040.046
>=100%	21	1.357.034	5.595.725	3.427.546
	194	13.082.421	24.532.402	7.107.615
<i>Corporate</i>				
Sem colateral associado	n.a.	24.012	552.778	553.694
<60 %	2	208.528	-	7.960
>=60% e <80%	-	-	-	-
>=80% e <100%	-	-	-	-
>=100%	-	-	-	-
	2	232.540	552.778	561.654
<i>Habitação</i>				
Sem colateral associado	n.a.	925	137.889	206.701
<60 %	137	4.325.984	2.412.681	258.057
>=60% e <80%	23	1.523.127	365.325	108.853
>=80% e <100%	13	1.258.807	498.779	160.727
>=100%	8	256.106	2.987.644	2.082.747
	181	7.364.949	6.402.318	2.817.084

¹ Estes créditos classificados sem colateral associado incluem créditos que estão associados a outros contratos de crédito do mesmo cliente, alocados em outros segmentos, mas em que o colateral apenas ficou associado em termos de aplicação informática ao outro crédito. Não obstante, para efeitos de apuramento de imparidade o Modelo de imparidade considera conjuntamente o colateral associado aos contratos.

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de activo e por antiguidade:

i)

Activo	31-12-2015			31-12-2014		
	Número de imóveis	Justo valor do activo	Valor contabilístico	Número de imóveis	Justo valor do activo	Valor contabilístico
<i>Terreno</i>						
Urbano	39	3.028.538	2.756.661	39	3.108.185	2.636.299
Rural	30	1.829.980	1.570.595	25	2.781.097	2.566.299
<i>Edifícios construídos</i>						
Comerciais	102	10.469.342	9.401.976	92	9.242.773	8.069.834
Habitação	33	7.125.825	6.654.197	35	9.677.945	8.867.264
Outros	31	8.276.160	6.437.410	37	9.276.837	8.015.998
Total	235	30.729.845	26.820.839	228	34.086.837	30.155.694

31 de Dezembro de 2015:



Tempo decorrido desde a dação / execução	31-12-2015				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 ano e < 5 anos	>= 5 anos	
<i>Terreno</i>					
Urbano	-	-	1.245.781	1.510.880	2.756.661
Rural	95.299	262.227	632.300	580.769	1.570.595
<i>Edifícios Construídos</i>					
Comerciais	1.559.447	2.615.690	3.364.777	1.862.062	9.401.976
Habitação	178.330	2.085.412	3.663.557	726.898	6.654.197
Outros	579.525	1.175.068	2.759.417	1.923.400	6.437.410
	2.412.601	6.138.397	11.665.832	6.604.009	26.820.839

31 de Dezembro de 2014:

Tempo decorrido desde a dação / execução	31-12-2014				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 ano e < 5 anos	>= 5 anos	
<i>Terreno</i>					
Urbano	-	877.403	1.369.781	456.686	2.703.870
Rural	204.127	252.999	739.971	1.313.448	2.510.545
<i>Edifícios Construídos</i>					
Comerciais	986.876	3.574.239	2.020.917	1.334.457	7.916.489
Habitação	807.806	1.611.136	5.057.421	1.268.135	8.744.498
Outros	862.987	2.232.222	4.311.883	873.200	8.280.292
	2.861.796	8.547.999	13.499.973	5.245.926	30.155.694

j) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos:

	31-12-2015						
	GR Baixo		GR Médio		GR Elevado		Total
	A	B	C	D	E	nd	
Construção e CRE	9.763.585	6.539.972	2.941.296	34.517	14.624.181	41.066	33.944.617
Corporate	153.087	24.207	-	-	526.086	-	703.380
Crédito sobre Penhores	-	-	-	-	411	7.669.078	7.669.489
Crédito Tradicional	45.631.432	29.531.390	16.303.914	3.456.845	14.556.470	-	109.480.051
Descobertos em DO	-	-	-	-	-	32.996	32.996
Habitação	5.099.944	2.105.201	1.695.353	779.078	3.660.822	-	13.340.398
Prestação de Serviços	-	-	-	-	-	127.438	127.438
Total	60.648.048	38.200.770	20.940.563	4.270.440	33.367.970	7.870.578	165.298.369

	31-12-2014						
	GR Baixo		GR Médio		GR Elevado		Total
	A	B	C	D	E	nd	
Construção e CRE	11.910.739	4.924.389	2.849.479	1.605.465	16.283.588	41.163	37.614.823
Corporate	225.297	33.991	-	-	526.029	-	785.318
Crédito sobre Penhores	-	807	-	-	-	6.230.224	6.231.031
Crédito Tradicional	50.787.988	32.348.884	17.688.238	10.971.018	11.664.881	-	123.461.009
Descobertos em DO	-	-	-	-	-	37.754	37.754
Habitação	5.572.917	2.264.322	1.388.828	870.783	3.670.416	-	13.767.267
Prestação de Serviços	-	-	-	-	-	132.098	132.098
Total	68.496.941	39.572.392	21.926.544	13.447.266	32.144.914	6.441.240	182.029.299



k) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade colectiva por segmento:

31-12-2015	Imparidade			
	PD(%)			LGD
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30-90 Dias	
<i>Segmentos</i>				
Construção e CRE	7,381%	12,057%	52,572%	27,280%
Corporate	7,381%	-	-	27,280%
Crédito sobre Penhores	29,013%	45,041%	63,391%	17,366%
Crédito Tradicional	7,381%	12,057%	52,572%	27,280%
Habitação	7,381%	12,057%	52,572%	27,280%

31-12-2014	Imparidade			
	PD(%)			LGD
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30-90 Dias	
<i>Segmentos</i>				
Construção e CRE	11,794%	26,947%	65,627%	25,430%
Corporate	11,794%	-	-	25,430%
Crédito sobre Penhores	23,606%	33,409%	52,161%	13,509%
Crédito Tradicional	11,794%	26,947%	65,627%	25,430%
Habitação	11,794%	26,947%	65,627%	25,430%

Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transacções em produtos derivados e cambiais, o Banco mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e pelo Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

O Banco procede à reavaliação *mark-to-market*, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por sector e por país.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrado através da graduação de risco (*rating*) atribuída por uma sociedade especializada em avaliação de risco, sendo apresentado da seguinte forma:

	2015										
	Ratings										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R.	
<i>Ativos</i>											
Ativos financeiros detidos para negociação	-	3.939.944	12.218.424	16.652.027	4.217.296	90.040	-	-	-	210.516	37.328.247
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	6.025.854	27.079.524	76.618.300	14.634.517	3.323.536	-	-	-	15.842.045	143.523.776
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	10.322.793	56.541.530	22.606.907	10.644.058	-	-	-	-	100.115.289
Outros créditos e valores titulados	-	599.982	7.244.248	2.440.522	10.542.971	-	-	-	229.152	88.517.307	109.574.181
	-	10.565.780	56.864.989	152.252.379	52.001.691	14.057.634	-	-	229.152	104.569.868	390.541.494



	2014										
	Ratings										
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R.	Total
Ativos											
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	16.798.282	19.222.912	1.293.073	-	-	-	-	15.060.893	52.375.159
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	6.447.672	54.384.791	143.716.717	41.170.447	2.452.441	1.007.190	-	-	4.540.303	253.719.561
Investimentos detidos até à maturidade	2.566.684	-	15.480.118	43.256.659	15.976.778	-	-	-	-	-	77.280.239
Outros créditos e valores titulados	-	-	3.458.723	-	400.651	-	-	-	11.528	27.625.493	31.496.394
	2.566.684	6.447.672	90.121.914	206.196.288	58.840.948	2.452.441	1.007.190	-	11.528	47.226.689	414.871.353

N.R. – NotRated

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição por país associada à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrada como segue:

	2015				2014			
	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total
Portugal	9.750.071	15.138.397	114.033.550	138.922.018	13.025.987	15.052.789	54.292.352	82.371.129
Espanha	14.412.927	60.273.294	13.366.410	88.052.631	19.796.189	104.490.908	6.260.106	130.547.203
Holanda	3.987.776	-	43.234.657	47.222.433	1.505.056	-	42.198.682	43.703.738
Itália	14.200.827	5.226.706	5.184.170	24.611.703	12.521.111	72.781.803	4.173.807	89.476.721
Irlanda	9.226.129	10.322.793	1.153.452	20.702.374	15.078.178	10.322.968	2.869.684	28.270.831
E.U.A.	14.306.934	-	2.048.051	16.354.985	11.578.285	-	3.502.368	15.080.653
Grã-Bretanha	10.031.196	-	2.430.296	12.461.492	10.602.972	-	1.178.474	11.781.446
Canadá	8.993.297	-	-	8.993.297	-	-	-	-
Alemanha	6.011.797	-	1.085.734	7.097.531	4.741.931	-	-	4.741.931
Outros	12.581.265	2.516.560	11.025.205	26.123.030	4.572.672	1.037.336	3.287.693	8.897.701
	103.502.219	93.477.750	193.561.525	390.541.494	93.422.381	203.685.804	117.763.167	414.871.353

Na elaboração destes mapas não foram considerados os instrumentos de capital, os instrumentos financeiros derivados e as provisões regulamentares.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez revêm regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efectiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efectiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.



Prazos residuais

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2015							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.869.780	-	-	-	-	-	-	3.869.780
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.862.327	-	-	-	-	-	-	5.862.327
Activos financeiros detidos para negociação	-	938.024	307.545	27.801.288	10.142.703	5.509.930	-	44.699.490
Activos financeiros disponíveis para venda	-	157.500	7.456.024	85.228.179	50.682.074	7.877.230	-	151.401.007
Aplicações em instituições de crédito	-	-	400.000	-	-	180	-	400.180
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.045.601	9.949.307	10.804.851	12.864.313	95.362.880	36.675.378	276.414	168.978.744
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	39.888.835	6.304.986	46.973.049	17.180.618	-	-	110.347.488
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	10.322.793	19.631.921	70.160.575	-	-	100.115.289
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	595.456	-	633.556
	12.777.708	50.933.666	35.596.199	192.498.750	243.566.950	50.658.174	276.414	586.307.861
<i>Passivo</i>								
Recursos de Bancos Centrais	-	101.000.000	40.000.000	-	-	-	6.232	141.006.232
Passivos financeiros detidos para negociação	-	60.820	114.456	131.186	-	-	-	306.462
Recursos de outras instituições de crédito	1.486.255	-	-	-	-	-	-	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	57.025.169	81.748.621	172.325.167	22.056.471	49.254	-	3.521.347	336.726.029
Responsabilidades representadas por títulos	-	143.449	502.890	5.864.975	9.081.783	-	4.941	15.598.038
	58.511.424	182.952.890	212.942.513	28.052.632	9.131.037	-	3.532.520	495.123.016
Gap de liquidez	(45.733.716)	(132.019.224)	(177.346.314)	164.446.118	234.435.913	50.658.174	(3.256.106)	91.184.845

	2014							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466	-	-	-	-	-	-	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.168.012	-	-	-	-	-	-	7.168.012
Activos financeiros detidos para negociação	-	12.523.919	2.222.471	31.863.008	8.170.591	4.208.171	-	58.988.160
Activos financeiros disponíveis para venda	-	8.764.540	104.794.200	49.202.255	91.235.707	8.059.106	-	262.055.808
Aplicações em instituições de crédito	-	3.000.000	400.000	-	-	352	-	3.400.352
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.862.873	7.997.309	8.684.997	20.756.935	108.776.248	36.079.192	456.311	185.613.866
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	1.009.253	25.818.323	4.857.467	-	-	31.685.043
Investimentos detidos até à maturidade	-	7.723.834	-	12.679.075	56.877.330	-	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	439.826	-	477.926
	12.267.351	40.009.602	117.110.922	140.319.596	269.955.443	48.786.647	456.311	628.905.871
<i>Passivo</i>								
Recursos de Bancos Centrais	-	215.000.000	-	-	-	-	1.704.549	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação	-	200.182	200.507	77.924	14.943	-	-	493.556
Recursos de outras instituições de crédito	2.470.654	-	-	-	-	-	-	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	37.606.996	63.640.552	121.430.132	52.187.093	-	-	3.255.727	278.120.500
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.429.175	2.583.410	6.379.064	13.396.992	-	69.026	24.857.667
	40.077.650	281.269.910	124.214.049	58.644.081	13.411.935	-	5.029.302	522.646.927
Gap de liquidez	(27.810.299)	(241.260.308)	(7.103.127)	81.675.515	256.543.507	48.786.647	(4.572.991)	106.258.944

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.



Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projectados de juros associados aos activos e passivos financeiros;
- a coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna "Indeterminado";
- nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos de dívida apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerado que a amortização do capital era efectuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O *gap* de liquidez de curto prazo é financiado com recurso ao mercado interbancário, onde o Banco tem acesso a linhas de crédito que permitem financiar este *gap*, e através de desconto de títulos no ECB, que lhe permite ter acesso a liquidez imediata.

A taxa de renovação dos depósitos tem oscilado em torno dos 90%, pelo que é expectável que grande parte dos recursos de clientes se mantenham inalteráveis.

Durante o ano de 2015 registou-se um crescimento muito assinalável da base de depósitos do Banco, apresentando um incremento de 17% relativamente ao final de 2014.

A captação de depósitos durante o ano de 2014 foi baseada numa estratégia de remuneração forte de depósitos de baixo montante, o que reduziu de forma muito expressiva o risco de concentração dos mesmos. Esta maior dispersão dos depósitos permitiu "normalizar" o seu comportamento em termos de oscilações mensais do volume dos mesmos, contribuindo para uma grande estabilidade da tesouraria do Banco.

O *gap* de liquidez de curto prazo está associado ao financiamento da carteira de obrigações do Banco. O valor total da carteira de títulos é superior ao *gap* de curto prazo, podendo o Banco em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido *gap*, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido, essencialmente, financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco contratos de reporte com diferentes instituições bancárias.

Risco de mercado

A actividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O controlo de risco de mercado tem por objectivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos activos do Banco, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efectuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas actividades de *trading* e gestão de activos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.



Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

A actividade cambial do Banco Invest é acessória e residual. Os saldos diários em divisas e as transacções efectuadas em moeda estrangeira são diariamente controlados pelo Departamento de Operações e pela Sala de Mercados.

Apenas as operações em dólares norte-americanos e libras têm alguma relevância, sendo praticamente inexistentes as transacções efectuadas noutras divisas.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2015				
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	Total
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.869.780	-	-	-	3.869.780
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.224.011	760.004	429.524	448.788	5.862.327
Activos financeiros detidos para negociação	41.038.029	2.192.960	1.137.136	331.365	44.699.490
Activos financeiros disponíveis para venda	151.384.979	16.028	-	-	151.401.007
Aplicações em instituições de crédito	400.180	-	-	-	400.180
Crédito a clientes	278.340.453	212.472	-	-	278.552.925
Investimentos detidos até à maturidade	85.954.121	9.357.255	4.803.913	-	100.115.289
Devedores e outras aplicações	531.761	40.953	37.768	23.073	633.556
	565.743.314	12.579.672	6.408.342	803.226	585.534.554
<i>Passivo</i>					
Recursos de Bancos Centrais	141.006.232	-	-	-	141.006.232
Passivos financeiros detidos para negociação	305.755	707	-	-	306.462
Recursos de outras instituições de crédito	1.366.807	119.448	-	-	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	326.382.528	10.231.347	111.392	762	336.726.029
Responsabilidades representadas por títulos	15.598.038	-	-	-	15.598.038
	484.659.360	10.351.502	111.392	762	495.123.015
Exposição líquida (Posição Cambial)	81.083.954	2.228.170	6.296.950	802.464	90.411.538



	2014 Moeda				
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	Total
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466	-	-	-	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.528.655	1.769.373	687.690	182.293	7.168.012
Activos financeiros detidos para negociação	56.875.101	1.738.405	374.654	-	58.988.160
Activos financeiros disponíveis para venda	257.419.842	172.798	4.463.169	-	262.055.808
Aplicações em instituições de crédito	3.400.352	-	-	-	3.400.352
Crédito a clientes	217.060.438	238.471	-	-	217.298.909
Investimentos detidos até à maturidade	73.052.813	4.227.426	-	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	426.047	45.787	5.135	956	477.926
	614.999.714	8.192.260	5.530.649	183.249	628.905.872
<i>Passivo</i>					
Recursos de Bancos Centrais	216.704.549	-	-	-	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação	486.069	7.487	-	-	493.556
Recursos de outras instituições de crédito	2.321.465	149.189	-	-	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	269.879.041	8.089.800	111.736	39.924	278.120.500
Responsabilidades representadas por títulos	24.857.667	-	-	-	24.857.667
	514.248.791	8.246.476	111.736	39.924	522.646.927
Exposição líquida (Posição Cambial)	100.750.923	(54.217)	5.418.912	143.326	106.258.945

O Banco considera que o aumento de 5% nas taxas de câmbio de mercado das principais moedas a que o Banco se encontra exposto não teria um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral da Instituição e tem como objectivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do *mismatch* de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus activos de crédito.



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2015			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Ativo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	391.764	-	3.478.016	3.869.780
Disponibilidades em outras instituições de crédito	586.970	-	5.275.357	5.862.327
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	5.480.048	20.274.462	17.053.781	42.808.291
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.891.199	1.891.199
Activos financeiros disponíveis para venda	7.877.231	104.631.313	38.892.463	151.401.007
Aplicações em instituições de crédito	-	-	400.180	400.180
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	168.978.744	168.978.744
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	54.353.918	55.993.570	110.347.488
Investimentos detidos até à maturidade	-	89.792.496	10.322.793	100.115.289
Devedores e outras aplicações	-	-	633.556	633.556
	14.336.013	269.052.189	302.919.659	586.307.861
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	141.006.232	141.006.232
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	306.462	306.462
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1.486.255	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	22.105.725	314.620.304	336.726.029
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	15.598.038	15.598.038
	-	22.105.725	473.017.291	495.123.016
	14.336.013	246.946.464	(170.097.632)	91.184.845
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nominal)				
- Swaps	-	-	133.582.383	133.582.383
- Opções	30.174.311	-	-	30.174.311
- Futuros	5.766.123	-	118.379.189	124.145.312
	35.940.434	-	251.961.572	287.902.006



	2014			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Ativo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	412.415	-	1.824.051	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.503.349	-	3.664.663	7.168.012
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	4.247.852	20.943.164	31.431.993	56.623.009
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	2.365.151	2.365.151
Activos financeiros disponíveis para venda	8.059.106	235.151.060	18.845.642	262.055.808
Aplicações em instituições de crédito	-	-	3.400.352	3.400.352
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	185.613.866	185.613.866
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	963.131	30.721.912	31.685.043
Investimentos detidos até à maturidade	-	77.280.239	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	-	-	477.926	477.926
	16.222.722	334.337.594	278.345.556	628.905.872
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	216.704.549	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	493.556	493.556
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	2.470.654	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	57.318.762	220.801.738	278.120.500
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	24.857.667	24.857.667
	-	57.318.762	465.328.164	522.646.926
	16.222.722	277.018.832	(186.982.608)	106.258.946
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	42.392.240	42.392.240
- Opções	21.638.773	-	-	21.638.773
- Futuros	-	-	9.206.886	9.206.886
	21.638.773	-	51.599.126	73.237.899

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, incluindo os swaps cuja remuneração esteja indexada ao comportamento de determinados activos subjacentes (acções, índices bolsistas, entre outros).



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	2015						Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	
<i>Ativo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.869.780	-	-	-	-	-	3.869.780
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.862.327	-	-	-	-	-	5.862.327
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	5.480.048	17.163.268	50.517	10.949.532	9.164.926	-	42.808.291
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.009.803	236.148	645.248	-	-	1.891.199
Activos financeiros disponíveis para venda	7.877.231	31.842.490	7.207.474	53.791.739	50.682.073	-	151.401.007
Aplicações em instituições de crédito	-	-	400.000	-	-	180	400.180
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.045.600	109.424.836	19.556.515	-	-	36.951.793	168.978.744
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	52.014.021	43.503.654	10.226.243	4.603.570	-	110.347.488
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	10.322.793	19.631.921	70.160.575	-	100.115.289
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	595.456	633.556
	26.134.986	211.454.418	81.277.101	95.244.683	134.649.244	37.547.429	586.307.861
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	-	101.000.000	40.000.000	-	-	6.232	141.006.232
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	59.489	115.787	131.186	-	-	306.462
Recursos de outras instituições de crédito	1.486.255	-	-	-	-	-	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	57.020.514	81.748.621	172.325.167	22.056.471	49.254	3.526.002	336.726.029
Responsabilidades representadas por títulos	-	14.466.421	1.029.405	97.270	-	4.942	15.598.038
	58.506.769	197.274.531	213.470.359	22.284.927	49.254	3.537.176	495.123.016
	(32.371.783)	14.179.887	(132.193.258)	72.959.756	134.599.990	34.010.253	91.184.845
2014							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	Total
<i>Ativo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466	-	-	-	-	-	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.168.012	-	-	-	-	-	7.168.012
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	4.247.852	29.231.027	2.293.733	13.563.481	7.286.916	-	56.623.009
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.587.094	127.160	650.897	-	-	2.365.151
Activos financeiros disponíveis para venda	8.059.106	13.494.944	116.847.038	36.628.581	87.026.139	-	262.055.808
Aplicações em instituições de crédito	-	3.000.000	400.000	-	-	352	3.400.352
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.862.873	123.761.896	22.453.594	-	-	36.535.503	185.613.866
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	22.474.136	9.210.907	-	-	-	31.685.043
Investimentos detidos até à maturidade	-	7.723.834	-	12.679.075	56.877.330	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	439.826	477.926
	24.574.309	201.272.931	151.332.432	63.522.034	151.228.485	36.975.681	628.905.872
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	-	215.000.000	-	-	-	1.704.549	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	493.556	-	-	-	-	493.556
Recursos de outras instituições de crédito	2.470.654	-	-	-	-	-	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	37.606.996	63.640.552	116.298.463	54.161.857	3.156.905	3.255.727	278.120.500
Responsabilidades representadas por títulos	-	21.210.980	3.327.661	250.000	-	69.026	24.857.667
	40.077.650	300.345.088	119.626.124	54.411.857	3.156.905	5.029.302	522.646.926
	(15.503.342)	(99.072.158)	31.706.308	9.110.177	148.071.580	31.946.379	106.258.946

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

O Banco considera que o aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não teria um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.



Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excepcionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os activos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”: Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- “Aplicações e recursos de outras instituições de crédito” e “Recursos de Bancos Centrais”: O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os “*cash-flows*”, utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- “Crédito a clientes”: O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria prefixação no curto prazo. No que se refere aos *spreads* em vigor na carteira, o Banco considera que actualmente a actividade de crédito se desenrola a um ritmo e valores residuais face à dimensão da carteira, e que as operações realizadas, bem como os respectivos *spreads* atribuídos, estão afectadas pelas características específicas de cada uma das operações, não sendo representativo da restante carteira de crédito.

De qualquer forma, atendendo a que os *spreads* actualmente em vigor são superiores ao *spread* médio da carteira de crédito, o Banco calculou o justo valor da carteira considerando um *spread* adicional de 1%. Desta análise resultou que a aplicação do justo valor na rubrica de “Crédito a clientes” implica uma diminuição da mesma em cerca de 5.851.228 Euros (7.107.536 Euros em 31 de Dezembro de 2014).

De realçar que nesta análise não foram incluídas operações de crédito com penhores de activos financeiros, e créditos atribuídos a colaboradores e a Empresas do Grupo.

Adicionalmente, na rubrica “Crédito a clientes” encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” (ver abaixo).

- “Recursos de clientes e outros empréstimos”: Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os *spreads* contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda”: Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
 - Preços de um mercado activo;
 - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a *Bloomberg*, maioritariamente através do índice denominado *Bloomberg Generic*;
 - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado activo, que tenham subjacente:
 - cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em activos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos;
 - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente;
 - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a forma de apuramento do justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco pode ser resumida como se segue:

2015						
Ativos	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total	Valor contabilístico
	valorizados ao custo de aquisição	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	-	5.743.281	37.058.246	6.764	42.808.291	42.808.291
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.891.199	-	-	1.891.199	1.891.199
Activos financeiros disponíveis para venda	-	849.245	147.161.775	7.953.189	155.964.209	155.964.209
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	108.317.117	-	108.317.117	100.115.289
Créditos a clientes - títulos de dívida	39.524.463	-	70.281.264	2.551	109.808.278	110.347.487
	39.524.463	8.483.725	362.818.402	7.962.504	418.789.094	411.126.475
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	593.023	-	-	593.023	593.023
2014						
Ativos	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total	Valor contabilístico
	valorizados ao custo de aquisição	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	13.734.092	4.239.210	38.641.064	8.643	56.623.009	56.623.009
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	2.365.151	2.365.151	2.365.151
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.191.443	254.040.640	6.823.725	262.055.808	262.055.808
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	89.844.123	-	89.844.123	77.280.239
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	31.891.351	11.528	31.902.879	31.685.043
	13.734.092	5.430.653	414.417.178	9.209.047	442.790.970	430.009.250
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	493.556	493.556	493.556

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa (Nível 1);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Banco ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente *Bloomberg*, foram considerados em "Técnicas de valorização – Dados de mercado" (Nível 2);
- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Banco são apresentados em "Técnicas de valorização – Outros" (Nível 3). Adicionalmente, os activos e passivos financeiros são classificados no Nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de inputs não observáveis em mercado, nomeadamente:
 - Ações não cotadas, obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar;
 - Obrigações valorizadas através de bids indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos;
 - Fundos de Investimento Imobiliário Fechados valorizados com base no valor patrimonial divulgado pela respectiva Sociedade Gestora; e
 - Instrumentos financeiros derivados não valorizados pelo mercado.

Os investimentos em papel comercial, de curto prazo, registados na carteira de negociação encontram-se valorizados ao custo amortizado, o qual não difere significativamente do justo valor.

41. RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS



Em 13 de Outubro de 2008, foi aprovada pelo IASB a IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – “Reclassificação de activos financeiros”, com base nas quais passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008.

Decorrente das alterações ao IAS 39 descritas acima, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a 1 de Julho de 2008 (data de reclassificação), de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros disponíveis para venda”, “Crédito a clientes” e “Investimentos detidos até a maturidade”, de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de Balanço antes da reclassificação	Reclassificações		Valor de Balanço após reclassificação
		Aumentos	Diminuições	
Activos financeiros detidos para negociação	106.016.910	-	(75.830.272)	30.186.638
Activos financeiros disponíveis para venda	206.991.461	18.822.059	(106.921.893)	118.891.628
Crédito a clientes - títulos de dívida	-	59.946.307	-	59.946.307
Investimentos detidos até a maturidade	10.278.861	103.983.798	-	114.262.659
	323.287.233	182.752.165	(182.752.165)	323.287.233

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor de Balanço e justo valor dos activos financeiros reclassificados com referência a 1 de Julho de 2008 apresentam o seguinte detalhe:

2015			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2015	Justo Valor em 31-12-2015
Activos financeiros disponíveis para venda	775.141	1.204.721	1.204.721
Crédito a clientes - títulos de dívida	610.969	612.159	367.546
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	-
	1.386.110	1.816.880	1.572.268
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2013	23.660.808	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2014	17.089.211	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2015	12.585.879	n.a.	n.a.
	182.752.165	1.816.880	1.572.268



2014			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2014	Justo Valor em 31-12-2014
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	2.046.690	2.046.690
Crédito a clientes - títulos de dívida	4.632.747	4.660.682	3.871.861
Investimentos detidos até a maturidade	7.498.662	7.723.834	7.769.442
	13.971.990	14.431.206	13.687.992
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.771	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2013	23.660.809	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2014	17.089.211	n.a.	n.a.
	182.752.165	14.431.206	13.687.992

O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 40.

Após a data de reclassificação realizada com referência a 1 de Julho de 2008, os ganhos / (perdas) acumulados associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados dos exercícios de 2015 e 2014, apresentam o seguinte detalhe:

2015					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(834.230)	(643.597)	198.371	173.751	99.236
Crédito a clientes - títulos de dívida	(44.267)	-	(44.267)	-	6.544
	(878.497)	(643.597)	154.104	173.751	105.780

2014					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	206.110	505.810	173.751	(325.490)	99.236
Crédito a clientes - títulos de dívida	(895.235)	(125.167)	(770.068)	-	50.007
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	(156.743)	-	200.000
	(689.126)	380.643	(753.060)	(325.490)	349.244



Os valores referentes a ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de “Activos financeiros detidos para negociação” ou “Activos financeiros disponíveis para venda”, respectivamente.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

42. FUNDOS PRÓPRIOS

O Banco na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Banco mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Banco são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado, e considerando o resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco apresenta um rácio de solvabilidade de 18,5% e 21,6%, respectivamente.

6. Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Invest, S.A. (Banco) e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um ativo total de 603.426.834 euros e capital próprio de 100.054.973 euros, incluindo um resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco de 2.868.919 euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, dos Resultados e Outro Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Invest, S.A. e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira de 2015 constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 9 de maio de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Acionistas do
Banco Invest, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer, que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Invest, S.A. (Banco), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Banco e das principais empresas englobadas na consolidação, os atos de gestão dos Conselhos de Administração, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados. Apreciamos ainda a eficácia dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna em vigor.

No âmbito das nossas funções, apreciamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2015, que incluem o balanço, as demonstrações de resultados consolidados, dos resultados e outro rendimento integral, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração, o qual, no nosso entender, esclarece sobre os principais aspetos da atividade consolidada do Banco no exercício de 2015.

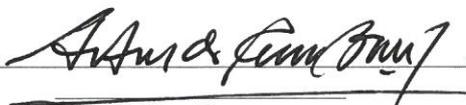
Acompanhámos os trabalhos da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas do Banco ao longo do ano e apreciamos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, com data de 9 de maio de 2016, a qual não contém reservas e que mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 9 de maio de 2016

O Conselho Fiscal



Presidente



Vogal



Vogal

**Lisboa**

Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1 - 11º, 1070-101 Lisboa
Tel.: +351 213 821 700 Fax: +351 213 864 984 welcome@bancoinvest.pt

Porto

Pç. do Bom Sucesso, nº 131 - Ed. Península, Salas 502 a 504 - 5º, 4150-146 Porto
Tel.: +351 226 076 390 Fax: +351 226 095 297

www.bancoinvest.pt